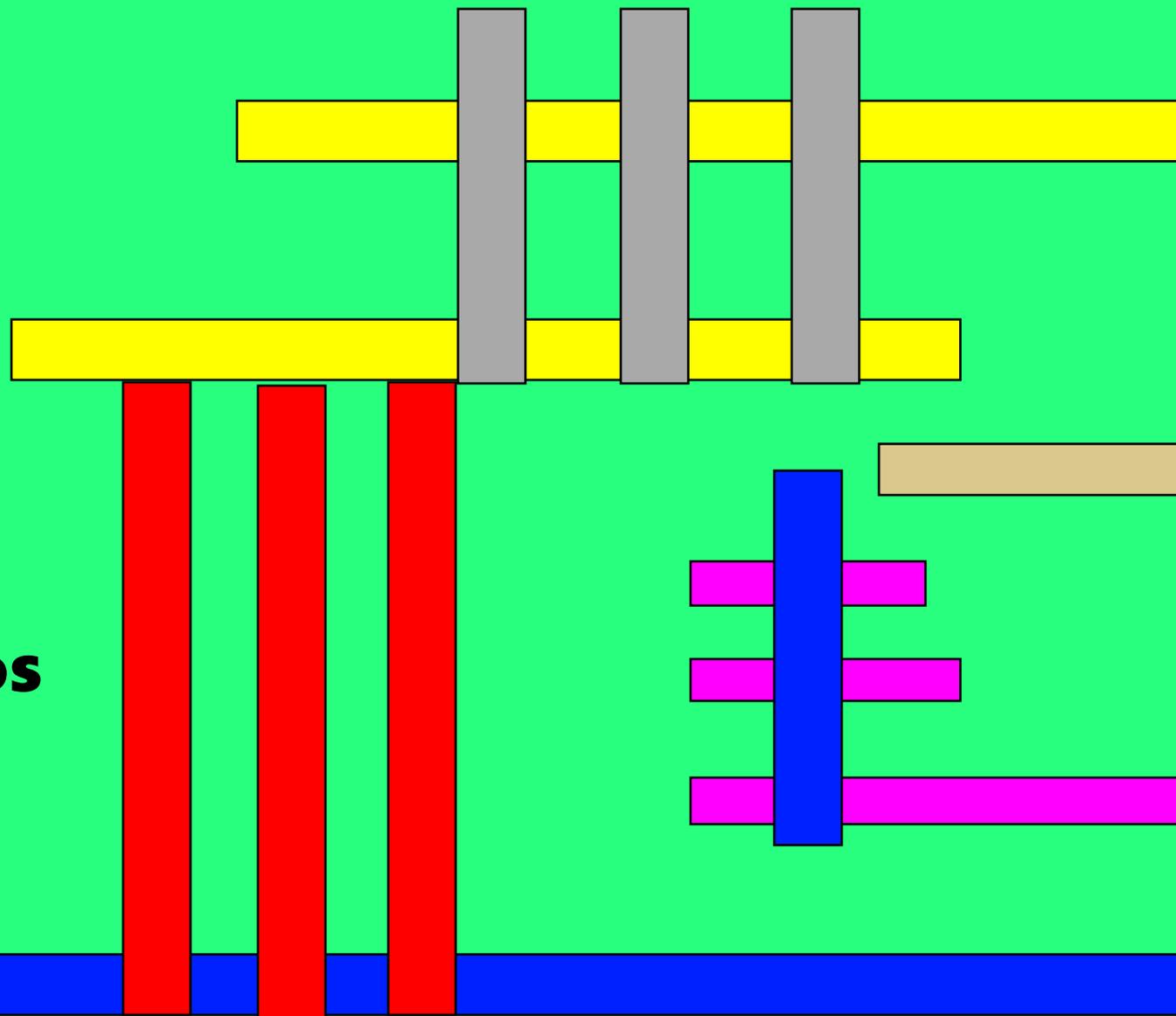
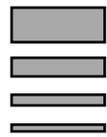


 textos


 **graduados**
n.1 | v.5 | 2019



De cartas, ensaios e artigos: Brasil, Zika-vírus, Colonialismo, Foucault



Textos Graduados

Número 1 | Volume 5

Copyright © 2019

by Revista Textos Graduated

É permitida a reprodução dos artigos desde que se mencione a fonte

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitora: Márcia Abrahão

Vice-reitor: Enrique Huelva

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Diretor: Luís Roberto Cardoso de Oliveira

Vice-diretora: Christane Girard Ferreira Nunes

PRODUÇÃO EDITORIAL

Edição

Antônio Cecílio Barboni Júnior

Flávio Borges Faria

Isabella de Sá Félix

Larissa Gabrielle Vieira de Sousa

Lucas Aroucha Costa Muniz

Luiz Nonato de Santana Pereira

Mariana Alves Simões

Sofia Guimarães Carvalho Campos

Vitor Astavros Ferreira Lopes

Revisão

Isabella de Sá Félix

Larissa Gabrielle Vieira de Sousa

Lucas Aroucha Costa Muniz

Luiz Nonato de Santana Pereira

Mariana Alves Simões

Sofia Guimarães Carvalho Campos

Diagramação e Capa

Flávio Borges Faria

Homepage: <http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

E-mail: textosgraduados@gmail.com

facebook.com/revistatextosgraduados/

Bases de dados:

SEER - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas

<http://periodicos.unb.br/index.php/tg>

Textos Graduated/Instituto de Ciências Sociais/Revista da Graduação em Ciências Sociais da Universidade de Brasília

v. 5 n. 1 (2019-) — Brasília Anual - a partir de 2015

ISSN 2447-7044 (eletrônico)

EQUIPE EDITORIAL

Antônio Cecílio Barboni Júnior

Flávio Borges Faria

Isabella de Sá Félix

Larissa Gabrielle Vieira de Sousa

Lucas Aroucha Costa Muniz

Luiz Nonato de Santana Pereira

Mariana Alves Simões

Sofia Guimarães Carvalho Campos

Vitor Astavros Ferreira Lopes

CONSELHO EDITORIAL

Professora Ana Cristina Murta Collares
(Universidade de Brasília)

Professora Andréa de Souza Lobo (Universidade de Brasília)

Professor Fabrício Monteiro Neves (Universidade de Brasília)

Professor Martin-Léon-Jacques Ibáñez de Novion (Universidade de Brasília)

Professora Soraya Resende Fleischer (Universidade de Brasília)

Professor Stefan Fornos Klein (Universidade de Brasília)

CONSELHO CONSULTIVO

Professor Alexandro Henrique Paixão (Universidade Estadual de Campinas)

Professora Andrea Carolina Jiménez Martín (Universidad Nacional de Colombia)

Professor Camilo Braz (Universidade Federal de Goiás)

Professor Dmitri Cerboncini Fernandes (Universidade Federal de Juiz de Fora)

Professora Elaine Meire Vilela (Universidade Federal de Minas Gerais)

Professora Elisete Schwade (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Professor Fernando Correia Prado (Universidade Federal da Integração Latinoamericana)

Professor Helio Afonso de Aguiar Filho (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Professora Isabel Cristina Naranjo Noreña (Universidad de Cordoba - Argentina)

Professor José Veríssimo Romão Neto

(Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)

Professora Márcia Regina Calderipe Farias Rufino (Universidade Federal do Amazonas)

Professor Mario Ayala (Universidad de Buenos Aires)

Professora Martha Célia Ramírez-Gálvez

(Universidade Estadual de Londrina)

Professor Ricardo Mayer (Universidade Federal de Santa Maria)

Professora Silvana de Souza Nascimento (Universidade de São Paulo)

PARECERISTAS DO VOLUME

Marcela Alves de Araújo França Castanheira Renato (Doutoranda pela Universidade Federal de Minas Gerais)

Renato Alves Aleikseivz (Mestre pela Universidade Federal do Paraná)

Luiz Gustavo de Souza Lima Junior (Mestre em história pela Universidade Federal de Mato Grosso)

Victor Hugo Basilio Nunes (Mestre em história pela Universidade Federal de Goiás)

Lucas Damasceno (Mestrando pela Universidade de São Paulo)

Guilherme Borges da Silva (Doutorando pela Universidade Federal de Goiás)

André Luiz Valim Vieira (Doutorando pela Universidade Estadual Paulista)

Gabriel Miranda Brito (Doutorando pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Natália Almeida Bezerra (Mestra pela Universidade de Brasília)

Jonatan Jackson Sacramento (Doutorando pela Universidade Federal de Campinas)

Natália Folmer Corrêa (Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina)

André Pereira de Carvalho (Doutor pela Universidade Federal de Minas Gerais)



Textos Graduados

Número 1 | Volume 5

De cartas, ensaios e artigos: Brasil, Zika-vírus, Colonialismo, Foucault

Revista Textos Graduados – Número 1, Volume 5, Janeiro 2019

8 Editorial

12 Carta à Editora

16 Artigos e Ensaios

17 Dar um bale: Ativismo materno na busca por serviços
a bebês com Síndrome Congênita do Vírus Zika no Recife

Lays Venâncio Lira

31 Biopolítica e Medicina Social em Foucault

Ana Paula Winck Alves

Georgia Guernelli Batista

Graziela Maria Marculan

Pedro Henrique Melchior Nunes da Horta

50 Empecilhos à profissionalização da docência no Brasil

Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro

58 Sujeição criminal, suspeição e a rua

Júlia Gasparetto Azevedo

69 Decolonizando afetos: a presença do colonialismo na
construção de afetos da população negra e a decolonial-
idade do ser

Matheus da Rocha Viana

85 A Invenção do Popular: algumas notas sobre as mediações históricas
de uma categoria erudita

Artur André Lins

118 A tecnologia como ferramenta de justiça social: lógica e experiências
sociais de apropriação de aplicativos de benefício social no Distrito Federal

Ludmila Condé

131 Alternativas à (in)justiça criminal brasileira: “justiça na, para e pela
comunidade”

Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle



Editorial

Nós, do corpo editorial da Revista Textos Graduados, temos o prazer de apresentar mais uma edição da Revista. O volume 5, número 1, de 2019, apresenta pela primeira vez a seção “Carta à Editora”, em que as estudante e os estudantes têm espaço para apresentar textos mais curtos sobre suas pesquisas. Nossa estreia está com o texto de Amanda Antunes produzido ao longo do projeto de pesquisa “Zika e microcefalia: um estudo antropológico sobre os impactos dos diagnósticos e prognósticos das malformações fetais no cotidiano das mulheres e sua famílias no estado de Pernambuco”. O texto revela os depoimentos de mulheres que enfrentam a maternidade de crianças com microcefalia, e os desafios da deficiência, recebida com bastante preconceito pela sociedade.

Segue à Carta o relatório de pesquisa denominado “Dar um bale: Ativismo materno na busca por serviços a bebês com Síndrome Congênita do Vírus Zika no Recife”. Nele a autora Lays Venâncio recapitula o período de epidemia do Zika Vírus

e a relação com o nascimento de bebês com microcefalia e outras anomalias congênitas. Ao longo do texto ela expõe histórias das “mães de micro” na cidade de Recife (PE). “Bale” refere-se a categoria identificada pela autora no campo etnográfico, quando as mulheres mencionavam as adversidades enfrentadas na busca por atendimento e direitos nas instituições de saúde.

A atual edição abriga ainda o artigo “Biopolítica e Medicina Social em Foucault”, desenvolvido por graduandos de Medicina e Relações Internacionais e Integração da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA). Objetivando desenvolver uma reflexão acerca do pensamento de Michel Foucault sobre biopolítica e biopoder e a partir de seus textos, os autores se propõem a analisar o desenvolvimento e o surgimento da medicina como prática social e biopolítica.

Trazemos também o ensaio textual de Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro intitulado “Empecilhos à profissionalização da docência no Brasil”. O autor discute, em



diálogo com a literatura acadêmica recente, importantes desafios à instituição da carreira profissional docente no país. O ensaio faz uma releitura dos conceitos de “profissionalismo” e “profissionalismo” diante do contexto brasileiro atual para lançar mão de uma análise das características da situação ainda marcada pela docência vocacional.

Com uma discussão refinada e interessante, o texto "Sujeição Criminal, suspeição e a Rua" elucida questões teóricas levantadas por Roberto DaMatta, Michel Misse e Gilvan Gomes da Silva. Escrito pela graduada em sociologia Julia Gasparetto, o artigo propõe, através da revisão dos autores em questão, uma análise sobre questões teóricas e empíricas da segurança pública e da sociologia da violência, passando por conceitos caros ao campo.

Esta edição conta ainda com o artigo intitulado “Decolonizando afetos: a presença do colonialismo na construção de afetos da população negra e a decolonialidade do ser”, escrito por

Matheus da Rocha Viana, graduando em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Questionando a construção social do afeto entre pessoas negras, sobretudo homens negros, o presente estudo procura repensar o processo de colonialidade em suas bases mais subjetivas dentro do contexto brasileiro.

O mestrando em sociologia Artur Lins se faz presente nessa edição com seu ensaio “A Invenção do Popular: algumas notas sobre as mediações históricas de uma categoria erudita”. O autor traz a discussão sobre a produção simbólica em seu contato com a invenção popular e as imagens que são construídas de país. Daí a ideia de que o “popular” é inventado no âmbito da cultura erudita, e então apropriado na esfera política para construção das imagens de país e de nação.

O Brasil 4D é um aplicativo que tem o objetivo de disponibilizar informações públicas para a população de baixa renda e sem acesso à internet através do sinal digital de televisão. A partir de pesquisa empírica com os

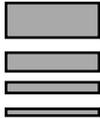


usuários e desenvolvedores do projeto, o artigo de Ludmila Condé, “A tecnologia como ferramenta de justiça social”, busca compreender a construção, utilização e adesão do aplicativo como instrumento de inclusão social.

Para fechar essa edição trazemos o artigo “Alternativas À (In)Justiça Criminal Brasileira: justiça ‘na, para e pela comunidade’”, da graduanda em ciências sociais Yazmin Bheringcer. A autora propõe a justiça restaurativa como alternativa à estrutura estabelecida do sistema judicial brasileiro, cuja reprodução de desigualdades contribui para o genocídio da população negra, analisando o Conselho Comunitário da Ceilândia, no Distrito Federal.

Esperamos que as leituras dos trabalhos de nossos colegas sejam prazerosas e instigantes, contribuindo, nesta vasta gama de temas, para as reflexões mais amplas das ciências sociais.





Carta à Editora

Prezada editora da Revista Textos Graduados¹,

Em meados de 2015, o assunto do Zika vírus começou a ser muito discutido no Brasil. Em 2016 foi declarada situação de emergência no Nordeste devido ao grande número de casos de bebês nascidos com a Síndrome Congênita do Zika vírus na região, e o Brasil inteiro se comoveu com a situação das “mães de micro”, como geralmente se denominam as prin-

1Esse é um dos textos produzidos no âmbito do projeto de pesquisa: “Zika e microcefalia: Um estudo antropológico sobre os impactos dos diagnósticos e prognósticos das malformações fetais no cotidiano de mulheres e suas famílias no estado de Pernambuco”. Os textos partem de histórias marcantes e intensas que nos foram relatadas por jovens mulheres da Grande Recife que estão, no momento, vivendo a maternidade de crianças com a síndrome congênita do vírus Zika. Esse projeto de pesquisa vem acontecendo desde 2016, com visitas semestrais à capital pernambucana. É coordenado pela Professora Soraya Fleischer do Departamento de Antropologia/Universidade de Brasília e conta com o apoio da FINATEC/UnB, PRO-IC/UnB e do CNPq.

cipais cuidadoras desses bebês. O aparecimento do vírus do Zika na região e a situação das crianças nascidas com microcefalia estavam sendo bastante discutidas na mídia nacional como um todo. Infelizmente, nem mesmo toda essa divulgação acerca da situação foi suficiente para reduzir o estigma social que a microcefalia carrega junto consigo: diversas mães de micro relataram casos de insultos e comentários desrespeitosos direcionados às crianças, tornando a rotina complexa que elas já têm ainda mais difícil e psicologicamente desgastante.

Yasmim foi uma das mulheres que conhecemos em nossa pesquisa e com quem seguimos convivendo e conversando no Recife/PE. Mateus, seu filho nascido com microcefalia, só tinha um ano e dois meses de vida, mas Yasmim já conseguia se lembrar de diversas vezes em que fora alvo de preconceito. Conseguir pegar o ônibus que precisavam era o primeiro desafio: alguns motoristas não tinham paciência, ela dizia, arrancavam o ônibus com muita velocidade, não



paravam para ela, fechavam a porta antes da hora... Sentada com Mateus no seu colo, muitas vezes, reparou que o lugar do seu lado permanecia vazio, mesmo quando o ônibus estava cheio e haviam pessoas em pé. De gente na rua, ela já ouviu coisas como “Seu filho é um ET” e um motorista de ônibus já chamou Mateus de “monstro”. Convivia com olhares maldosos que se manifestavam rotineiramente e alguns, mais curiosos, perguntavam “Ele nasceu com essa doença, foi?”. Incomodada, Yasmim nos ensina: “Gente, não é doença. Meu filho não tem uma doença. Doença é assim quando pega de uma pessoa para a outra. Meu filho não tem isso. Ele não pegou de ninguém. Doença é uma coisa, deficiência é outra”.

Segundo o antropólogo, Charles Gardou², a deficiência é um fenômeno paradoxal: em partes, é individual e biológico.

²GARDOU, Charles. “Quais os contributos da Antropologia para a compreensão das situações de deficiência?”. Revista Lusófona de Educação 8, 2006, pp. 53-61.

co, mas a sua interpretação é sempre feita de modo coletivo e social. Isso quer dizer que a maneira com que compreendemos e aceitamos (ou não) as pessoas com algum tipo de deficiência dizem muito sobre a nossa sociedade, e em diversos aspectos, sobre nós mesmos. A exclusão, a rejeição e o ostracismo social direcionados à essas pessoas mostram o quanto a nossa sociedade é capacitista, ou seja, preconceituosa e discriminatória com pessoas que possuem algum tipo de deficiência. O capacitismo é baseado em um ideal padrão de corpo “perfeito” e é perpetuado por discursos que negam a autonomia e humanidade para as pessoas com deficiência. No contexto da Síndrome Congênita do Zika vírus, esse tipo de preconceito é direcionado aos bebês e suas mães.

Quando questionada sobre o porquê de ter mudado de endereço recentemente, Beatriz - outra “mãe de micro” - respondeu que “enfrentara um problema com o antigo proprietário”. Contou que ele havia dito que achava que “o mosquito tinha



feito uma desgraça com seu filho”. Beatriz, bastante ofendida, prontamente respondeu que o filho estava numa situação muito melhor do que ele: estava crescendo, tinha a possibilidade de melhorar, enquanto ele, o antigo proprietário, só envelheceria!

O preconceito em relação à deficiência dessas crianças também aparecia em um âmbito familiar, de forma mais “sutil” - ou velada. Giovana, mesmo morando ao lado da casa da mãe, não podia contar com nenhuma ajuda da família para cuidar do seu filho, João. Giovana achava que sua mãe tinha nojo ou repulsa de seu filho, e completou: “Você vê, sabe, você vê quando a pessoa não dá aquele cheiro gostoso no bebê. Ela faz isso com os outros netos tudinho, mas não com o meu filho. É bem diferente o tratamento. Eu fico muito triste com isso, muito mesmo”.

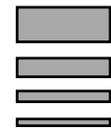
As próprias crianças portadoras da Síndrome Congênita do Zika vírus talvez não tenham (ainda) idade suficiente para entender a dimensão social que essa deficiência pode vir a ter nas suas vidas. Até lá, entretanto, as mães de

micro seguem carregando esse peso sob seus ombros sozinhas.

Essa é toda uma realidade que afetou muito mais as regiões Nordeste e Sudeste do país. Mas, como estudiosa do tema e participante dessa pesquisa, julgo importante trazer os dilemas vividos por essas mães para a nossa realidade do Centro-Oeste. Como antropólogas, precisamos estar atentas a esses fenômenos de preconceito. Agradeço por sua atenção,

Ana Claudia K. de Camargo
Graduanda em Antropologia/UnB





Artigos e Ensaaios

Dar um bale:

Ativismo materno na busca por serviços a bebês com Síndrome Congênita do Vírus Zika no Recife

Lays Venâncio Lira*

***Graduada em Antropologia pela Universidade de Brasília**

Resumo: Muitas ocorrências de uma doença transmitida por um vírus pouco conhecido despertaram grande atenção e preocupação das autoridades brasileiras e internacionais em 2015: o Zika vírus. A doença causada por este vírus (a Zika), é transmitida principalmente pelo mosquito *Aedes aegypti* – o mesmo vetor transmissor dos conhecidos vírus da Dengue e da Chikungunya. A epidemia ganhou ainda mais repercussão após vir a conhecimento público o grande número de nascimentos de bebês com microcefalia e outras anomalias congênitas e, até o início de 2016, sua suposta relação com o vírus da Zika. Hoje, dois anos depois do reconhecimento do surto, os desafios que se apresentam são outros, em especial para as chamadas “mães de micro”, que são as principais cuidadoras dessas crianças. A presente pesquisa tem como foco a análise antropológica da categoria “bale”, percebida em campo e contextualizada no fenômeno da síndrome, especialmente da microcefalia, no Recife/PE, como forma da expressão da mulher cuidadora na busca por atendimento nos serviços de saúde e direitos nas instituições municipais de saúde.

Palavras-chave: microcefalia, maternidade, zika, epidemia, antropologia.

Abstract: In 2015, there were several occurrences of a disease transmitted by a then little-known virus which garnered much attention and sparked great concern from Brazilian and international communities alike: the Zika virus (ZIKV). The disease caused by this virus is transmitted mainly by the mosquito *Aedes aegypti* – the same vector for the known Dengue and Chikungunya viruses. The epidemic moved to the forefront of the public consciousness after there were a large number of documented births of babies with microcephaly and other congenital anomalies and their presumed correlation to the Zika virus. Today, two years after the outbreak was recognized, there are other challenges arising, especially for the so-called *mães de micro* ("micro mothers"), who are the main caregivers of these children. The present research of ZIKV focuses on the anthropological analysis of the "bale" category, perceived in the field and contextualized in the phenomenon of the syndrome, especially microcephaly, in Recife/PE, as a way of expression by the caregiver woman in the pursuit for care in health services and rights in municipal health institutions.

Keywords: microcephaly, maternity, zika, epidemic, anthropology.



Introdução

No Brasil, os primeiros casos da doença causada por infecção do vírus zika foram reportados em 2014, sendo a presença epidêmica do vírus confirmada em abril de 2015 (OLIVEIRA et al, 2017). Neste cenário, o fenômeno que mais mobilizou diferentes audiências dentro e fora do Brasil, dada sua dimensão dramática do ponto de vista humanitário (mas também científico, clínico, assistencial, previdenciário), foi o grande número de nascimentos, a partir de outubro de 2015, de crianças com anomalias congênitas e sua relação com o vírus da Zika.

Cerca de 70% desses nascimentos são classificados com alto grau de severidade física e/ou mental (ALVES, 2016). Malformações fetais como microcefalia, complicações visuais e auditivas, comprometimento motor e cognitivo, doenças articulares e ortopédicas, dificuldade de alimentação e respiração, paralisias cerebrais, deficiências físicas e mentais, desenvolvimento de outras síndromes como epilepsias

refratárias são exemplos de casos que se destacam. Com isso, em 1º de fevereiro de 2016, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que o grande número de casos de microcefalia e outros distúrbios neurológicos eram uma emergência pública internacional em saúde¹. A suspeita de que os casos se relacionavam com o vírus zika permaneceu pelos dez meses que se seguiram. Apenas em março de 2016 foi comprovada, através de diagnóstico laboratorial, a relação da epidemia de microcefalia com vírus (MLAKAR et al., 2016).

Os casos vêm sendo notificados e associados também a outras malformações, mas para todos eles há um prognóstico de muita gravidade. Os bebês com microcefalia têm perspectivas limitadas de reabilitação e vêm ao mundo sem haver tratamento específico ou cura para sua condição. Mesmo com o reconhecimento da subnotificação dos dados do Sistema Nacional de Nascidos Vivos (SINASC) a respeito da microcefalia, é considerado muito alto o número de casos que



vêm sendo notificados desde o ano de 2015 (COLLUCCIE & GERAQUE, 2016). Esse fenômeno de anomalia fetal relacionado ao vírus zika desafia a convencional divisão biomédica entre patologias contagiosas e crônicas: aqui estamos diante de uma causa infecciosa e uma convivência com os desdobramentos da infecção em longo prazo e de modo cronicado. Embora seja absolutamente importante elaborar ações preventivas para diminuir a incidência de futuros adoecimentos da população brasileira por infecções do tipo, neste trabalho decidiu-se voltar a atenção para o quadro que já está muito evidente: o de pessoas convivendo com a síndrome.

Este artigo constitui simplesmente uma abordagem parcial de uma argumentação inserida num outro, de âmbito maior, isto é, uma análise mais abrangente das diversas redes de cuidado e apoio das mulheres mães e/ou cuidadoras de bebês com microcefalia no Recife/PE, realizado com base nos dados construídos nos períodos de pesquisa

de campo a partir de meados de 2016. Em suma, o intento aqui se resume a indicar a conexão existente entre uma mudança na expressão social dessas mulheres a partir da chegada, em suas vidas, de uma criança portadora da ainda pouco compreendida Síndrome Congênita do vírus Zika.

O estado nordestino de Pernambuco é o sétimo mais populoso do Brasil (2010) e está no topo da lista com maior número de casos de microcefalia confirmados pelo Ministério da Saúde. De acordo com o Informe Epidemiológico nº 57 de 2016, foram 2.259 casos notificados e 408 confirmados entre 08 de novembro de 2015 e 31 de dezembro de 2016². Esta foi

²Dentro do número de casos notificados consta tanto os casos suspeitos quanto os prováveis, sendo os primeiros entendidos como os indivíduos que apresentam alguns sinais e sintomas que indicam similaridade com os agravos de um grupo que compartilha de determinada sintomatologia; e os segundos correspondem aos casos clinicamente compatíveis com tal grupo, mas ainda sem confirmação em laboratório



a principal razão para a escolha do local do trabalho de campo.

Uma das primeiras tarefas desta pesquisa foi o mapeamento, classificação e leitura de bibliografia sobre os movimentos de ativismo de pacientes ou adoecidos para conhecer e lutar por direitos entre serviços de saúde, medicamentos, tratamentos etc. Além disso, a literatura sobre redes de apoio e ajuda mútua também foi de grande importância.

A história mostra que, em tempos de epidemia, as pessoas tendem a apresentar comportamentos alterados pelo medo. No caso das mulheres grávidas, estar num contexto desses apresenta muito mais desafios do que para qualquer outro grupo de indivíduos. Em menos de uma década, três surtos globais de doenças infecciosas tiveram especiais implicações sobre as mulheres grávidas: o H1N1, o Ebola e, atualmente, a Zika. No

do vínculo epidemiológico. O caso é considerado confirmado quando atende aos critérios clínicos, laboratoriais e o vínculo epidemiológico com o agravo em questão. (LAGUARDIA & PENNA, 1999).

primeiro caso, mulheres grávidas e bebês formavam grupos de risco por complicações graves e morte; no segundo, os efeitos eram mais severos em mulheres gestantes e havia preocupação a respeito da transmissão vertical de bebês recém-nascidos; o terceiro, por conta da microcefalia, caracteriza-se por ser uma doença com diretas e sérias preocupações sobre mulheres grávidas e em idade reprodutiva (OMER & BEIGI, 2016).

Segundo Saad B. Omer et al (2016), apesar de constituírem um grupo de prioridade no desenvolvimento e avaliação de vacinas contra a zika, existem muitas barreiras éticas para os testes em mulheres grávidas. “Tais dificuldades desafiam a habilidade de desenvolver métodos de combate à epidemia”, escreve o autor. Outro destaque é dado por Ilana Löwy (2016), ao comentar sobre gravidez, zika e microcefalia. Ela afirma que é difícil diagnosticar a microcefalia no período pré-natal, e o Ministério da Saúde não menciona dados a respeito de infecções maternas e fetais com o vírus da zika.



Ou seja, há ainda muita incerteza pairando sobre o assunto.

Não existe tratamento para irregularidades no desenvolvimento cerebral dos fetos e, no Brasil, as mulheres não podem legalmente interromper a gravidez. Todas essas questões podem gerar graves e complexos problemas sociais, com ecos fortes também sob políticas públicas, saúde pública, acesso aos serviços de saúde, direitos humanos, dentre vários outros setores da vida humana. O governo brasileiro reúne esforços a fim de parar a epidemia o vetor da zika, mas isso, apesar de ser importante, não é suficiente. Os bebês que já nasceram e suas cuidadoras permanecem sem serviço e atendimento adequados e precisam mobilizar mundos e fundos para sobreviver. Eis o que constitui o objetivo deste artigo: delinear um dos efeitos e estratégias comportamentais da mulher cuidadora diante do despreparo social e institucional no contexto da epidemia de síndrome congênita do vírus zika no Recife, assim como apresentar o surgimento,

a partir do bale, de um novo tipo de ativismo de cuidadoras.

Metodologia

Dado que as mulheres, sobretudo as mães de crianças que nasceram com a síndrome, se constituem as principais protagonistas para enfrentar e cuidar dessa situação, escolhi tomá-las como principais interlocutoras. O primeiro contato com as mulheres foi feito a partir de postagens no blog Cabeça e Coração³, que reúne narrativas sobre bebês nascidos durante o surto de microcefalia contadas, principalmente, por suas mães biológicas ou adotivas, as principais cuidadoras nestes casos. No blog, além de um parágrafo contando um pouco de suas histórias, encontram-se endereços postais para doações materiais e números de contas bancárias para doações monetárias. Após a leitura dos posts, foi feito um mapeamento geral do blog. O número de histórias foi separado, primeiro

³cabecaecoracao.com



por estados brasileiros, depois pelas cidades do estado de Pernambuco, e por fim, pelos bairros do Recife, cidade que proporcionalmente reúne o maior número de casos no Brasil. No primeiro momento, foram escolhidas quatro histórias de residentes da cidade. Aos endereços disponibilizados no blog, foi enviada a cada mulher uma carta de apresentação e convite para participar da pesquisa. Depois disso, três delas responderam e os primeiros contatos foram estabelecidos por meio do aplicativo WhatsApp. Não se pretendeu, nesta pesquisa, fazer uma abordagem panorâmica, mas que, a partir dos primeiros contatos, a abordagem se expandisse para mais mulheres interessadas em participar do estudo e contribuir com contatos mais longos e sucessivos no Recife.

Após semanas de conversas por WhatsApp, três pesquisadoras da equipe, Fernanda Vieira, Soraya Fleischer e eu, pousamos em Recife e lá permanecemos por quinze dias, período em que foram realizadas visitas à casa de duas des-

sas mulheres para entrevistas, aos grupos os quais participam, aos hospitais e clínicas onde passam a maior parte de seu tempo. As entrevistas aconteceram, em grande parte, em seus ambientes domiciliares e foram orientadas por um roteiro de perguntas, sendo este suficientemente aberto para contemplar as questões que fossem apresentadas como importantes por essas mulheres. No roteiro, havia um total de 16 perguntas distribuídas em cinco blocos: I) Trajetória pessoal & maternidade; II) Redes de cuidado e apoio; III) Política/militância; IV) Cuidados com o bebê; e V) Serviços de saúde etc.

A ideia maior era conseguir compreender como essas mulheres e suas famílias vivenciavam a síndrome que atingiu seus filhos e filhas, que serviços e instituições vinham sendo buscados para apoio, se e como conheceram outras mulheres/famílias na mesma situação, se e como vinham se associando e que tipos de ajuda conseguiam ao se mobilizar, se novas redes de apoio vinham surgindo e em que es-



paços (igrejas, vizinhanças, escolas/creches, serviços de saúde etc.). A partir dessas primeiras mulheres que responderam ao convite em nossas cartas e que gentilmente nos receberam em suas casas semanas depois, pudemos conhecer várias outras, suas colegas do bairro, das clínicas, dos hospitais, das ONGs. A partir da técnica metodológica de snowball (bola de neve), uma rede de interlocutoras foi construída.

Cadernos de campo, câmera fotográfica e gravadores de áudio também foram utilizados, conforme a concordância das interlocutoras. Os diários de campo eram produzidos logo após as saídas de campo, para que se conseguisse captar o máximo de detalhes e reflexões produzidos pela observação e memória das pesquisadoras. A ideia do produto audiovisual era que este servisse não apenas para resultados de pesquisa antropológica, mas também para as mulheres e suas filhas e filhos no processo de empoderamento diante dos serviços públicos e para os movimentos e ONGs feministas que têm apoiado essas mulheres.

De volta à Brasília, foram editados os diários de campo, totalizando um tomo impresso de 215 páginas, transcritas as entrevistas e ambos materiais foram compartilhados, discutidos em equipe e organizados. Categorias analíticas foram apontadas para o início da interpretação dos dados, dentre elas, a ideia de “bale”, que é objeto deste artigo. Rascunhos dos primeiros textos produzidos a partir dos diários de campo, feitos em colaboração com Fernanda Vieira e Soraya Fleischer, foram circulados entre as integrantes do grupo de pesquisa e a orientadora para leitura e revisão.

Resultados

Após intensos e densos quinze dias de campo, visitando as mulheres e suas crianças em casa, acompanhando-as na circulação pela cidade e suas rotinas agitadas entre hospitais, clínicas, sessões terapêuticas, reuniões em ONGs, entre outros espaços, foi possível perceber que várias mães usavam a ex-



pressão local dar um bale como ferramenta comportamental a fim de conseguirem atendimento ou acesso a serviços de saúde, de assistência, de justiça ou de transporte para seus bebês.

Este trabalho se concentra nos relatos de duas jovens mulheres mães, da camada popular, as quais serão chamadas aqui de Marcela e Judith. A escolha se deu pela presença marcante da categoria “bale” em muitas de suas falas. Respectivamente, os bebês portadores da síndrome serão chamados de Daniel que, em outubro de 2016 quando estivemos no Recife, ele estava com 1 ano e 2 meses de idade, e a outra bebê é a Lili, com 11 meses.

Marcela estava com 22 anos, solteira, com três filhos com menos de 4 anos e moravam todos na casa de seus pais desde que se separou do pai da criança mais velha e da mais nova. Esperavam pela casa do Programa Minha Casa Minha Vida, que deveria sair nos meses seguintes. Antes da chegada de Daniel, Marcela trabalhava com telemarketing à tarde e vivia com o pai dos meninos em uma cidade na Grande Recife.

Na época, ela pagava tudo em casa: aluguel, escola particular para os meninos, contas, comida. Quando Dani nasceu, ela contratou uma conhecida para ajudar o marido desempregado nos cuidados com os meninos enquanto ela trabalhava fora. Não tardou muito até que descobrisse a traição, as brigas se tornassem mais violentas e ela decidiu voltar para a casa dos pais, num bairro popular do município de Recife, mais perto dos serviços que seu filho Daniel em breve passaria a utilizar.

Judith estava com 32 anos e casada com um homem que por nós foi considerado como abusivo, pai de suas quatro crianças pequenas. Moravam todos em uma casa alugada num bairro fronteiriço de Recife. Para chegar a um dos hospitais onde Lili fazia acompanhamento ou à sede da ONG a qual participavam, Judith precisava pegar um metrô e pelo menos dois ônibus. As duas iam e vinham pela cidade diversas vezes ao dia, vários dias da semana. O marido descreditava da deficiência da filha por achar que a mulher havia



visto nisso um bom pretexto para passar os dias na rua atrás de outros homens. Judith desmentia essa acusação veementemente e ele só aceitou um pouco melhor suas andanças pelos serviços de reabilitação quando, por fim, ele aceitou acompanhar Judith num desses dias de intenso trânsito urbano.

Desde o primeiro dia em campo, a expressão “dar um bale” emergiu de maneira interessante. Logo após nos contar sobre um episódio em que precisou circular várias vezes de ônibus pela cidade com o bebê passando mal, quase sem respirar, em busca de atendimento, e que só o conseguiu após brigar e gritar dentro da UPA, Marcela disse, sem ser perguntada, que as pessoas achavam que ela devia estar “doida” depois do nascimento desse caçula. “O motivo, segundo eles, é o estresse cotidiano” (DCFV, 2016: 9)i. Junto à palavra “doida”, ela emendou “balista” – explicando, “O povo me chama de balista porque eu falo mesmo, eu brigo, esculhambo, eu dou bale, mas não me acho doida não. É só porque se não for assim, não dá”.

Judith, num denso relato sobre o parto de Lili, sua caçula, contou que este estava programado para ser uma cesárea seguida de laqueadura. Ela queria muito a cirurgia, pois julgava já ter filhos além da conta. Teve a oportunidade de fazê-la antes de engravidar de Lili, mas, na época, seu marido não quis assinar o termo de consentimento. Desta vez, segundo nos contou, ela brigaria até o fim. No dia marcado para fazer os procedimentos, Judith chegou ao hospital, mas a médica que a examinou, presumindo que seria um parto normal, disse que ela “ainda não estava pronta”. Quer dizer, estava prestes a encaminhá-la para um parto sem intervenção ou cirurgia, contrário ao que Judith havia planejado. Sem comer há três dias, já se preparando para a rotina do centro cirúrgico, ela não aceitou esta decisão. Só sairia dali com sua filha nos braços e a ligação tubária feita. “Deu um bale” em todo mundo que tentasse convencê-la do contrário. Ela acredita que se não tivesse batido de frente e insistido na real-



ização dos procedimentos, seria bastante provável que tivesse recebido alta sem as duas operações: cesariana e laqueadura.

A microcefalia de Lili foi diagnosticada ainda durante a gestação e Judith sabia que, dali em diante, sua vida seria bem diferente. Uma criança que precisaria de muita atenção e cuidados estava por vir. Eis também a importância da laqueadura para ela. Outro filho significava muito mais trabalho do que ela já era capaz de dar conta, sobretudo num cenário de deficiência. Além do mais, Judith queria muito se separar do marido e sair da sua dependência. Contou que os dois já não davam mais certo havia algum tempo. Quando a conhecemos, a sua esperança era Lili andar, pois com ela andando, a carga de cuidados centrados nela seria menor, poderia deixar Lili com alguém e voltar a trabalhar fora a fim de sustentar uma casa e seus quatro filhos, coisa que ainda não era possível. O problema é que não se sabia quando Lili poderia andar. Não se sabia ao certo se Lili poderia mesmo andar.

Logo, não se sabia quando Judith poderia sair daquela casa, daquele casamento. Uma mulher que antes era proprietária de três negócios – uma padaria, uma mercearia e uma quitanda – e de modo quase repentino passou a viver de benefício do governo chamava atenção. Perguntei se ela achava que o marido entendia a deficiência da filha e ela respondeu de forma rápida e direta: “o ciúme e a possessão dele não deixam ele enxergar a deficiência dela” (DCLV, 2016:173). Seus olhos se encheram de lágrimas, mas nenhuma chegou a cair.

Discussão

Dar o bale é uma expressão de origem regional pernambucana que quer dizer: discutir, brigar, fazer confusão. Mas também pode significar, em última instância, exigir uma demanda, reclamar por direitos individuais e sociais. Uma mulher balista é tida como uma mulher grossa, de pavio curto, que “arma barraco”, como se diz por Brasília. Pode-se perce-



ber, no conjunto das conversas, que tornar-se mãe de um bebê com microcefalia faz com que a mulher seja introduzida a um universo completamente novo a ser desbravado. Isso perpassa desde conflitos internos e psicológicos para aceitar e acomodar a criança em seu cotidiano, passando por socialização biomédica, conjugalidade e redes de cuidado, mudança de hábitos, ambientes e afazeres cotidianos, e chegando, inclusive, a uma possível mudança radical na forma de expressar sua existência e a de sua filha ou filho no mundo. A “mãe de micro”, como essas mulheres se chamavam, frequentemente se torna balista, um adjetivo que sabiam carregar um estigma negativo pelo uso popular, porém, para elas, é uma forma deliberada de garantir sobrevivência de suas filhas e filhos e, ao mesmo tempo, exercer uma militância ativa e diária em prol do reconhecimento da condição de saúde e cidadania dessas crianças.

O bale (ou baile, como também notamos ser chamado) não é uma expressão que surgiu junto à Síndrome Con-

gênita do Vírus Zika. Ele já existe há tempos no vocabulário popular. É um termo estigmatizado e endereçado majoritariamente às mulheres. No contexto da síndrome, ele parece ter emergido de maneira a perpetuar uma certa crítica à conduta da mulher, neste caso, àquela que busca a todo custo por serviços e direitos às filhas e filhos portadores de importantes e diversas malformações porque, sobretudo, essas mulheres foram descobrindo que, dentre os serviços públicos oferecidos pela Prefeitura, pouco havia especificamente para crianças com deficiências. O termo vem, geralmente, acompanhado do estigma de mulher louca, doida, exagerada, discurso psicopatológico este que é historicamente usado, de forma misógina, a fim de invisibilizar e deslegitimar a voz e demandas das mulheres nos mais variados contextos em sociedade.

As mães de micro se veem em meio a duas enxurradas de cobranças e pressões: de um lado, a extenuante carga de serem geralmente as cuidadoras principais (e, muitas vezes, as únicas)



de seus bebês e, com isso, se verem na obrigação de sair na busca incessante por boas condições de vida para elas, indo desde o suprimento de alimentos, medicamentos, roupas, até o desenvolvimento, estimulações, terapias, consultas, exames requeridos pelos profissionais de saúde; de outro, a lida com a classificação social diante de toda a ginástica financeira, burocrática e existencial que passam pelo fato de assumirem (ou não⁴) a maternidade dessas crianças. A mãe balista nasce desse contexto de tantas e novas demandas e poucos recursos e possibilidades.

Uma outra mulher nos disse “Eu também mudei muito, sabe. No começo, quando era só ele com esse problema, eu ouvia as coisas e não dizia nada. (...) Hoje eu não deixo barato” (mãe de uma criança com a Síndrome, Recife/PE. DCSF, 2016:193). Ela está sugerindo que não apenas o fato da chegada de um bebê novo em sua vida conduziu mudanças, mas

⁴Como quando, por exemplo, decidem entregar o bebê de micro à adoção ou deixam para que outros parentes assumam os cuidados da criança.

especificamente o fato de ter sido um bebê com a síndrome. E mais: uma síndrome causada pela epidemia de um vírus. Saber que, muito provavelmente, a Síndrome se justifica pelo Estado se desincumbir de suas obrigações coletivas e que há outras mulheres na mesma situação fez com que se sentissem mais confiantes de encarar muitas barreiras sociais e institucionais e clamarem por visibilidade e ações para a situação.

Contudo, como nem toda “mãe de micro” é balista, aqui, quero sugerir um subtipo: a mãe de micro balista. Vejo um bônus de ser uma mãe de micro balista e aproveito para contextualiza-la: transformar-se aos poucos em uma mulher com força e empoderamento na voz e nos atos, capaz de ativar dispositivos civis e questionar e enfrentar burocracias que, se paralisadas, podem levar embora a vida de suas crias. Ônus também podem ser identificados, dentre outros, na exaustão e solidão dessas mulheres, assim como na avaliação moral realizada pelas famílias, pelas demais mães de micro e pelos aten-



dentos dos serviços ao se depararem com uma mulher balista batendo numa porta, batendo boca ou batendo as tamancas. Pobres, sem instrução formal, mães muitas vezes solo, sem possibilidade imediata de trabalho, e, por isso, dependentes de recursos do Estado, que brigam com profissionais de saúde, rebatem intolerâncias cotidianas, se juntam para pressionar as instituições públicas de saúde etc. Todo esse conjunto de fatores e características, somados aos estigmas a eles atrelados fazem com que a nossa sociedade não seja o lugar mais confortável e respeitado para essas mulheres mães de micro.

Referências Bibliográficas

ALVES, Gabriel. “Microcefalia ligada ao zika é severa em 71% dos casos, diz estudo”. Folha de São Paulo, 23/01/2016.

MLAKAR, Jernej et al. Zika Virus Associated with Microcephaly. *The New England Journal of Medicine*, 2016; 374:951-958. March 10, 2016.

OLIVEIRA, Wanderson K. de et al. Zika Virus Infection and Associated Neurologic Disorders in Brazil. *The New England Journal of Medicine*, 2017; 376; 16. April 20, 2017.

BONETTI, Alinne de L. Não basta ser mulher, tem de ter coragem: uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife - PE. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.



COLLUCCI, Cláudia e GERAQUE, Eduardo. “Estudos apontam maior taxa de microcefalia em era pré-zika”. Folha de São Paulo, 15/02/2016.

FONSECA, Claudia. Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. Cad. Pagu, Campinas, n. 29, p. 9-35, Dec. 2007.

LAGUARDIA, Josué; PENNA, Maria Lúcia. Definição de caso e vigilância epidemiológica. Inf. Epidemiol. Sus, Brasília, v. 8, n. 4, p. 63-66, dez. 1999. Disponível em <http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-16731999000400005&lng=pt&nrm=iso>.

LOWY, Ilana: Vírus, Mosquitos e Modernidade, 2006: Fiocruz. Disponível em <<http://static.scielo.org/scielo-books/7h7yn/pdf/lowy-9788575412398.pdf>>

OMER B, Saad e BEIGI H, Richard. “Pregnancy in the Time of Zika : Addressing Barriers for Developing Vaccines and Other Measures for Pregnant Women”. JAMA, March 22/29, 2016 Volume 315, Number 12.

PRESSE, France. “Zika: entenda o que significa uma emergência de saúde pública global”. G1, 3 de fev. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bemestar/noticia/2016/02/zika-entenda-o-que-significa-uma-emergencia-de-saude-publica-global.html>>.



Biopolítica e Medicina Social em Foucault¹

Ana Paula Winck Alves *

Georgia Guernelli Batista **

Graziela Maria Marculan**

Pedro Henrique Melchior Nunes da Horta *

* Graduando/a em Relações Internacionais e Integração, pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA).

** Graduando/a em em Medicina, pela Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA).

Resumo: O objetivo deste trabalho é desenvolver uma análise reflexiva do pensamento do filósofo Michel Foucault sobre a biopolítica e sobre o biopoder. Foucault discute o conceito de biopolítica como a forma pela qual o poder se modifica ao final do século XIX e início do século XX, tendo como alvo a população e atuando na gestão da saúde, higiene, alimentação, sexualidade, natalidade, morbimortalidade, na medida em que essas se tornam preocupações políticas. Nessa perspectiva, nosso artigo analisa, a partir de textos de Michel Foucault, o desenvolvimento e surgimento da medicina como prática social e biopolítica, presente até hoje.

IAgradecemos ao professor orientador da disciplina de Ética e Ciência, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), do ano de 2017, João Roberto Barros II, doutor em Filosofia pela UNISINOS/2012 e em Ciências Sociais pela UBA (Universidade de Buenos Aires - CONICET/2013), pelo grandioso apoio e a admirável fundamentação teórica, alicerce do tema aqui abordado, bem como pelo constante fomento à reflexão e à busca pelo conhecimento.

Palavras-chave: Biopolítica; Biopoder; Foucault; Medicina Social

Abstract

This article aims to develop a reflexive analysis from the thought of the philosopher Michel Foucault about biopolitics and biopower. Foucault discusses the concept of biopolitics as a way in which the power modifies itself in the late XIX century and early XX century, having the population as key target and acting in the management of health, hygiene, nutrition, sexuality, natality, morbimortality, as far as they become political concerns. From this point of view, our article analyses, taking into account Michel Foucault's texts, the development and emergence of the medicine as a social practice and biopolitics, existing even today.

Key-Words: Biopolitics; Biopower; Foucault; Social Medicine

Introdução

A adequada compreensão dos movimentos que orientam a medicina passa por um estudo atento de como ela se tornou uma prática social, com o objetivo não apenas de guiar os indivíduos a uma adequação no que tange à sua saúde, mas na realização de relatórios médicos que fazem um profundo estudo da história da humanidade e visam a adequação social em uma



sociedade biopolítica. É no fluxo desta transformação que Michel Foucault analisa as práticas que regem a medicina, com enfoque nos conteúdos que causaram esta mudança.

O autor estuda três regimes de poder que se apoiam uns nos outros: a soberania, a disciplina e a biopolítica, sendo que os dois últimos formam o biopoder. O poder régio, caracteristicamente repressivo, dá lugar a um poder produtivo. No caso da biopolítica – foco do presente trabalho – passa a existir como um mecanismo de poder que se exerce como um governo da vida, uma estatização do biológico. A partir disso, ao estudar os fenômenos vitais da população não se busca apenas disciplinar o indivíduo, mas também regulá-lo, tendo como cerne a população².

²Faz-se relevante ressaltar que os textos de Michel Foucault aqui trabalhados não foram apresentados em uma conjuntura cronológica. O estudo do termo população aparece, mais precisamente, nos anos setenta, no curso “Segurança, Território e População”.

Deste modo, é importante compreender que para Foucault o saber não é universal, imparcial ou objetivo; e o saber-poder atua sobre os processos de vida através do controle – no caso da disciplina – e da modificação – no caso da biopolítica. Assim, o saber-poder³ causa uma ruptura em que a vida passa a ser objeto da política, sendo a medicina uma de suas formas de atuação e, portanto, também foco deste trabalho.

1. Biopolítica, dispositivos de segurança e o nascimento da clínica

A relação entre saber e poder em Foucault emerge junto à produção de conhecimento e ao exercício de poder estabelecidos em sociedade. Neste sentido, o autor trabalha, primeiramente, com a relação conjuntural desta questão ao

³O saber-poder é trabalhado por Foucault por ambos serem interligados e se influenciarem mutuamente. Assim, o saber permite o estabelecimento de poder, sendo também permeado por suas relações.



voltar no contexto das influências régias, onde os privilégios do poder soberano era o direito de vida e morte (FOUCAULT, 2014, p. 145). Para ele, como os súditos eram condicionados à defesa de seu soberano – e, para isso, arriscavam suas vidas – o poder tinha uma relação direta com a morte, sendo um “direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2014, p. 146). Este direito tinha um objetivo que se fundamentava no soberano pedindo que seus súditos o defendessem: um direito à morte.

Entretanto, este poder régio não conseguia se fundamentar apenas na relação de vida com o soberano, e ocorreu uma inversão de valores nos mecanismos de poder: o soberano não mais tinha a exclusiva função de prezar pela sua própria vida, mas pela vida do corpo social, que era estimulada a crescer e a se desenvolver. Assim, *pari passu* a um estado de natureza hobbesiano, as guerras eram travadas em nome de todos e

“populações inteiras (eram) levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver” (FOUCAULT, 2014, p. 147), e a relação do poder com a vida era exercida a nível da espécie humana.

É neste sentido que ao governante coube a função não mais de almejar o direito à morte, mas de institucionalizar a nova relação de poder com a vida e, para isso, seria preciso nela investir. Por conseguinte, Foucault entende que se trata de uma era do biopoder (FOUCAULT, 2014, p. 151), era esta que, além de fundamentar o aparato estatal de dominação individual, também o legitima, aumentando as forças dos indivíduos sem torná-los mais difíceis de se dominar e, ao passo que o homem “[...] aprende, pouco a pouco, o que é ser uma espécie viva, num mundo vivo, [...] pela primeira vez na história, [...] o biológico reflete-se no político” (FOUCAULT, 2014, p. 154). Ademais, este biopoder foi um elemento para o desenvolvimento do capitalismo, onde houve uma “[...] inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos



fenômenos de população aos processos econômicos” (FOUCAULT, 2014, p. 152). Dessa forma, a governamentalidade⁴, segundo Nadesan (2008), passa a explorar as regularidades do cotidiano, tornando-se a conduta das condutas e a partir da

molecularização da vida concorda com racionalidades neoliberais ao transformar fenômenos complexos (por exemplo, diversidade humana e doença) em recursos e custos que podem ser representados e manipulados dentro de cálculos de valor comerciais (NADESAN, 2008, p. 2).

Neste contexto, um conceito que Foucault trabalha é o “dispositivo” que, de maneira geral e na perspectiva de Fanlo, é

⁴Este é um conceito que Foucault passa a abordar nos anos 1970, nos cursos “Segurança, Território e População” e “Nascimento da Biopolítica”, e trabalha a governamentalidade no seu sentido político – o governo estatal -, mais especificamente as técnicas liberal e neoliberal. Assim, é o conjunto de instituições, procedimentos e táticas que atuam sobre a população por meio de dispositivos de segurança. É importante frisar que o autor não exclui nem formas do poder soberano nem da sociedade disciplinar ao falar da governamentalidade.

uma rede que se estabelece entre vários elementos (discursivos ou não) como discursos, leis, medidas administrativas, instalações arquitetônicas, entre outros. Ademais, a natureza do vínculo entre esses elementos diz respeito às suas mudanças de posição e de função, sendo a função geral do dispositivo responder uma urgência em um momento histórico dado (FANLO, 2011, p. 1).

Nesta nova era do biopoder a liberdade se torna um elemento essencial, sendo consumida e obrigatoriamente produzida e organizada pela nova razão governamental. No entanto, “é necessário produzir a liberdade, mas esse gesto mesmo implica que, de outro lado, se estabeleçam limitações, controles, obrigações apoiadas em ameaças, etc” (FOUCAULT, 2008, p. 87). Portanto, o custo dessa liberdade é a segurança – não deixar que os interesses individuais se sobreponham aos coletivos e vice-versa – gerida por dispositivos próprios (FOUCAULT, 2008, p. 89).

Sendo assim, Foucault analisa os dispositivos de segu-



rança especificamente como tecnologias de governo das condutas que agem sobre a população, que por sua vez consistem em indivíduos com liberdade produzida. Esses dispositivos dizem respeito ao meio pelo qual é feita a gestão da população, da circulação de pessoas, mercadorias, consumo, ociosidade, e se tornam mais eficientes ao colocar a escassez como algo natural (BARROS, 2016, p. 224). Além disso, são responsáveis por evitar distúrbios na população em casos de epidemias, por exemplo, ao implantar a vacinação, também permitindo à polícia médica agir de modo mais específico (BARROS, 2016, p. 220).

Por conseguinte, a polícia terá a fase da utopia de Tourquet em que estende suas atividades a tudo aquilo que os homens, vivos e produtivos, fazem ou compreendem; em segundo lugar, velará pelo vivo, ou seja, o indispensável, o útil e o supérfluo para a vida, de acordo com De Lamare; finalmente, será uma disciplina acadêmica, mais proeminente na Alemanha (FOUCAULT, 2014, p. 303-306). É a partir dessa

polícia que o indivíduo se integra à utilidade estatal, causando uma mudança no poderio do Estado, seja de forma positiva ou negativa, ou seja, “o Estado tem que se ocupar do indivíduo apenas quando ele pode introduzir tal mudança. E tanto o Estado lhe pede para viver, trabalhar, produzir e consumir, como lhe exige morrer” (FOUCAULT, 2014, p. 301)⁵

Isto posto, o autor delibera que as instituições de poder estatizaram o biológico, pois a produtividade advinda dos indivíduos não acontece por meio da repressão, mas pela manutenção da vida e no investimento de suas forças produtivas. Foucault entendia essa etapa do biopoder como uma “biopolítica”, que seria

a maneira como se tentou, a partir do século XVIII, racionalizar os problemas apresentados à prática governamental pelos fenômenos próprios a um conjunto de viventes constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças (FOUCAULT, 2011, p. 459).

⁵A análise exposta no parágrafo foi realizada no curso “Segurança, Território e população”, ministrado por Michel Foucault no Collège de France (1977-1978), e tem como foco o nascimento do liberalismo e do pensamento liberal.



Logo, a biopolítica age sobre os desejos naturais da população de satisfação de seus interesses, e através dos dispositivos de segurança produz desejos artificiais e interesses coletivos. Ela trabalha com uma dinâmica própria de resistência e criação que questiona quaisquer mecanismos externos a ela; tem sua importância na resistência, justo porque as relações de poder são obrigadas a mudar com ela; e é uma dinâmica do corpo social pautada “entre forças que sempre envolvem uma relação de poder” (FOUCAULT, 2014, p. 103).

Define-se, portanto, que a biopolítica é uma tomada de poder sobre os corpos individuais e sobre a espécie humana; e é a medicina que assegura a passagem epistemológica da condição anátomo-política do corpo humano, a biopolítica do corpo humano: natalidade, mortalidade, longevidade, fecundidade (objetos que demonstram a estatização do biológico) (ANDRIEU, 2004, p. 3).

Deste modo, a medicina, ciência indispensável para a

sociedade biopolítica, passou de uma mera prática individualista tête-à-tête entre médico e paciente a uma instância judiciária que define “[...] não somente o que é normal e o que não é, mas, por fim, o que é lícito ou ilícito, criminal ou não criminal, o que é abuso ou prática maligna” (FOUCAULT, 2011, p. 306). Por isso,

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 2012, p. 47).

Percebe-se que a biopolítica opera através da medicina no controle dos corpos. Em *O Nascimento da Clínica*⁶, Foucault e Rabinow (apud PETERS, 2008, p. 16) sistematizam a trajetória de Foucault em quatro períodos: 1) “heideggeriano”, simbolizado pelo estudo da loucura e da razão; 2) arqueológico, no qual as grandes obras são a “Arqueologia do Saber” e “A Ordem das Coisas”; 3) genealógico, marcada pela obra “Vigiar e Punir”; 4) ético. A obra “O Nascimento da Clínica” refere-se a fase arqueológica, na qual Foucault analisa a transformação da medicina, apresentando-se no início do século XIX, como medicina científica.



cault (2015, p. 10) diz que a partir do século XIX os médicos passaram a descrever além de suas próprias imaginações e começaram a usar mais a razão, utilizando para isso a técnica da observação. Ao citar o médico Sournia, Foucault demonstra como a medicina obteve o aval biopolítico. O médico constatou: “[...] nós ‘o observamos’ (o paciente) do mesmo modo que observamos os astros ou uma experiência de laboratório” (FOUCAULT, 2015, p. 14). A biopolítica, pois, é um meio de estudar a biologianão só como uma história natural, mas como uma história da humanidade. Assim, essas descobertas transformam os relatórios médicos em uma espécie de poder, e transformam os indivíduos em uma entidade biológica em relação a seus corpos e às suas vidas (ANDRIEU, 2004, p. 3).

A biopolítica condiciona a administração da vida ao biopoder; e a medicina, por ser uma estratégia biopolítica, tornou-se uma prática social que utiliza o corpo como requisito desta nova era social. Segundo Machado (1978,

p. 248) na medicina “o fundamental será, não a ação direta sobre a doença para restabelecer a saúde, mas, antes de tudo impedir o seu aparecimento e controlar a sua manifestação”. Condicionamo-nos, pois, a uma medicina social.

2. Surgimento da Medicina Social

Em seu livro “Microfísica do Poder” (2012), Michel Foucault discute sobre o nascimento da medicina social. Segundo o autor, no final do século XVIII, nasce a medicina moderna e científica, com o surgimento da anatomia patológica. Esta nova medicina se mostra num contexto em que o conceito de Estado, como conhecido hoje, estava se formando e que o mundo capitalista estava emergindo como uma nova ordem social, política e econômica.

O momento em que o Estado se encarrega de maneira positiva da saúde dos cidadãos é o mesmo em que a sociedade como um todo aparece como passível de uma regulamentação médica. E regularizar a organização e o funcionamento sociais do ponto de vista sanitário exige que a medicina se obrigue não apenas a tratar o indivíduo doente, mas



fundamentalmente a supervisionar a saúde da população, não só a visar ao bem-estar dos indivíduos, mas à prosperidade e à segurança do Estado (MACHADO, 1978, p. 253).

Por isso, há de se pensar que a medicina moderna é individualista porque penetrou nas relações de mercado, ou seja, já que está ligada a economia capitalista, ela é individualista e baseada apenas nas relações entre médico e paciente com o intuito do lucro, ignorando a dimensão coletiva, da sociedade. Foucault tenta nos provar o contrário. Para ele, a medicina moderna é uma medicina social “que tem por background uma certa tecnologia do corpo social; que a medicina é uma prática social que somente em um de seus aspectos é individualista e valoriza as relações médico-doente” (FOUCAULT, 2012, p. 47).

Minha hipótese é que com o capitalismo não se deu a passagem de uma medicina coletiva para uma medicina privada, mas justamente o contrário; que o capitalismo, desenvolvendo-se em fins do século XVIII e início do século XIX, socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho (FOUCAULT, 2012, p. 47).

Também, Foucault nos explica que, a socialização

da medicina se deu por etapas e que não foi a princípio como força de produção que o corpo foi atingido pelo poder médico, ou seja, não foi o corpo do proletariado que foi assumido pela medicina em primeiro lugar. Na realidade, isso ocorreu por último, na segunda metade do século XIX, que se colocou o problema do corpo que trabalha, da saúde e da capacidade produtiva dos indivíduos. Assim, de forma geral, Foucault demonstra que a formação da medicina social ocorreu em três etapas: medicina de Estado, medicina urbana e, finalmente, medicina da força de trabalho.

Primeiramente, Foucault trata da medicina do Estado que se desenvolveu, sobretudo, na Alemanha, no começo do século XVIII. Lá surgiu a noção de *Staatwissenschaft*, conceito alemão, que significa ciência do Estado. Busca-se um conhecimento que tem por objeto o próprio Estado, ou seja, seu funcionamento geral como aparelho político e também conhecimentos sobre recursos naturais e sobre a população.



Essa especialidade fez com que o Estado acumulasse e extraísse saberes para melhorar e garantir seu funcionamento.

O Estado como objeto de conhecimento e como instrumento e lugar de formação de conhecimentos específicos, é algo que se desenvolveu, de modo mais rápido e concentrado, na Alemanha, antes da França e da Inglaterra (FOUCAULT, 2012, p. 48).

A partir do exposto, pode-se entender porque a medicina de Estado apareceu primeiramente na Alemanha. Na época do mercantilismo, desde o final do século XVI, todas as nações do mundo europeu se preocuparam com o estado de saúde de sua população, já que, este se caracterizou, além de prática econômica, como uma prática política que consistia em controlar os fluxos monetários, mercadológicos e atividade produtora da população. Portanto, estendendo-se ao conceito de biopolítica, o mercantilismo se preocupa em medir a produção da população, a quantidade de população ativa, produção por cada indivíduo ativo e, a partir disso, estabelecer fluxos comerciais favoráveis a entrada de moeda no Estado, utilizando, posteriormente, no pagamento de seus exércitos e outros aparatos que assegurem

a imagem superior de força do Estado em relação aos outros.

O grande diferencial da Alemanha em relação aos outros países europeus, porém, foi no fato de intervir organizadamente na elevação do nível de saúde da população, enquanto que, por exemplo, França e Inglaterra, como única preocupação sanitária, estabeleciam estatísticas de natalidade e mortalidade, índice de saúde da população e tinham preocupações em aumentar o número populacional. Ao contrário, na Alemanha, houve o desenvolvimento de uma prática médica essencialmente centrada na melhoria do nível de saúde da população, feito possível graças a um Estado especializado.

Rau, Frank e Daniel, por exemplo, propuseram entre 1750 e 1770, programas efetivos de melhoria da saúde da população, o que se chamou, pela primeira vez, política médica de um Estado. A noção de *Medizínichepolizei*, polícia médica, foi criada em 1764 por W.T. Rau e trata de algo diferente de uma contabilidade de mortalidade ou natalidade (FOUCAULT, 2012, p. 49).

Assim, a polícia médica alemã, fundada em meados do século XVIII e que será efetivamente posta em prática ao final do século XVIII e começo de XIX, consistia em quatro pontos



principais que são, de forma geral, a organização de um saber médico estatal, a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos a uma administração central e a integração de vários médicos em uma organização médica estatal. O primeiro diz respeito a um sistema muito mais completo de observação da morbimortalidade, do que os simples quadros de nascimento e morte. Era feita a contabilidade da morbidade pedindo a hospitais e aos médicos de diferentes cidades ou regiões esses números e registro, ao nível do Estado, dos diferentes fenômenos epidemiológicos e endêmicos observados.

Em segundo lugar, ocorreu um fenômeno significativo de normalização da prática e do saber médicos. Deu-se a liberdade das universidades e, sobretudo, da própria corporação médica, a função de decidir em que consistirá a formação médica e como serão atribuídos os diplomas. Aparece, então, a ideia de padronização do ensino médico e, além disso, de um controle do ensino exercido pelo Estado. Sendo assim, “a

medicina e o médico são, portanto, o primeiro objeto da normalização. Antes de aplicar a noção de normal ao doente, se começa por aplicá-la ao médico. O médico foi o primeiro indivíduo normalizado na Alemanha” (FOUCAULT, 2012, p. 50).

Como terceiro ponto, verifica-se a criação de uma organização administrativa para controlar a atividade dos médicos. Aparece a figura de um departamento especializado, ligado à administração central, encarregado de acumular as informações que os médicos transmitem, observar de que forma é realizado o esquadrinhamento médico da população, verificar quais tratamentos são dispensados, se reagem ao aparecimento de uma doença epidêmica e etc. A partir de todo esse conhecimento, o departamento emite ordens, conseqüentemente, subordinando a prática médica a um poder administrativo superior. Por último, houve a criação de cargos para médicos, nomeados pelo governo, com responsabilidade sobre uma dada região, de seu domínio de poder e de exercício da autoridade



de seu saber. Assim, no começo do século XIX, há um grupo de profissionais, desde médicos de distrito, responsáveis por uma população entre seis a dez mil habitantes, até oficiais médicos, responsáveis por uma região muito maior. Aparece, neste momento, o médico como administrador da saúde.

Todos os pontos destacados aqui caracterizam o que pode ser chamada a medicina de Estado; não tem o objetivo de formação de força de trabalho adaptada às necessidades da indústria nascente, mas sim, a administração estatal, assume o próprio corpo dos indivíduos enquanto estes também constituem globalmente o Estado.

O exemplo da Alemanha é igualmente importante por mostrar como, de maneira paradoxal, se encontra, no início da medicina moderna, o máximo de estatização. Desde esses projetos que foram realizados em grande parte no final do século XVIII e começo do século XIX, desde a medicina de Estado alemã, nenhum Estado ousou propor uma medicina tão nitidamente funcionarizada, coletivizada, estatizada quanto a Alemanha desta época. Vê-se, por conseguinte, que não se passou de uma medicina individual a uma medicina pouco a pouco e cada vez mais estatizada, socializada. O que se encontra antes da grande medicina clínica, do século XIX, é

uma medicina estatizada ao máximo. Os outros modelos de medicina social, dos séculos XVIII e XIX, são atenuações desse modelo profundamente estatal e administrativo já apresentado na Alemanha (FOUCAULT, 2012, p. 51).

Passando para outro caso, Foucault usa como exemplo a França. Esse tipo de medicina apareceu em fins do século XVIII, surgindo de um fenômeno inteiramente novo: a urbanização. Assim, é a partir do desenvolvimento das estruturas urbanas que surge, na França, a medicina urbana.

Entre 1750 e 1780, a França não era uma unidade territorial como hoje, mas sim variedades heterogêneas e poderes rivais espalhados. A cidade de Paris, por exemplo, era uma região em que se exerciam vários tipos de poderes, como os senhoriais, Igreja, corporações, ou seja, poderes com autonomia e jurisdição próprias. Além destes, existiam os representantes do poder estatal, como o representante do rei, o intendente da polícia e parlamentares. Assim, na segunda metade do século XVIII, surgiu a necessidade da unificação do poder urbano, de construir a cidade como uma unidade, organizada,



coerente, homogênea, dependente de um poder único e bem regulamentado. Uma das razões para a unificação das cidades seria econômica: na medida em que as cidades se tornam um importante local de circulação de mercadoria e de produção, fundamental nas relações comerciais, a multiplicidade de jurisdição e de poder torna-se intolerável. A segunda razão é política. Com o desenvolvimento industrial nas cidades, há o aparecimento de uma classe proletária, pobre, correndo o risco de aumentar as tensões políticas e revoltas nas cidades.

Nessa perspectiva, surge um clima de medo, angústia diante da cidade que se caracterizou por diversos elementos como o medo das oficinas e fábricas, do amontoado de pessoas, das casas altas demais, das epidemias urbanas, dos cemitérios que se tornam cada vez mais numerosos e invadem a cidade pouco a pouco, medo dos esgotos, das cavernas e etc. Foucault cita Cabanis, filósofo do final do século XVIII, que dizia, a respeito da cidade a seguinte frase: “todas as

vezes que homens se reúnem, seus costumes se alteram; todas as vezes que se reúnem em lugares fechados, se alteram seus costumes e sua saúde” (FOUCAULT, 2012, p. 51).

Tem-se, assim, certo número de pequenos pânico que atravessaram a vida urbana das grandes cidades do século XVIII, especialmente de Paris. Darei o exemplo do "Cemitério dos Inocentes" que existia no centro de Paris, onde eram jogados, uns sobre os outros, os cadáveres das pessoas que não eram bastante ricas ou notáveis para merecer ou poder pagar um túmulo individual. O amontoamento no interior do cemitério era tal que os cadáveres se empilhavam acima do muro do claustro e caíam do lado de fora. Em torno do claustro, onde tinham sido construídas casas, a pressão devido ao amontoamento de cadáveres foi tão grande que as casas desmoronaram e os esqueletos se espalharam em suas caves provocando pânico e talvez mesmo doenças. Em todo caso, no espírito das pessoas da época, a infecção causada pelo cemitério era tão forte que, segundo elas, por causa da proximidade dos mortos, o leite talhava imediatamente, a água apodrecia, etc. Este pânico urbano é característico deste cuidado, desta inquietude político-sanitária que se forma à medida em que se desenvolve o tecido urbano (FOUCAULT, 2012, p. 51).

Assim, para deter todos esses medos e controlar a circulação dos miasmas, a reação da classe burguesa foi lançar mão de um modelo de intervenção médico e político da quar-



entena. É um regulamento de urgência, aplicado em situações de peste ou doença epidêmica violenta. Esse plano consistia em cinco pontos, sendo o primeiro a permanência domiciliar das pessoas para serem localizadas em apenas um lugar. Cada família deveria ficar em sua casa e, se possível, cada um em seu próprio compartimento e ninguém se movimentava. Em segundo lugar, a cidade deveria ser dividida em bairros sob responsabilidade de uma autoridade designada. Esse chefe de distrito ordenava inspetores a percorrer as ruas durante o dia para verificar se alguém saía de seu local, sendo um sistema de vigilância generalizado que esquadrihava o espaço urbano.

Outro ponto, é que esses vigias de ruas deveriam fazer todos os dias um relatório detalhado ao prefeito da cidade para informar tudo que tinha observado, sendo, também, portanto, um sistema de registro centralizado. Além disso, os inspetores eram responsáveis pela revista exaustiva e diária dos vivos e dos mortos: pediam a cada habitante das casas que se apresen-

tassem em determinada janela, de modo que pudessem verificar, no registro geral, que cada um estava vivo ou, se não aparecesse ninguém, estava, portanto, doente da peste e era preciso buscá-lo e colocá-lo para fora da cidade em enfermaria especial. Em quinto e último ponto, todas as casas eram praticadas a desinfecção, com a ajuda de perfumes que eram queimados.

Trabalha-se aqui, então, diferentemente da lepra na Idade Média, que foi um modelo exclusivo, utilizando mecanismos de exílio, sendo que medicalizar alguém significava mandá-lo para fora e, por conseguinte, purificar os outros, a peste surge como um modelo de internamento, de análise individualizante e minuciosa da cidade, com o registro permanente.

Neste caso, a medicina não exclui, não expulsa em uma região negra e confusa. O poder político da medicina consiste em distribuir os indivíduos uns ao lado dos outros, isolá-los, individualizá-los, vigiá-los um a um, constatar o estado de saúde de cada um, ver se está vivo ou morto e fixar, assim, a sociedade em um espaço esquadrihado, dividido, inspecionado, percorrido por um olhar permanente e controlado por um registro, tanto quanto possível completo, de todos os fenômenos (FOUCAULT, 2012, p. 52).



Assim, após as ideias expostas, pode-se delimitar três objetivos fundamentais na medicina urbana. O primeiro seria analisar os lugares de acúmulo e amontoamento de tudo que, no espaço urbano, possa gerar doença, lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos e endêmicos. Segundamente, deve-se ter o controle da circulação, essencialmente da água e do ar. E, por último objetivo, tinha-se a organização de distribuições e sequências dos elementos diferentes, porém necessários à vida nas cidades.

Vale ressaltar também a importância da medicalização das cidades por três principais razões. Primeiro porque através da medicina social urbana, a prática médica entra em contato com, essencialmente, a química. Antes não havia relação exata entre as duas áreas, mas após as análises das correntes de ar, das condições de vida e de respiração, ambas se apresentam.

A inserção da medicina no funcionamento geral do discurso e do saber científico se fez através da socialização da medicina, devido ao estabelecimento de uma medicina coletiva, social, urbana. A isso se deve a importân-

cia da medicina urbana (FOUCAULT, 2012, p. 54).

Além disso, a medicina urbana não significou verdadeiramente uma medicina dos corpos e organismos, mas sim uma medicina das coisas, das condições de vida e do meio de existência: ar, água, decomposições, fermentos. A análise da medicina, portanto, foi do macro para o micro, ou seja, analisou-se primeiro o meio e feitos sobre o organismo e, depois, finalmente, analisou-se próprio organismo.

Junto com a medicina urbana aparece a noção de salubridade, que não é o mesmo que saúde e sim o estado das coisas, do meio e seus elementos, a base material e social que influenciam na saúde. Correlativamente, aparece também a noção de higiene pública, uma técnica de controle e de modificação dos materiais do meio que são passíveis de favorecer ou prejudicar a saúde. Como Foucault salienta, “salubridade e insalubridade são o estado das coisas e do meio enquanto afetam a saúde; a higiene pública – no séc. XIX, a noção essencial da medicina social francesa – é o controle



político-científico deste meio” (FOUCAULT, 2012, p. 55).

Vê-se, assim, como se está bastante longe da medicina de Estado, tal como é definida na Alemanha, pois se trata de uma medicina muito mais próxima das pequenas comunidades, das cidades, dos bairros, como também não é ainda dotada de nenhum instrumento específico de poder. O problema da propriedade privada, princípio sagrado, impede que esta medicina seja dotada de um poder forte. Mas, se ela perde em poder para a Staatsmedizin alemã, ganha certamente em fineza de observação, na cientificidade das observações feitas e das práticas estabelecidas. Grande parte da medicina científica do século XIX tem origem na experiência desta medicina urbana que se desenvolve no final do século XVIII (FOUCAULT, 2012, p. 55).

O terceiro exemplo da medicina social que Foucault nos traz é o da Inglaterra, que por ter sido o país do desenvolvimento industrial, surge a medicina dos pobres, da força de trabalho, do operário, mostrando-se como último alvo da medicina social. Recapitulando, primeiro foi o Estado, em seguida as cidades e finalmente os pobres trabalhadores.

O marco histórico responsável por a medicina inglesa tornar-se social ocorreu devido a Lei dos pobres, na medida em que essa legislação apoiava o controle médico do pobre. Surge,

assim, uma forma de assistência controlada, na qual o pobre se submete a vários controles médicos a fim de satisfazer suas necessidades de saúde gratuitamente ou sem grande despesa e, esse cordão sanitário autoritário passa a beneficiar também os ricos, garantindo não serem vítimas de fenômenos epidêmicos originários da classe pobre. O sistema de assistência-controle tem seu auge em torno de 1870, com o health service, que tinha por funções: controle da vacinação, obrigando a população a se vacinar; organização dos registros das epidemias e doenças com potencial epidêmico, obrigando as pessoas à declaração de doenças perigosas; localização de locais insalubres e destruição desses focos. Como extensão da Lei dos pobres, o health service tem como características atingir igualmente toda a população e ser constituído por médicos não especialistas na medicina individual, mas que tem por objeto a população geral, as medidas preventivas, as coisas, os espaços e etc.

De maneira geral, pode-se dizer que, diferentemente da



medicina urbana francesa e da medicina de Estado da Alemanha do século XVIII, aparece, no século XIX e sobretudo na Inglaterra, uma medicina que é essencialmente um controle da saúde e do corpo das classes mais pobres para torná-las mais aptas ao trabalho e menos perigosas às classes mais ricas (FOUCAULT, 2012, p. 57).

O modelo de medicina social inglesa foi a que teve continuidade, diferentemente da medicina urbana francesa e, sobretudo, da medicina de Estado alemã. O sistema inglês possibilitou a união de três pontos: a assistência médica ao pobre, controle da saúde da força de trabalho e esquadramento geral da saúde pública. Além de que a medicina social inglesa permitiu a realização de três sistemas médicos coexistentes, ou seja, uma medicina assistencial destinada aos mais pobres, uma medicina administrativa encarregada de problemas gerais de saúde pública como a vacinação e as epidemias, e uma medicina privada que beneficiava a quem tinha meios para pagá-la. De forma geral, a essência dessa ideia é usada ainda hoje por diversos países, entre os mais ricos e industrializados, fazendo funcionar esses três setores da medicina, articulados entre si.

Enquanto o sistema alemão da medicina de Estado era pouco flexível e a medicina urbana francesa era um projeto geral de controle sem instrumento preciso de poder, o sistema inglês possibilitava a organização de uma medicina com faces e formas de poder diferentes segundo se tratasse da medicina assistencial, administrativa e privada, setores bem delimitados que permitiram, durante o final do século XIX e primeira metade do século XX, a existência de um esquadramento médico bastante completo (FOUCAULT, 2012, p. 57).

Conclusão

Podemos concluir que para Michel Foucault o poder se dá de três maneiras: soberania, a disciplina e a biopolítica, sendo que os dois últimos formam o biopoder. Esses regimes se diferem pelo contexto histórico no qual estão inseridos e na maneira como atuam. Enquanto o primeiro é marcado pela repressão ao corpo físico, o biopoder procura disciplinar os corpos a fim de torná-los produtivos, mas sem puni-los diretamente. A disciplina utiliza os dispositivos disciplinares, com a finalidade de agir sobre as condutas individuais da população, sempre priorizando pela manutenção da vida com a finalidade



de garantir a produtividade. A biopolítica amplia este controle sobre os indivíduos, através do domínio do corpo biológico, tendo como forte ferramenta a medicina social. Essa medicina moderna e científica nasce no final do século XVIII, concomitante com a formação do mundo capitalista, e segundo Foucault, apresenta três etapas: medicina de Estado (Alemanha), medicina urbana (França) e medicina da força de trabalho (Inglaterra).

No modelo alemão a produção de conhecimentos tinha por objetivo o Estado, sendo assim todo o conhecimento produzido tinha como finalidade a prática econômica. Essa medicina apresentava quatro características principais: a organização de um saber médico estatal, a normalização da profissão médica, a subordinação dos médicos a uma administração central e a integração de vários médicos em uma organização médica estatal.

O modelo francês surgiu no século XVIII, nesse período verifica-se a necessidade da unificação das cidades, principalmente, devido ao componente econômico. Essa ur-

banização é marcada pelo constante medo da população diante desses novos espaços, que são marcados por amontoado de pessoas e surtos de epidemias urbanas. Nesse sentido a burguesia cria o sistema de quarentena, que visa analisar, organizar e controlar a circulação desses locais.

O modelo inglês surge em um momento de desenvolvimento industrial, portanto o foco desta medicina são os pobres, operários. Esse exemplo tem por finalidade o controle da saúde e do corpo das classes mais pobres a fim de torná-las produtivas e menos perigosas às classes mais ricas.

Referências Bibliográficas

ANDRIEU, Bernard. La fin de la biopolitique chez Michel Foucault: le troisième déplacement. *Le Portique: Revue de philosophie et de sciences humaines*, 2004. Disponível em: <<http://leportique.revues.org/627>>. Acesso em: 25 mai. 2017



BARROS, João R. A Cidade Biopolítica. Dispositivos de Segurança, população e homo oeconomicus. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*. João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 216-233, 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/problemata/article/view/27701>>. Acesso em: 07 mai. 2017

FANLO, García L. ¿Qué es un dispositivo? Foucault, Deleuze y Agamben. *A Parte Rei: Revista de Filosofía*. Madrid, n. 74, p. 1-8, mar. 2011. Disponível em: <<https://www.aacademica.org/luis.garcia.fanlo/2>>. Acesso em: 04 mai. 2017

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008

FOUCAULT, Michel. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. Rio de Janeiro: Forense Universitária,

2011. (Coleção Ditos e Escritos, 7).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012

FOUCAULT, Michel. *Ética, Sexualidade, Política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. (Coleção Ditos e Escritos, 5).

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade do Saber*. 1. ed. São Paulo, Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel, *O Nascimento da Clínica*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

LAZZARATO, Maurizio. From Biopower to Biopolitics. *Pli: The Warwick Journal of Philosophy*, Warwick, v. 13, p.



99-113, 2002. Disponível em: <<https://plijournal.com/volumes/13/>>. Acesso em: 04 mai. 2017.

MACHADO, Roberto. Danação da norma: a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978

NADESAN, Majia H. Governmentality, Biopower, and Everyday Life. Nova York: Routledge, 2008.

PETERS, Michael A., BESLEY, Tina. Por que Foucault? - Novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008.



Empecilhos à profissionalização da docência no Brasil

Andrei Ferreira de Carvalhaes Pinheiro*

* Licenciando em Letras: Português-Inglês pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo: Este ensaio não se propõe a solucionar os contratempos impostos à profissionalização da docência no Brasil; propõe-se, no entanto, a reconhecer alguns desses empecilhos e a identificar o que nos leva a eles, conforme, principalmente, as propostas de LUDKE e BOING (2004) e TARDIF (2013). Dessa forma, comenta-se sobre o afastamento da nossa docência de uma concepção de profissão, visto que ainda se perpetuam práticas e ideias orientadoras de uma “docência vocacional”. Parte-se, enfim, da postura de uma professora de nível superior para se ilustrar a falta de profissionalismo e de profissionalismo que se pode observar na educação brasileira atual.

Palavras-chave: Educação brasileira; Profissão docente; Docentes; Profissionalismo; Profissionalismo.

Abstract: This essay does not aim at solving the obstacles imposed to the professionalization of teaching in Brazil; it aims, however, at recognizing some of these setbacks and at identifying what leads us towards them, according to proposals by LUDKE and BOING (2004) and by TARDIF (2013). Therefore, it comments on the distancing of our teaching

from a conception of profession, since orienting practices and ideas of a “vocational teaching” are still perpetuated. Then it uses a positioning of a higher education professor as means for illustrating the lack of professionalism and professionalism which one may observe in today’s Brazilian education.

Keywords: Brazilian education; Teaching profession; Teachers; Professionalism; Professionalism.

Introdução

Como dar início a um ensaio¹ sobre a profissionalização da docência sem que se caia no já esperado lugar de fracasso? De fato, não sei. Acredito, contudo, ser possível conduzir este texto em direção a uma reflexão sobre o que nos orienta para ESSE fracasso, ao invés de simplesmente constatá-lo.

Diversos pesquisadores (e.g., LUDKE e BOING, 2004;

¹Agradeço à Profa. Dra. Mônica Houri (UFRJ) pelo incentivo e pela indicação de leituras para a escrita deste ensaio. Agradeço-lhe também por estimular aos seus alunos e às suas alunas que se mantenham no caminho da docência, apesar de todas as dificuldades encontradas.



SAVIANI, 2009; TARDIF, 2013) têm demonstrado, com os seus trabalhos, a latência da falha no caminho para que se compreendam os professores como profissionais. Poderíamos, em um primeiro momento, apontar para os “passos para frente” – como nos direciona TARDIF (2013) – que a profissionalização do ensino tem dado em escala global: a docência saíam direção a uma concepção de profissão. No entanto, o mesmo pesquisador nos clarifica que, na verdade, as concepções de ensino como vocação e como ofício não deixaram de existir, e no Brasil há chances de nem termos alcançado a idade do ofício.

LUDKE e BOING (2004: 1162) destacam alguns pontos positivos que a docência, no seu caminho à profissionalização, tem alcançado: e.g., a responsabilidade pela prática docente, a formação à docência, a diminuição do recrutamento dos sem-formação, a tendência à especialização. A partir desses pontos, poderíamos tecer diversos comentários, visando a enaltecer a profissionalização docente; mas acredito que

nós devamos parar antes de fazê-lo, pois nos deparamos com alguns problemas (idem, *ibid.*): e.g., a baixa remuneração, que, junto a outras dificuldades materiais para a efetivação do trabalho do professor, colabora para o desestímulo e para o fracasso na docência; e a multiplicidade das vias de formação, que dificulta reconhecer a docência como uma profissão una, por haver diversas vias pelas quais se pode acessá-la. Acrescente-se a isso o fato de que TARDIF (2013) nota que alguns trabalhos inicialmente destinados aos docentes são entregues a trabalhadores de nível técnico, e veementemente vê-se em declínio a excitação para se falar dos pontos positivos que circundam a profissionalização da docência.

Então, nesse sentido, do quê parece ser mais interessante falar? A meu ver, cabe reforçar que, no Brasil, ainda estamos muito distantes do que TARDIF (2013) chama de idade da profissão; além disso, também me parece ser cabível apontar como a falta de profissionalismo e de profissionalismo (cf. LUD-



KE e BOING, 2004: 1173) colabora para o nosso afastamento de uma idade da profissão. Destrinchemos isso, portanto.

A nossa distância da idade da profissão

TARDIF (2013) propõe uma cronologia que busca corresponder à trajetória que a docência percorreria até alcançar o status de profissão. Nesse panorama, a docência sairia, inicialmente, da idade da vocação, que visaria a “moralizar e manter as crianças na fé” (p. 555); partiria, então, à idade do ofício, que entende o ensino como “um trabalho laico” (p. 556); e, por fim, chegaria à idade da profissão.

Para TARDIF (2013: 558-559), a caracterização de uma profissão deve observar no conjunto: (a) uma base de conhecimentos científicos; (b) uma corporação profissional reconhecida pelos Estados; (c) uma ética profissional orientada para o respeito aos clientes; (d) o direito à autonomia profissional; (e) a responsabilidade profissional decorrente da autonomia.

Nesses termos, portanto, podemos dizer que, na formação à docência no Brasil, há de fato uma base de conhecimentos científicos – tanto para a Pedagogia, quanto para os cursos específicos de Licenciatura – e uma corporação profissional reconhecida pelos Estados (há sindicatos e órgãos colegiados que o comprovem). E as demais características apontadas pelo pesquisador? Temos uma ética profissional orientada para o respeito aos clientes? Temos autonomia profissional? Temos responsabilidade profissional decorrente da autonomia?

Certamente, há um código de ética que perpassa a formação à docência: para que os nossos direitos e deveres nos sejam apresentados, nós, docentes em formação, cursamos diversas disciplinas oferecidas pelas Faculdades de Educação. O problema, no entanto, é a lógica mercadológica que nos orienta caso pensemos, por exemplo, em “ética profissional orientada para o respeito aos clientes”, nos termos de TARDIF (2013: 559; grifo nosso). Fala-se em clientes apenas porque não se com-



preende a escola como um lugar destinado a todos; ao contrário, vê-se a escola segundo a lógica do New Public Management, cujo objetivo final “é integrar a educação no novo mercado educacional global, pois ela representa um potencial econômico gigantesco” (TARDIF, 2013: 564). Foca-se, pois, muito mais nos resultados – pelos quais se responsabiliza única e exclusivamente o professor – do que no desenvolvimento de cidadãos.

Quanto à autonomia e à responsabilidade do docente, temos o seguinte: conforme tanto TARDIF (2013) quanto LUDKE e BOING (2004) apontam, a responsabilidade pelo sucesso ou pelo fracasso discente é largamente atribuída aos professores, mas não parece ser dada a eles uma base de autonomia sobre a qual possam construir a sua responsabilidade. LUDKE e BOING (2004: 1167) apontam que “Não é mais a escola ou a empresa que produzem as competências exigidas do indivíduo para enfrentar o mercado de trabalho, mas o próprio indivíduo. A empregabilidade consiste em se

manter em estado de competência, de competitividade no mercado.” Entretanto, apesar de serem completamente responsabilizados pelo seu sucesso ou fracasso, os professores muitas vezes não podem montar o seu próprio material, não podem planejar o seu próprio curso, por já receberem cursos pré-fabricados (cf. TARDIF, 2013: 565), provável resultado da lógica mercadológica que se imbuí à educação.

Pensemos brevemente no ensino de Português, a título de exemplificação. Se as ideologias que comumente orientam as práticas educacionais brasileiras não fossem tão mercadológicas, deveríamos encontrar um número muito maior de professores de Língua Portuguesa que se valessem de atividades epilinguísticas (i.e., que promovam reflexões críticas sobre os usos linguísticos), como se convidassem os estudantes a brincarem com formas e significados (cf. FRANCHI, 2006). Ao invés disso, ainda prevalecem em sala de aula atividades metalinguísticas (i.e., centradas no



código linguístico, em nomenclaturas e classificações), que não promovem o pensamento crítico, ao contrário do que se tem defendido na literatura especializada e nas Licenciaturas.

Em acréscimo a isso, podemos discutir os reflexos da docência enquanto vocação na nossa sociedade atual. Como TARDIF (2013: 555) aponta, na idade da vocação,

A formação era quase inexistente: as mulheres religiosas e leigas aprendiam a ensinar in loco, pela experiência e imitando as professoras mais experientes. As “virtudes femininas tradicionais” eram valorizadas e serviam de justificativa à ausência de formação: amor pelas crianças, obediência, devoção, espírito de sacrifício, espírito de servir...

As “virtudes femininas tradicionais”, como as aspas no texto de TARDIF já apontam, não representam verdades incontestáveis, mas construções sociais que visam a perpetuar determinada hierarquia social (cf. ECKERT e McCONNELL-GINET, 2003), segundo a qual aos homens se resguardam profissões de maior prestígio, e às mulheres, profissões desprestigiadas, tal qual a docência. Mais uma vez, põe-se em destaque qual ideologia orienta a docência – nos termos

de LEMKE (1995: 11-12), para quem ideologia corresponde a um sistema de diferentes pontos de vista disponíveis na comunidade, que envolvem, portanto, preferências de valores e o comprometimento com um posicionamento político.

A fim de oferecer evidências para uma socialização que leve as mulheres – muito mais do que os homens – a optarem pela docência, especialmente na área de Letras, posso mencionar que, na instituição onde cursei o Ensino Médio (de 2011 a 2013), havia oito professoras de Língua Portuguesa e Literatura e apenas dois professores para as mesmas disciplinas. No colégio onde estagiei ao longo de 2017, como aluno da Licenciatura em Letras, o quadro se repetiu: no corpo docente de Língua Portuguesa e Literatura do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, havia então 13 professoras e apenas dois professores.

Professionismo e profissionalismo em falta

LUDKE e BOING (2004: 1173) diferenciam profis-



sionalidade, profissionalismo e profissionismo. Para os autores, profissionalidade aponta para a instabilidade e a insegurança em determinada profissão; profissionismo indica estratégias e retóricas coletivas que tentam transformar uma atividade em profissão; finalmente, profissionismo se volta à adesão individual à retórica e às normas da corporação. Aqui, destaco as noções de profissionismo e de profissionismo, a fim de apontar para como a sua falta talvez colabore para um retrocesso na profissionalização da docência.

De abril para maio de 2017, organizou-se uma mobilização em prol dos direitos trabalhistas, ameaçados pelas últimas propostas de reformas políticas. Tratou-se de uma mobilização não apenas dos professores, mas de todos os setores. Ainda assim, o setor da Educação, historicamente mobilizado e engajado politicamente, ocupa, diversas vezes, uma posição de destaque em organizações sociais como essa.

Podemos observar um problema relativo ao período

dessa mobilização. Enquanto na mídia se apresentava a manifestação como articulada por centrais sindicais (cf. CIPRIANI, 2017), reforçando, assim, um viés totalitário dos sindicatos, houve professores que não reconheceram a greve como um movimento que lhes coubesse. Novamente, exemplifico a partir de uma experiência minha. Na semana da manifestação, uma de minhas professoras da graduação, ao lhe perguntarem se no dia da greve ela daria aula, nos disse que, como a Faculdade não havia se pronunciado, a adesão ao movimento cabia ao julgamento de cada um, e ela, particularmente, não aderiria à greve.

De que forma, então, isso se relaciona com as noções de profissionismo e de profissionalismo?

Dado o caso que mencionei, na verdade nós teríamos um exemplo de fuga tanto de profissionismo, quanto de profissionalismo. A minha professora, como outras e outros, não pareceu reconhecer – ou, ao menos, não pareceu validar – as estratégias e as retóricas que, em coletividade, se



montaram para designar a profissão docente; portanto, ela se afastou de um profissionalismo. Faltou-lhe, pois, profissionalismo por ela, em seu posicionamento, verbalizar a sua não adesão à retórica de que se valeu o coletivo da profissão. Práticas como a dessa professora acabam por permitir à mídia que apresentem sindicatos como organizações manipuladoras, não representativas de todo o coletivo docente.

Considerações finais

Nas linhas acima, busquei discutir, sucintamente, como temos, em termos da educação no Brasil, nos afastado do que poderíamos chamar, como o faz TARDIF (2013), de idade da profissão. Além disso, apresentei, exemplificando com um fato próximo a mim, como algumas práticas nas quais se nota a falta de profissionalismo e de profissionalismo (cf. LUDKE e BOING, 2004, p. 1173) colaboram para que a docência se afaste ainda mais de uma profissão.

Encerro este texto, portanto, com uma vontade de luta, que tem crescido em mim e em minhas e meus colegas, a fim de constantemente batalharmos por uma educação em meio à qual possamos efetivamente atuar no desenvolvimento discente e docente. Lutar, como se tem dito, é preciso.

Referências Bibliográficas

CIPRIANI, J. Centrais sindicais mobilizam trabalhadores para greve geral. Disponível em <<https://www.em.com.br>>. Acesso em 08/05/2017.

ECKERT, P.; McCONNELL-GINET, S. Language and Gender. New York: Cambridge University Press, 2003.

FRANCHI, C. Criatividade e gramática. In: FRANCHI, C.; NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L. Mas o que é mesmo “gramática”? São Paulo: Parábola Editorial, 2006, p. 34-101.



LEMKE, J. L. (1995). Textual politics: an introduction. *Textual politics: discourse and social dynamics*. London: Taylor and Francis, pp. 1-18.

LUDKE, M.; BOING, L. A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. In: *Educação & Sociedade*, v. 25, n. 89, pp. 1159-1180, setembro-dezembro, 2004.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. In: *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, pp. 143-155, janeiro-abril, 2009.

TARDIF, M. A profissionalização do ensino passados trinta anos: dois passos para a frente, três para trás. In: *Educação & Sociedade*, v. 34, n. 123, pp. 551-571, abril-junho, 2013.



Sujeição criminal, suspeição e a rua

Júlia Gasparetto Azevedo*

*Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB)

Resumo: O artigo proposto é uma tentativa de compreensão do “mundo da rua” com seus sujeitos, ações e relações, através do trabalho teórico de três principais autores: Roberto DaMatta, Michel Misse e Gilvan Gomes da Silva. Através da base conceitual de DaMatta (1997), que traça um panorama social da “casa”, um lugar familiar, seguro, controlado, em contraposição à “rua”, lugar pouco confortável e com hierarquias inacessíveis, busca-se fazer um diálogo com os conceitos de sujeição criminal e suspeição policial para compreensão dos atores e pessoas que ocupam o espaço da rua. O sujeito que passou pelo processo de sujeição criminal (Misse, 2010), o “bandido” e aquele indivíduo que é o foco da suspeição da polícia em sua atividade cotidiana de patrulha e “prevenção da violência” (Gomes, 2009), são apontados como tendo seu locus de atuação ou vivência a rua. Através dessa articulação, busca-se mostrar um outro espectro da rua.

Palavras-chave: sujeição criminal, rua, violência, suspeição policial.

2017

A produção acadêmica acerca do panorama social brasileiro conta com diversas contribuições, dentre elas a de Roberto DaMatta. Seu quadro amplo e geral do Brasil, a partir de uma perspectiva antropológica, consegue dialogar com diversos temas e prismas do universo social brasileiro. Dentre eles estão a violência e a atuação policial. Destaco aqui a sua possível articulação com Michel Misse, importante teórico e pesquisador na área de violência no Brasil, que trabalha com o conceito de sujeição criminal; e com Gilvan Gomes (2009), autor que trata sobre a suspeição policial.

A Casa e a Rua

Roberto DaMatta traça em “Carnavais, Malandros e Heróis” (1997) uma análise do que o autor chama de “o dilema brasileiro”, em que se utiliza da oposição casa e rua



como uma oposição básica que ajuda a pensar o cenário da sociedade brasileira de maneira ampla. O autor pontua essa oposição como um instrumento útil ao se analisar o “mundo social brasileiro”, especialmente em contextos de ritualização, uma vez que estão na base dos sistemas de ideias brasileiro.

Os dois elementos, a casa e a rua, são englobantes no sentido que se opõe. Um existe em um todo que o outro ajuda a formar, assim que um o é enquanto o outro existe. A rua seria o espaço do mundo: com elementos imprevistos, acidentes e paixões. A casa, em oposição, consistiria em um universo controlado, onde há um lugar para cada coisa. A rua implicaria um movimento, novidade, ação, imprevisibilidade; enquanto a casa traria a noção de calma, de harmonia e afeto. A rua seria destinado ao trabalho, e a casa para o descanso.

Os grupos sociais que ocupam a casa e os que ocupam a rua são distintos. Na casa as associações são formadas pelo parentesco, e na rua são formadas pelas escolhas ou

pela possibilidade de serem feitas. Dessa forma, na casa as relações são regidas pelas hierarquias de idade e sexo, e na rua há um esforço para que se localize e se descubram as hierarquias, distintas daquela que regem o ambiente da casa. Na rua é preciso estar atento para a não violação das hierarquias não sabidas ou não percebidas, e por essa indefinição preestabelecida, na rua o engano é o predominante nas relações. Dessa forma “as expressões, ‘moleque de rua’ ou ‘já pra rua’ são poderosas e ofensivas, designando, num caso, alguém sem orientação moral e, no outro, um modo contundente de eliminar alguém de um ambiente preciso” (Da Matta, 1997, p.96).

A rua seria o espaço marcado por uma dinâmica hobbesiana, de estado de natureza, enquanto a casa seria rigidamente demarcada e dividida. Essa divisão é demonstrada por uma série de compartimentos que uma casa brasileira tem no imaginário de DaMatta. Varandas, antessalas, salas, quartos formariam uma gradação nas relações dentro do espaço. A rua também



admitiria subdivisões, uma vez que há distintas ruas. Há, por exemplo, a “minha rua” em contraposição a uma rua genérica, mas essas não formariam uma gradação de relações ou valores.

O traço distintivo da casa é o maior controle das relações sociais, uma maior intimidade e menor distância social, enquanto na rua não há controle e as pessoas estão afastadas. A rua seria esse local “público, controlada pelo ‘governo’ ou pelo ‘destino’” (DaMatta, 1997, p.95), sendo nela que os castigos são executados, onde ocorrem a luta e onde se trabalha. Seria o local do anonimato. É importante ressaltar que a casa e a rua não consistem especificamente no lugar em si, físico, de uma casa ou de uma rua, mas são um sistema de relações, de ideias que constituem as ações e identidades.

A sujeição criminal

Concentrando-se em categorias como “pensar” “amar” e “sofrer”, Michel Misse (2010) encontra no sujeito o locus

de um processo social transformado em um processo de subjetivação: a sujeição criminal. Das palavras do próprio autor

A sujeição criminal é o processo social pelo qual identidades são construídas e atribuídas para habitar adequadamente o que é representado como um “mundo à parte”, o “mundo do crime”. Há sujeição criminal quando há reprodução social de “tipos sociais” representados como criminais ou potencialmente criminais: bandidos. (Misse, 1999, p.71)

O bandido é aquele sujeito que a morte ou desaparecimento não chocam o conjunto social, mas é desejado por ele. Os sentimentos morais mais repulsivos o são investido, sendo os desejos conferidos a ele de que se torne incapaz ou que passe por uma conversão, análoga à religiosa, à moral da sociedade. O processo de sujeição criminal se inscreve na subjetividade do agente, como numa possessão, e não apenas no seu comportamento criminoso ou em uma rotulação social externa, diferentemente do que propõe Becker (2008) ao tratar dos “outsiders”, que passariam por uma experiência sem a carga investida pelo próprio sujeito.

Uma distinção importante é feita por Michel Misse



entre o criminoso e o “bandido”, o sujeito centro da sujeição criminal. Tendo como base a punição para elucidar essa diferença, quando ela é conferida aos criminosos, é direcionada ao crime. Há uma sanção por oportuno do crime cometido. Por outro lado, quando a punição é centrada no sujeito, alguém com uma subjetividade essencialmente criminosa, é o “bandido” que está sendo o alvo. O processo de criminalização é feito com os sujeitos, e não com as ações. Esse sujeito carrega o crime na alma. Há a expectativa da reincidência por essa constituição na “persona” do indivíduo.

Esses indivíduos sujeitos da sujeição criminal são os bandidos e também são marginalizados, estão inseridos em um contexto social de acumulação social de violência. Eles estão imersos a fatores sociais que se retroalimentam. De um lado, há uma população das quais eles fazem parte que acumulam desvantagens, e de outro são alvos de repressão e processos criminais.

A sujeição criminal, de acordo com Misse (2010),

determina três dimensões incorporadas na categoria “bandido” e de seus tipos sociais. Primeiro é selecionado um agente a partir de sua trajetória criminável, com expectativas de que em algum momento demandará incriminação. Depois há a espera que esse agente social tenha uma experiência social específica, por relacionar-se com outros bandidos. Por último, há uma dupla expectativa com relação a sua identidade: de um lado espera-se desse indivíduo que ele não vá conseguir justificar suas ações ou de que ele justificará a sua carreira criminável. É a partir dessa intrincada gama de relações sociais e experiências específicas que esse sujeito específico emerge, diferenciando-se da gama mais vasta de indivíduos que se envolvem de alguma forma com o “mundo do crime”.

O indivíduo da sujeição criminal não tenta justificar suas ações com afirmações como “fui levado à isso”, “eu não tive escolhas” ou qualquer outra justificativa comum daqueles que cometem delitos e investem alguma



responsabilidade de seus atos à fatores externos. O “bandido” se assume publicamente como mau ou permanece indiferente à carga negativa investida contra ele. Para além de uma classificação externa investida a ele, é incorporada à sua identidade a carga socialmente negativa de seus atos.

A trajetória incriminável de que Misse dialoga com o espaço que é ou do Estado ou do destino: a rua. Uma trajetória de delitos ou de recriminação moral que se passe no âmbito da casa não passa pelos traços de distinção social que são conferidos àquele alvo da sujeição criminal. É preciso que essas condutas estejam nesse ambiente partilhado, semelhante ao processo de suspeição da polícia, que também necessita no processo de garantia da lei e da ordem de um espaço compartilhado: a rua.

Sendo a rua o espaço das indefinições, do malandro, como Roberto DaMatta aponta, o sujeito da sujeição criminal é o seu típico conhecedor. Através de suas vivências, esse é o sujeito que melhor domina esse espaço, e não o é algo tão

obscuro quanto o é para a maioria das pessoas. E talvez venha daí outro esforço para a categoria “bandido” no qual ele é enquadrado. Ele sendo esse ser que carrega na alma o crime e o desvio, consegue transitar nesse mundo à parte e nesse mundo central. Ele é “o outro” que domina categorias e hierarquias que a maioria das pessoas não domina. As denominações clássicas e as barreiras que se colocam entre a casa e rua passam a se inverter, se reduzirem ou até mesmo a não existir.

A partir desse espectro de análise, há primordialmente dois sujeitos na sociedade brasileira: aquele que está inserido na sociedade e o sujeito que faz parte do “mundo do crime”. Distintos entre si, a conexão não se dá em relações. Não são categorias de pessoas que são fluidas entre si. A possibilidade de transitar entre um sujeito com trajetória incriminável para “voltar” a sociedade, por exemplo, se dá através de um processo ritual, através de uma conversão análoga à religiosa (Misse, 2010). Como uma passagem, um ritual no qual ele-



mentos são modificados, as características de entrada do sujeito são complementarmente opostas a aquelas que se espera que o sujeito saia do processo. A mesma impossibilidade ocorre na passagem de um “zé povinho” para um “bandido”. Essas delimitações se dão assim como a relação entre a casa e rua, contrários que se complementam e que se englobam em um todo que constitui as relações da sociedade brasileira.

A rua como espaço de suspeição

A rua, aos olhares de DaMatta (1997), parece como este lugar indefinido as pessoas se sentiriam pouco confortáveis, ou ainda um lugar em que há uma série de hierarquias em jogo, em que poucas delas seriam acessíveis. Essas suposições contemplam o arranjo da casa, que seria justamente o lugar em que se experimentam o oposto dessas sensações. A casa seria o lugar da certeza, do acalanto, da clareza de hierarquia e posições sociais. Todavia, como o autor coloca, são distin-

tos os grupos sociais que ocupam cada um desses espaços.

Para a maior parte das pessoas a descrição de rua faz sentido. São as pessoas para as quais os dois lugares existem de forma convencional. Porém, há aqueles que experimentam os dois locais de maneira diferente, como aqueles que fazem da rua o seu lar. Os meninos de rua, por exemplo, que DaMatta (1997) menciona, vivenciam a rua de uma maneira distinta. Para esses meninos e meninas que habitam a rua, as hierarquias e códigos não podem funcionar da mesma forma como o fazem para as pessoas que transitam diariamente entre os espaços distintos de rua e de casa. A rua para eles se torna também o espaço da casa e quebra essa distinção.

O fato de os meninos de rua serem uma quebra nessa relação dual é bem trabalhada por Aragão (2015). O autor trabalha a quebra na história brasileira da relação mais comunitária, para uma sociedade mais individualista em que ninguém se sente responsável pelos meninos de rua. A par-



tir dessa relação, o grande medo da classe média passaria a ser os meninos de rua, um medo de um universal paralisante em analogia com o medo do bicho-papão para as crianças. Essas crianças seriam uma entidade vagante, incontrolável que frequentemente à ameaça. Dessa forma, as crianças parecem ter incorporadas a si a noção de rua de DaMatta. Eles passam a ser indeterminados, incontroláveis, inacessíveis.

De forma semelhante a relação com que os meninos de rua (e especialmente os meninos, uma vez que a rua é um espaço fortemente masculino - em contraposição ao feminino da casa), os sujeitos da sujeição criminal de Michel Misse parecem habitar ou lidar com a rua de uma maneira distinta do todo social. Colocados em um “mundo à parte”, esses sujeitos não estão materialmente fora do mundo que dividem com a sociedade como um todo. Não se pensam nesses sujeitos com a moralidade específica do habitante da casa, em que as hierarquias estão claras e são respeitadas. O seu lugar de per-

tencimento nesse arranjo social é a rua, o lugar “do destino”, do lugar que guarda segredo de sua moralidade e hierarquia.

A rua, esse lugar de incertezas e indefinições, é o locus do trabalho policial. Como bem demonstrado por Gilvan Gomes (2009), o trabalho policial funciona próximo a ideia de casa e rua de DaMatta. Em “A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na Construção do Suspeito”, o autor trabalha a lógica da polícia militar ao construir a figura do suspeito. Em um de seus capítulos, “O que é ser Suspeito” o autor traz uma noção de que a suspeição é algo que o indivíduo é, “ser”, do ponto de vista de um policial. Ou seja, a suspeição é algo que estaria alocado ou ao menos em diálogo com o sujeito, com a vivência e experiência desse indivíduo. Gomes categoriza cinco tipos de suspeito (judicial, criminal, o indivíduo suspeito, a ação suspeita e a situação suspeita), e nas descrições de cada um desses tipos ele traz relatos das diferentes condições e situações do trabalho policial, as quais ele mesmo presenciou



na condição de policial, diferenciando assim as distintas formas de encarar o é suspeito – ligando-se ou não ao sujeito.

Os tipos de suspeito judicial e criminal ligam-se mais ao exercício do judiciário do que o da polícia. Dessa forma, os saberes de quem são esses suspeitos não são fundados na lógica de preservação da ordem pública como os suspeitos que estão mais detidamente sob o domínio da polícia. Essas distinções entre os tipos de suspeito levantam questões sobre a dualidade da casa e da rua. Os exemplos que o autor traz sobre os suspeitos criminais, por exemplo, são de visitas à domicílios para acompanhar processos de afastamento dos cônjuges, em que uma visita à casa da vítima é feita para checar se as medidas estão sendo cumpridas, e do acompanhamento de já sentenciados pela justiça em seus domicílios. Essas atividades policiais são consideradas de menor importância pelos próprios policiais de acordo com Gomes (2009).

A atividade policial que se refere à casa não parece en-

volver o perigo, a adrenalina que é desejada geralmente pelos novos policiais militares. No processo de visitas à essas casas há mais um cumprimento de protocolos, de assinar papéis, do que um protagonismo policial pela incerteza, em que há uma brecha para sua ação. Dentre as duas atividades, o acompanhamento de sentenciados é o considerado como mais “perigoso”, ou o que requer mais atenção. Essa atenção é devida a atenção de memória que os policiais devem ter para saberem posteriormente, em uma descrição de um suspeito, se as características físicas, como as roupas, condizem as que o suspeito criminal estava utilizando em sua casa. Todavia, o espaço da casa traz mais certezas das condições e ações à seguir do que o espaço da rua, onde a maior parte do trabalho policial é desenvolvido.

A suspeição na chave da preservação da ordem pública ocorre na rua. A primeira categoria é a de “Indivíduo Suspeito”, o sujeito que traz em si informações que para o policial são consideradas suspeitas de antemão. Há um espectro que Gomes



trabalha nessa categoria que sintetiza a orientação sobre o suspeito de um lado e a vítima do outro. Nesse espectro estão percepções de gênero, étnico/raciais, geracionais, sócio/culturais e de classe. O tipo ideal de suspeito é então o homem, pobre, jovem, negro com roupas folgadas de algum grupo de rap. O tipo ideal da vítima é a mulher, branca, idosa “trajando roupas que estejam dentro do esperado para uma senhora” (Gomes, 2009, p.98). Os indivíduos suspeitos e não-suspeitos na descrição de Gilvan também conseguem ser alocados em locais específicos. Espera-se que o local da vítima seja dentro de casa, e o fato de ela estar na rua tarde da noite, por exemplo, é justificado por ela estar perdida. O indivíduo suspeito, por outro lado, é esperado na rua, mas na condição de expectativa de que cometa algum crime, na mesma lógica da sujeição criminal de Misse.

As ações suspeitas e não-suspeitas também se inserem na lógica da casa e da rua uma vez que ocorrem na rua. Não há uma suspeição policial de uma atividade domiciliar,

a não ser que ela tome o espaço da rua como, por exemplo, com gritos de uma mulher que ecoam pela vizinhança pedindo socorro. Já a rua é o espaço da atividade policial para a constante identificação de sujeitos enquanto suspeitos ou vítimas.

O último tipo de suspeição é a situação suspeita, situação interessante para se pensar a articulação entre a rua e a suspeição. Quando Gomes (2009) descreve as situações em que os policiais identificam como suspeitas, uma situação que se ligam diretamente ao indivíduo suspeito e ação, ele relata uma abordagem a um bar, em que havia uma denúncia de que alguém estava armado. Nesse local, conhecido pelos policiais pelas confusões, o autor menciona que alguns dos frequentadores eram trabalhadores. É mencionado inclusive uma situação tensa de abordagem em que um dos suspeitos levantou e retirou um objeto do bolso, tencionando os policiais por pensarem ser uma arma, porém se tratava de uma carteira de trabalho que o sujeito estava evocando para sair da condição



de suspeito. Como é possível observar, a rua, e o bar na situação específica, são divididos pelas incertezas de hierarquias.

A rua é o lugar do trabalho, e assim do trabalhador em seu exercício, porém também é o espaço do malandro. Esses dois sujeitos se encontram nesse espaço, e é uma fundamental atribuição da polícia a diferenciação de cada um dos indivíduos nas suas devidas categorias. É através dessa chave que também a polícia trabalha, tentando encontrar as hierarquias da rua. Há uma indefinição de quais são os corpos e sujeitos que ocupam a rua, em encaixá-los principalmente na categoria de “trabalhador” e na categoria de “bandido”. A polícia, como Gomes (2009) demonstra, trabalha com essas categorias, relacionadas com as categorias de “suspeito” e de “vítima”, para tentar encontrar e decifrar as hierarquias e as rotinas da rua.

Considerações finais

A partir do conceito de rua de Roberto DaMatta é pos-

sível pensar quais são os atores que dominam esse espaço e compreendem suas hierarquias de uma maneira muito mais próxima e clara em relação à população em geral. O bandido e o policial, nesse contexto, são atores centrais que indicam e leem as hierarquias da rua. Integrando ou lidando diretamente com o “mundo do crime”, seja por ser um malandro ou por ser o responsável pela garantia da lei e da ordem, esses dois grupos sociais lidam com um “mundo” mistificado e apartado, mas ao mesmo tempo presente no cotidiano e frequentado pelos trabalhadores. Eles incorporam o desconhecido e possuem assim uma experiência própria na relação com a rua, mostrando um outro aspecto dessa tradicional categoria utilizada para pensar o panorama brasileiro.



Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Luiz Tarlei. “Quem tem medo de bicho-pão?” em Coronéis, candangos e doutores. Por uma antropologia dos valores. Brasília: No prelo, 2015.

BECKER, H S. Outsiders: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. Cap 1 e 2. DAMATTA, Roberto. Carnavais, Malandros e Heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro. 6a. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1997.

MISSE, Michel. Malandros, marginais e vagabundos: a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Iuperj, 1999.

_____. Crime, Sujeito e Sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’. Revista Lua Nova, São Paulo, 79: 15-38, 2010.

SILVA, Gilvan Gomes. A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na Construção do Suspeito. Dissertação de Mestrado em Sociologia, UnB, 2009.



Decolonizando afetos: a presença do colonialismo na construção de afetos da população negra e a decolonialidade do ser

Matheus da Rocha Viana*

Graduando em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB).*

Resumo: Tratar dos questionamentos que envolvem a construção social que nos é apresentada se torna cada vez mais difícil e necessária dentro de contextos e povos que são prejudicados por tais construções, como é a população negra no campo do afeto. Com base nessa questão principal que esse artigo visa discutir sobre a presente colonialidade no atual imaginário cultural brasileiro e como isso afeta, no campo da afetividade, a população negra brasileira, principalmente a “masculina”. Este estudo também tem foco na análise das estruturas usadas para manutenção de tais construções baseadas em noções racializantes e eugenistas.

Palavras-chave: Afetividade, Negro, Embranquecimento, Racismo, Decolonialidade, Eugenia.

Dentro das ciências humanas, por volta da década de 1950, a discussão de uma lógica decolonial de produção de conhecimento tem se tornado constante através de pensadores como, Aníbal Quijano, Luciana Ballestrin, Edgardo Lander, Frantz Fanon, Walter Mignolo, María Lugones e outros. Ao se falar sobre um movimento de pensamento decolonial argumenta-se principalmente sobre a possibilidade de refutar o ideal universalista do ocidente, dito isso, é importante ressaltar que dentro da esfera das emoções, tratada pela antropologia sociologia, psicologia, etc. existe uma discussão sobre a universalidade das emoções com relação à condição a qual estas são construídas culturalmente. Assim, é necessário identificar na construção cultural de um povo como essas emoções se constroem, a partir de noções que fundam a identidade, o gênero, a masculinidade, a feminilidade, raça, entre outras.

Ao se falar das consequências causadas pela presença



de ideais coloniais, é importante abordar em como estas se encontram presentes na construção do imaginário cultural e social que faz parte da identidade do povo negro colonizado tanto no Brasil como em outras partes no mundo. Sendo assim, é de enorme importância trazer à tona o que Frantz Fanon aborda em “Peles negras, máscaras brancas” (1952) e outros como Aníbal Quijano e Walter D. Mignolo nas suas produções presentes em “A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais” (2005) têm a dizer sobre a colonialidade do ser como consequência prática da colonialidade do saber (MIGNOLO, 2005). Assim, a colonialidade do ser é trabalhada em cima da questão de ser uma manifestação que surge através da criação do conceito de raça usado pelo Ocidente (QUIJANO, 2005) de modo a inferiorizar e desumanizar (processo importante da estrutura colonial) os povos que foram colonizados, criando também a relação de poder que vai funcionar de modo que quem se encontra como detentor do poder, irá

definir a identidade dos que são alcançados por sua hegemonia, de modo a garantir a manutenção de sua posição. Logo, começa a ser discutida a questão de como essa manutenção de relações de poder baseada em conceitos racializantes¹ ditam a estrutura dos afetos em uma sociedade que tem parte de seu imaginário cultural pautado nas crenças coloniais.

A partir do surgimento dos conceitos que envolvem a colonialidade do ser, tem se questionado cada vez mais a real eficiência do uso de conceitos e noções coloniais (ocidentais) em comunidades fora do centro do sistema. A partir dessa ideia, a vivência negra tem se tornado alvo de estudos de negras e negros acadêmicos (Lélia Gonzalez, Michael Eric Dyson, Oyèrónkẹ Oyèwùmí, etc). Tal presença é essencial para discutir as consequências e os estereótipos que se criam

¹“a racialização envolve a imposição de categorias ao grupo subordinado pelo grupo dominante, junto com definições do grupo assim categorizado como intrinsecamente inferior (FENTON 1999; GUIMARÃES 2002).”



pela lógica ocidental e branca com relação ao povo negro.

Afinal, somos ocidentais? Quando digo nós, me refiro à população negra que se formou na América Latina e a que existe na África, aos indígenas e outros povos que passaram pelo processo de saqueamento colonial e deixo claro que falo aqui como estudante negro de antropologia. Enfim, somos ocidentais? Grande parte da população negra segue sua vivência baseada nas noções impostas pela elite brasileira moldada nas noções de nossos colonizadores.

Há frequentes irrupções do povo no cenário da história, com frequentes soluções de compromisso, conciliação ou paz social, tecidas pelos partidos, formuladas por intelectuais, impostas por grupos e classes dominantes, com a colaboração da alta hierarquia militar e eclesiástica, todos na sombra do imperialismo. (IANNI, 1996, p. 31)

A população negra continua subjugada, desumanizada e animalizada. A ideologia reproduzida pela elite, calcada ainda na visão do colonizador, permanece permeando todo o corpo social.

Oyèrónkẹ Oyěwùmí, socióloga feminista nigeriana que trabalha principalmente com o povo Yoruba, um dos povos tra-

zidos para as Américas no processo escravocrata, dialoga junto à seu povo sobre a importância da decolonialidade estar inserida no saber e ser trabalhada por populações que passaram pelo processo de colonização. Em uma de suas produções, Oyěwùmí vem a dizer que ela atribui as falsas leituras da comunidade Yoruba aos “aventureiros, etnógrafos coloniais, missionários e oficiais coloniais” (OYEWÙMÍ, 2015, p. 01) que trouxeram suas noções ocidentais para dentro de sua análise e categorias que não faziam sentido na realidade da comunidade estudada. Assim, a socióloga afirma que a comunidade Yoruba se identifica como uma sociedade que não tem distinção centrada em gênero, fugindo do espectro patriarcal e das categorias nucleares ocidentais, o povo Yoruba começa a falar por si.

A partir da ideia que por anos os “missionários e oficiais coloniais” (OYEWÙMÍ, 2015, p. 01) praticaram a escravidão e impuseram seus ideais na construção do imaginário de diferentes povos colonizados, é necessário ressaltar que a



questão principal é: para quem está em uma posição de poder, vale de tudo para a manutenção dessa posição e a reafirmação da sua dominação. Dentro de práticas que fazem parte de tal manutenção, está a criação de estereótipos, como o da desumanização de todo um povo, baseando-se na cor de sua pele e os taxando de emocionais, longe de serem capazes de se enquadrar em suas noções de ser “civilizado”.

Ainda hoje, a população negra ainda é taxada de irracional, porém existe a contradição de se taxar como um povo não emocional. Mulheres negras recebem menos anestesia em hospitais durante o trabalho de parto e fora outras negligências registradas pelo trabalho: “Negra é como coelho: só dá cria!” Existe violência obstétrica contra mulheres negras no Brasil?” (2017) de Jussara Francisca de Assis. Os homens negros, assim como as mulheres, são vistos como órgãos sexuais ambulantes, são incapazes de sentir e não são bons o bastante para a constituição de um relacionamento amoroso e afetivo, essa passagem

de Deivison Faustino Nkosi retrata parte dessas questões:

Quando não invisibilizado, o negro é representado como contraponto antiético do humano. A sua aparição, quando, autorizada, é reduzida a uma dimensão corpórea, emotiva ou ameaçadora, tal como um King Kong descontrolado: tão grande, tão burro, tão negro, com mãos rústicas e exacerbados instintos libidinais em sua busca desenfreada pela mocinha (ultrafeminina) de tez claramente virginal e corpo frágil. (FAUSTINO (Nkosi), 2014, P. 83)

O uso do corpo negro mudou de status e de modus operandi, mas ainda é muito presente na sociedade brasileira.

Assim como outras ideologias e outros sistemas hegemônicos, o ideal de que o povo negro não foi feito para afetos, não ama e é puramente sexual (parte da desumanização porque está ligada à questão da animalização) foi construído em um momento colonial para ser capaz de permanecer no imaginário, passar por manutenção e se reafirmar através de diferentes ferramentas que a época permite. Fanon relata que quando demonstra em como o branco se fixa como o intelectual e assume que o ganho de um gera a falta de outro (FANON,



2008, p. 143), fixando o negro na situação de irracional e sexual: “Projetando suas intenções no preto, o branco se comporta “como se” o preto as tivesse realmente [...] O preto é fixado no genital, ou pelo menos aí foi fixado. Dois domínios: o intelectual e o sexual” (idem). Se pelo menos esse imaginário se limitasse à alguma parte dos não negros da população e somente à elite econômica, mas o imaginário racista se encontra também na construção da mentalidade negra, amar sendo negro ou negra é um aprendizado, principalmente quando se fala de amor próprio, sua manutenção está sim nas mãos da elite não negra, assim como as principais instâncias de relações de poder na sociedade brasileira. Logo, em “Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra” (2006), Nilma Lino Gomes vem exemplificar o caso por meio de diálogos presentes em uma família negra que mostram um ideal de necessidade de embranquecimento e não aceitação do próprio, também afirma as consequências (emocionais, afetivas) da presença de tais

ideais, que assim como no imaginário brasileiro, se manifestam como uma contracorrente no processo de aceitação da cultura e corpos negros. Esse debate se alonga em questões da construção da autoestima do povo negro, da eugenia, das agressões ao próprio corpo e da possibilidade de refúgio em espaços que exaltam a cultura negra e os elementos inseridos nessa.

Eugenia, é um conceito que foi criado em 1888 por Francis Galton e que se expressa bem na explicação de “bem nascido”, ou seja, estudo das coisas que podem piorar ou melhorar as qualidades raciais das futuras gerações (GALTON, 1888.), essa existe desde a “importação” de trabalhadores europeus para o Brasil quando se termina a prática escravocrata, a intenção não era somente ter trabalhadores que eles achavam justo pagar pelo serviço (humanos, no caso), mas também a possibilidade de criar uma população miscigenada com a possibilidade de embranquecer os descendentes da população escrava tão presente no país.



A partir da ideia de eugenia, que já vinha presente na prática dos senhores de escravos ao violentar “suas” escravas, essa veio a se repetir anos depois com a possibilidade de virar lei, pela atuação do ex-senador e médico eugenista Miguel Couto (1865-1934) no movimento que teve sua força no Brasil durante o início do século XX (ENGEL, 2013, v. 1, p. 49-63). A ideia de eugenia se mantém viva no imaginário brasileiro, como podemos ver em uma das entrevistas feitas por Nilma Lino Gomes: “A gente tem que melhorar a raça. Por isso é que eu opto por mulheres claras, de cabelo bom” (GOMES, 2006, p. 122)², tal questão também se mostra presente quando Nobles fala da estrutura que gerou esse tipo de problemática e traz o questionamento de negros inseridos na lógica da branquitude:

Muitos psicólogos afrocentrados acreditam que o ataque

²Fala extraída da entrevista de Gomes com o entrevistador “ED” que falava sobre a opinião de seu irmão sobre quando reparou que este só namorava com mulheres brancas (GOMES, 2006, p. 122).

histórico da supremacia branca resultou na distorção da personalidade africana’ Akbar(1981), por exemplo, identifica quatro distorções ou desordens da personalidade relacionadas com uma sociedade tipificada pela opressão, pelo racismo e pela supremacia branca (ou emanadas dessa sociedade). A primeira é a desordem do “ego alienado”, em que o indivíduo comporta-se de modo contrário à sua própria natureza e sobrevivência. Aprende a agir em contradição com seu bem-estar e em consequência se “aliena” em relação a si mesmo. Desagrada-lhe seu fenótipo natural e tudo aquilo que lhe recorde a aparência física de um africano’ Quantos afro-brasileiros afirmam que a discriminação racial não existe ou que se existe, é por causa da classe ou da situação econômica? Quantos afrobrasileiros acreditam que não há racismo no Brasil ou que vale a boa aparência e esta é boa na medida em que não se aproxima da aparência africana? Será que o sistema de “branqueamento” criou afro-brasileiros alienados em relação a si mesmos? (NOBLES, 2009, p. 289)

As agressões ao corpo podem ser outra forma de reproduzir a ideia de eugenia. A cirurgia plástica é uma prática recorrente do povo negro quando se fala de corporeidade, as características físicas que são vistas como típicas do povo negro são um estandarte para a prática de ódio racial e o desejo de mudança de nariz, cabelo, boca, etc. são constantes em busca de aceitação estética longe do padrão de visual negro. “Ag-



ora, ele agrediu tudo, ele agrediu... ele agrediu até a cirurgia plástica. Essa é a questão” (GOMES, 2006, p. 123). Esse trecho retirado do trabalho de Gomes foi também proferido por um entrevistado ao falar sobre como Michael Jackson e suas mudanças estéticas lhe afetaram, pois anteriormente era uma pessoa que representava na grande mídia mundial o empoderamento negro e influenciou gerações de negros e negras a aceitarem sua cultura (GOMES, 2006, p. 123). Esse espectro não se estende somente à situação de Michael Jackson, cantoras como Beyoncé Knowles Carter, Azealia Banks e esportistas também passaram por essa lógica do embranquecimento em suas carreiras e essas decisões influenciam diretamente o processo de aceitação das populações negras ao redor do mundo.

Em relação aos afetos e a autoestima, começo com uma dúvida: quando parte do imaginário cultural de um país reproduz a ideia de que o povo negro é inferior (até nos fazem acreditar nisso e também reproduzir esse discurso), como é

possível construir autoestima e segurança para se relacionar afetivamente quando toda uma população não negra é vista como melhor que você? O negro ou a negra são vistas como isso, um corpo negro a ser usado e não respeitado ou afeiçoado. Em escritos passados Caio Prado Jr. descreve a violência sexual dos senhores de escravos para com as escravas como necessidade, seu tesão era necessidade em:

A outra função do escravo, ou antes da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais de seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassara também o nível primário e puramente animal do contato sexual, não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem. (PRADO JUNIOR., 1976, p. 342-343)

Lélia Gonzalez traz a problemática da mucama como a escrava que era a verdadeira mãe das crianças da “Casa Grande” em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984).

E quando a gente fala em função materna, a gente tá dizen-



do que a mãe preta, ao exercê-la, passou todos os valores que lhe diziam respeito pra criança brasileira, como diz Caio Prado Júnior. Essa criança, esse infans, é a dita cultura brasileira, cuja língua é o pretuguês. A função materna diz respeito à internalização de valores, ao ensino da língua materna e a uma série de outras coisas mais que vão fazer parte do imaginário da gente (Gonzalez, 1979c). Ela passa pra gente esse mundo de coisas que a gente vai chamar de linguagem. E graças a ela, ao que ela passa, a gente entra na ordem da cultura, exatamente porque é ela quem nomeia o pai. Por aí a gente entende porque, hoje, ninguém quer saber mais de babá preta, só vale portuguesa. Só que é um pouco tarde, né? A rasteira já está dada. (GONZALEZ, 1984, p. 235)

Logo, podemos perceber que na cultura brasileira a mulher negra serviu como mãe por todo esse período, mas não por esposas, pois esse nunca foi o lugar da mulher negra. Quando se fala de afetos com relação ao povo negro, se fala diretamente de lugar, de submissão, de não ser visto como uma boa presença ou uma boa escolha, de não ser o ideal. A poeta Taylor Seaberg em seu poema “the troubles of interracial dating” (os problemas do namoro inter-racial) do ano de 2016 fala um trecho que evidencia claramente o desconforto de uma família ao ter presente uma pessoa negra em um relacionamento com um

parente: “mas nada de lama em seu campo de lírios, que eles vêm criando há anos e têm sido tão cuidadosos para mantê-lo limpo” (SEABERG, 2016) (tradução livre). A partir desta perspectiva, a presença do negro sujaria a busca por uma branquitude familiar, situação narrada por Nkosi em um diálogo transcrito sobre a fala de um amigo (FAUSTINO (Nkosi), 2014, p. 84): “Eu imaginei ele a tocando e aquilo foi me dando um ódio tão grande, mas tão grande... que eu fui perdendo o fôlego e não podia mais respirar [...]” (FAUSTINO (Nkosi), 2014, p. 84), no caso, o sujeito que o causa repulsa é um homem negro.

Assim como Oyěwùmí mostra que o ideal patriarcal não conseguiria se sustentar na comunidade Yoruba por essa ter formado em seu imaginário que não há distinção de gênero e que seus heróis não são homens, mas sim heroínas, presentes em mitos e cosmologia disseminados na comunidade desde a infância, a aceitação da população negra acha dificuldade de se fixar no ideário brasileiro, pela contracorrente (repúdio) estar tão forma-



da e sólida na mentalidade da população (OYEWÙMÍ, 2015).

Então aqui é necessário destacar duas instituições, onde uma é essencial para a manutenção das ideias racistas apresentadas aqui até então e outra é essencial para o aprendizado e formação da autoestima da população negra brasileira. Dos ideais racistas é necessário falar da ação da grande mídia, que ajuda a reafirmar principalmente os lugares de pertencimento da população negra brasileira na sociedade, prática discutida no trabalho “O Negro e a Mídia: novas possibilidades de referências identificatórias nas redes sociais” (2017) de Robenilson Moura Barreto, Paulo Roberto Ceccarelli, Warlington Luz Lobo. Assim, quando se fala dessa instituição e do papel do negro que é representado por essa, se encontra a população negra em trabalhos considerados subalternos e não de chefia, em comando da criminalidade e de práticas violentas, com ações e manifestações de humor puramente irracionais, raivosas e fora do que é considerado “normal” e quando se fala em termos de manifes-

tação de afeto e protagonismo, a população negra é posta como coadjuvante até mesmo em suas próprias histórias (produções sobre o movimento abolicionista) e como amantes, corpos sensuais a serem usados e que não detém de nenhum poder, ou seja, impotente. É necessário então falar sobre a questão das relações de poder, que em certa parte (não há como afirmar o comportamento de tais relações em uma situação geral).

Nessa questão, é importante trazer a discussão sobre o acesso ao corpo (de uma perspectiva sexual) em uma sociedade racializada, onde a base dessa discussão se faz através da questão de detenção de poder, poder esse que quem menos o detém é a população negra. Claro que existe a questão do homem negro ser ainda um homem e em uma sociedade patriarcal ele teria mais poder que a mulher branca, mas sua questão racial não deixa que isso se torne realidade em um contexto geral, assim, a detenção de poder nas mãos do homem negro não se equivale ao do homem branco pelo



“simples” fato de que antes de tudo, ele é um corpo negro.

Da instituição que funciona como contracorrente a esses espaços hostis: os espaços de produção e admiração da cultura negra. Gomes dá de exemplo os salões de beleza afro que vêm surgindo como uma investida às mudanças estéticas embranquecedoras e a valorização do corpo e estética negra, esse assunto é abordado tanto em seu texto já citado aqui quanto no edital “Encrespando” organizado por Ana Flauzina e Thula Pires (2016). Esses espaços, como salões, festas, boutiques e lojas que vendem e produzem em cima da cultura negra para a população negra têm se tornado cada vez mais visíveis para a nossa população e tornado também cada vez mais fácil o processo de aceitação e identificação negra, como por exemplo, o Grupo Kilombagem, que se propõe estudar as estruturas do racismo e agindo na sociedade com projetos e afins. Há então a existência de núcleos de pesquisa em Universidades federais, como o NUQ-UFMG (Núcleo de Estudos

em Populações Quilombolas e Tradicionais da Universidade Federal de Minas Gerais) e o NEAB-UNB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília). Não existiam muitas roupas que representassem tal povo, não havia muitas pessoas que sabiam como cortar e tratar de um cabelo crespo que falavam com a boca cheia que a estética negra é linda e que tornassem possível aceitação e a construção de uma (por mais que pequena) autoestima na população negra. A “pequena” mídia age nessa questão, divulgando penteados, roupas e artistas que trabalham com o orgulho de ser negro.

Tendo em vista toda essa construção em cima da dificuldade de se adquirir afeto por si próprio e pela não rejeição do corpo negro, venho a responder a pergunta que fiz anteriormente: “existe perspectiva de se construir uma autoestima e também, uma segurança para se relacionar afetivamente quando toda uma população não negra é vista como superior?”.

A resposta é simples para falar a verdade, enquanto o



papel do negro não for ressignificado, enquanto a hipersexualização continuar sendo um problema cotidiano da população negra a sermos vistos como falos e vaginas ambulantes, enquanto a ideia de que homens e mulheres negros não cabem ao mundo dos afetos estiver presente na mentalidade brasileira, esse campo continuará sendo de difícil acesso e aceitação, mas a revolução dentro da população negra começou e munidos de uma maior aceitação e identificação com a sua cultura e afrocentricidade, a população negra tem feito uma revolução sobre sua autoestima e seus afetos de dentro para fora. Sendo assim, o panorama de uma mudança nesse cenário tem estado cada vez mais possível, desde a academia, até a periferia, a população negra luta contra o ódio e os ideais higiênicos que nos atingem, estamos nos amando. Percebe-se o início de uma existência de relacionamentos afetivos afrocentrados, onde a população se descobre por meio de si mesma, não se expondo aos “perigos” do embranquecimento e sim de um reconhe-

imento e construção de afetividade por meio de seus iguais.

Para Cross (1991), a ‘nova identidade’ construída tem três funções dinâmicas: defender e proteger a pessoa de agressões psicológicas; prover um sentido de pertença e ancoradouro social e prover uma fundação, ou ponto de partida, para transações com pessoas de culturas diferentes daquelas referenciadas em matrizes africanas. O indivíduo, além de manter relações com pares negros, estabelece relacionamentos significativos com não negros no seu convívio, respeitando suas auto-definições. (FERREIRA, 2002, p. 80)

Há quilombos Brasil afora que se firmam como comunidades que buscam a matriz da sua estrutura de organização social em noções trabalhadas pelos “povos de origem” sejam eles indígenas ou africanos. Mesmo tendo clareza que não há um resgate total e noções coloniais ainda permaneçam, continuam a negar a estrutura de poder que traz consequências como a colonialidade do ser que de nada servem para povos com passado violento e de colonização. Tal prática é evidenciada em “Conceição das crioulas: Território e Identidade no processo decolonial” de Givânia Maria da Silva (2017) que mostra como a educação dentro de tal comunidade qui-



lombola tem uma base afrocentrada e de protagonismo feminino, com uma prática voltada para a política de seu povo e a busca pela afirmação da sua identidade afro-brasileira como mostra Wade W. Nobles em “Sakhu Sheti: Retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado” (2009):

As comunidades africanas livres (quilombos) que operaram como Estados independentes afrocentrados por quase dois séculos servem como um reservatório histórico para autenticar as sobrevivências culturais e políticas africanas nas Américas. (NOBLES, 2009, p. 285).

A cultura afro-brasileira tem seus guardiões e acima de tudo, tem seus seguidores. Os acontecimentos que se sucederam de anos para cá no fortalecimento da aceitação e desenvolvimento de nossa cultura são prova de que a população negra brasileira seja ela quilombola ou não, têm tido necessidade de fugir das caracterizações do ocidente e sua racialização. A resistência se encontra na reivindicação das construções sociais que tem espaço para nós, do imaginário cultural que não nos fere e não nos isola e prin-

cipalmente, da possibilidade de se construir um afeto que nos caiba e que não atende às construções que nos excluem.



Referência Bibliográfica:

ASSIS, Jussara Francisca de. “Negra é como coelho: só dá cria!” Existe violência obstétrica contra mulheres negras no Brasil?. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva; CARONE, Iray (org.). Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 4a ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p.25-57.

CECCARELLI, Paulo Roberto. O Negro e a Mídia: novas possibilidades de referências identificatórias nas redes sociais. In: Conversas transversalizantes entre psicologia política, social-comunitária e institucional com os campos da educação,

saúde e direitos. Vol. 7. Organização: Flávia Cristina Silveira Lemos ([et al.]. - 1. ed. – Curitiba: CRV, pp. 709-718, 2017.

ENGEL, Magali Gouveia. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). In: Martha Abreu; Hebe Mattos; Karl Monsma; Carolina Vianna; Beatriz Ioner. (Org.). História do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos. 1aed.Niterói: EDUFF, 2013, v. 1, p. 49-63.

FANON, Frantz. Peles negras, máscaras brancas. Bahia: Edufba, 2008.

FAUSTINO (NKOSI), D. O pênis sem o falo: algumas reflexões sobre homens negros, masculinidades e racismo. In: Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar



a violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay.
– 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 75.

FERREIRA, R.F. O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. In: Revista Psicologia & Sociedade; 14 (1):jan./jun. 2002, p. 69-86.

GALTON, Francis. Herencia y eugenesia. Tradução, introdução e notas R. A. Peález. Madrid: Alianza Editorial, 1988.

GOMES, Nilma Lino. O processo de rejeição/aceitação/resignificação do corpo e do cabelo. In: GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. São Paulo: Autêntica, 2008. p.117-147.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros

estudos. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223-244.

IANNI, Octávio. A Sociologia de Florestan Fernandes. In: Estud. av. vol.10 no.26 São Paulo Jan./Apr. 1996.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: O hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

MONSMA, Karl. Racialização, racism e mudança: um ensaio teórico, com exemplos do pós-abolição paulista. In: XXVII Simpósio nacional de história. Natal: ANPUH, 2013.

NOBLES, W. W. (2009). Sakhu Sheti: retomando e reapropriando um foco psicológico afrocentrado. In E. L. Nascimento



(Org.), Afrocentricidade. Uma abordagem epistemológica inovadora (Coleção Sankofa: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira, 4, pp. 277-297). São Paulo: Selo Negro.

OYEWÙMÍ, Oyèrónké. Beyond Gendercentric Models: Restoring Motherhood to Yoruba Discourses of Art and Aesthetics. In: Creary, Nicholas (ed.). African intellectuals and decolonization. Ohio: Ohio University Press: 2012, p. 160-176.

PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia). São Paulo: Editora Brasiliense, 1976.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

ROSA, Waldemir. Observando uma masculinidade subalterna: homens negros em uma “democracia racial”. Trabalho apresentado no ST 18 – A questão racial no Brasil e as relações de gênero. Seminário Internacional Fazendo Gênero 7, 2006.

SEABARG, Taylor. The The Troubles of Interracial Dating. In: Best of Button August 2016 by Button Poetry, 2016.

SILVA, A. J.; OLIVEIRA, E. G. S. Conceição das crioulas: Território e Identidade no processo decolonial. Revista Ensino Interdisciplinar. Mossoró, v. 3, nº. 08, 2017.

XAVIER, Lucia. Racismo, corpo, saúde, representação. In:

FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (org.). Encrespando – Anais do I Seminário Internacional: refletindo a Década Internacio-



nal dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024). Brasília: Brado Negro, 2016. p.37-50.



A Invenção do Popular: algumas notas sobre as mediações históricas de uma categoria erudita*

Artur André Lins**

*Texto apresentado no evento “Encontros Graduados”, organizado pelo PET/SOL, no primeiro semestre de 2016.

** Graduando em sociologia na Universidade de Brasília

Resumo: A proposta desse ensaio de interpretação sociológica consiste em discutir a relação entre a produção simbólica, a invenção do popular e as imagens de país. Partimos, assim, do conceito dialético de “mediação” para colocar o problema da formação conceitual. A invenção do “popular” será o tema desse ensaio a partir de uma tripla ênfase: 1) primeiramente, será apresentada as mediações históricas do conceito de “popular” e o modo pelo qual ele foi aproximado do domínio da “cultura”; 2) no segundo momento, a reflexão se dá mediante o debate acerca da “cultura popular” e as dinâmicas do processo criativo, de tal modo que a relação entre “tradição” e “inovação” será contrastada com o par conceitual, familiar ao raciocínio sociológico, “agência” e “estrutura”; 3) finalmente, ao compreender a densidade do conceito de “popular” no âmbito da esfera política, a reflexão procura lidar com o jogo simbólico de constituição de imagens de país e invenção do povo-nação no âmbito da sociedade brasileira.

“Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão, transmissão na qual ele passou de um vencedor a outro. Por isso, o materialista histórico, na medida do possível, se afasta dessa transmissão. Ele considera como sua tarefa escovar a história a contrapelo”

Walter Benjamin,

Sobre o conceito de história

I – O conceito dialético de “mediação”

A preocupação que move este texto parte da premissa segundo a qual as palavras, bem como os conceitos inseridos em determinados campos semânticos, participam ativa e efetivamente no curso da história. Assume-se a perspectiva analítica a partir da qual a triangulação



heurística¹ entre estrutura de significados, estrutura de sentimentos e estrutura social promove a compreensão acerca das mediações históricas responsáveis por enredar os conceitos nas tramas da realidade. Em jogo: a dialética entre forma e conteúdo no processo da história. A invenção do “popular” será o tema desse ensaio a partir de uma tripla ênfase: 1) primeiramente, será apresentada as mediações históricas do conceito de “popular” e o modo pelo qual ele foi aproximado do domínio da “cultura” enquanto tribunal de recursos; 2) no segundo momento, a reflexão se dá mediante o debate acerca da “cultura popular” e as dinâmicas do processo criativo, de tal modo que a relação entre “tradição” e “inovação” será contrastada com o par conceitual, familiar ao raciocínio sociológico, “agência” e “estrutura”; 3) finalmente, ao compreender a densidade do conceito de “popular” no âmbito da esfera política, a reflexão propõe-se a lidar com o jogo simbólico de constituição de imagens de país

¹Ver: Raymond Williams (2011).

e invenção do povo-nação no âmbito da sociedade brasileira.

“A imediatez é ela própria essencialmente mediada”, diz Hegel (2005). O conceito de mediação no âmbito do método dialético é crucial para compreender o sentido e o processo da história. A dialética surge diante de uma dificuldade: a dificuldade da cisão. A cisão entre sujeito e objeto; a cisão entre forma e conteúdo; a cisão entre razão e história; a cisão entre conceito e realidade. A dialética é a compreensão da racionalidade em sua socialidade histórica; e, assim, autodeterminação da razão como processo no entrelaçamento do sujeito com o objeto diante do desenvolvimento da práxis histórica. É no contexto da filosofia dialética que o conceito de mediação será qualificado, pois é justamente ele que promove os elos constitutivos entre as diversas dimensões do pensamento e da história. T. Adorno (2013) salienta justamente para o modo pelo qual se tecem as reciprocidades entre “forma” e “matéria”, entre o “ideal” e o “concreto” no terreno da experiência que é, a um



só tempo, sensível e inteligível. Contra a separação kantiana entre forma e conteúdo, que supõe a cisão entre sujeito e objeto e a possibilidade de uma lógica pura, se diz: “Hegel responde a isso afirmando que forma e conteúdo são essencialmente mediados um pelo outro”. É a partir desse enfoque e desse conceito de mediação que o tema da invenção do popular será perseguido ao longo desse ensaio (ADORNO, 2013, p. 149).

II – As mediações históricas do “popular”

A invenção do “popular”, enquanto processo histórico de formação conceitual e relações históricas efetivas, nos conduz para o problema sociológico da construção social de sentido e dos agentes sociais implicados no privilégio da elaboração pública de significados. É justamente por este motivo que cumpre função descritiva e analítica o conhecimento das condições de possibilidade que fizeram ascender determinado estrato de intelectuais aos quadros socialmente legitimados e autorizados para agir no domínio das elaborações

ideológicas que preside a organização social da produção simbólica e da “cultura”. O que nos interessa neste ensaio é lidar com o problema da construção do “popular” no âmbito das elaborações simbólicas de uma intelligentsia politicamente ativa nos processos civilizatórios em que se equalizam as relações tensas entre produção cultural e “povo-nação”.

Renato Ortiz, em seu livro *Românticos e Folcloristas*, traça uma arqueologia do conceito de “cultura popular” a partir de uma tipologia de intelectuais e situações sociais conexas. Situando-se, primeiramente, no início do século XVIII, sobretudo a partir do marco da fundação, em 1718, da primeira Sociedade dos Antiquários na Inglaterra, o “espírito antiquário” é a característica de um perfil intelectual profundamente interessado em antiguidades populares dentro de um compilado fragmentário de elementos culturais descontextualizados. Vigorava entre os antiquários aquilo que Ortiz (1992, p. 14) qualificou como “afã colecionador” que, em última in-



stância, expressa “a obsessão pelo ordenamento dos pedaços heteróclitos de cultura”. No entanto, os antiquários não nutriam nenhuma predileção especial pelo “povo”, pois a palavra “povo” à época era semelhante a “turba”, ou seja, uma designação negativa para o que viria a ser a multidão. É por isso que os antiquários justificavam os seus interesses como uma inusitada curiosidade e apreço pelo exótico, excêntrico e bizarro.

No decorrer da segunda metade do século XVIII e ao longo do século XIX, uma série termos relacionados ao radical *volk*, no alemão, *folk*, no inglês e *peuple*, no francês, começou a figurar no imaginário de determinados círculos intelectuais europeus atraídos pelo estudo das crenças populares. No momento, vigoravam duas macrotendências: o Romantismo e o Iluminismo. A primeira, assim poderíamos dizer, fortemente associada ao léxico alemão, se estrutura por três principais conceitos: *kultur*, *folk* e *bildung*. O romantismo visto como movimento cultural europeu oferece sorte de imagem idílica do povo

enquanto “comunidade”. Ainda, esse ideário assume o conceito de cultura enquanto cultivo do espírito autêntico, excepcional, genuíno e original. A segunda, dada ao léxico francês, se estrutura por outros três conceitos: *peuple*, *citoyen* e *civilisé*. Temos, aqui, a razão abstrata universal como parâmetro, a noção de povo e cidadania como substrato simbólico da república e a civilização enquanto o domínio sobre a natureza (ELIAS, 1993).

Mas a questão é explicar como a “cultura popular” passou a ser objeto de sistemática investigação intelectual? E porque o “popular” surgiu como um tema a ser tratado de maneira tão tardia? Historiador da cultura popular, o inglês Peter Burke, em *Cultura popular na Idade Moderna*, formula a chamada tese da retirada das classes superiores. Ao observar um processo histórico civilizador, Burke nota que no decorrer do século XVI e início do XVII, o conjunto de crenças populares era amplamente compartilhado pelos mais diversos segmentos da sociedade daquele período, ou seja, da plebe



até a mais alta corte haviam elementos de uma cosmovisão que eram significativamente convergentes. Contudo, já a partir do século XVIII, nota-se que a “cultura popular” sobrou para as classes baixas enquanto que, num movimento progressivo de retirada, o clero, a nobreza, os comerciantes e os profissionais liberais ergueram verdadeira muralha simbólica denominada “cultura erudita” que lhes impunha uma série de padrões de autocontrole ético-estéticos como a garantia da distinção e do privilégio social (BURKE, 2013 p. 356-358).

O movimento histórico que deflagra a situação do fosso entre “cultura popular” e “cultura erudita” se desenvolve entre 1500-1800, particularmente no momento em que a historiografia costuma relatar os acontecimentos da Reforma, Contrarreforma, Revolução Científica e Iluminismo. Há uma ênfase no processo da Reforma católica e protestante: “No final do século XVI e início do século XVII, houve uma tentativa sistemática por parte de membros da elite, principalmente dos

cleros católico e protestante, em reformar a cultura do povo comum” (BURKE, 2013 p. 313). A investida inquisitorial da Igreja, nesse sentido, jogou um papel estratégico no processo de hegemonia cultural das classes superiores. No século XIX, em meio a urbanização acelerada, a emergência do sistema de ensino educacional, o aprimoramento da infraestrutura de transportes e comunicações, alegava-se que a “cultura popular tradicional” estava para ser extinta pelo avanço da estrutura social da dita “modernidade”. Essa situação despertou uma atitude reativa diante do projeto burguês da expansão da economia monetária alinhada ao industrialismo, no momento da configuração histórica das forças produtivas e relações sociais de produção do capitalismo moderno, que promoveu a pretensa descoberta do “popular” enquanto espécie em extinção na fauna e flora da então emergente sociedade de massas (BURKE, 2013; WILLIAMS, 2011). É justamente esta situação – o contraste do “popular” com o “erudito” – que



leva o historiador francês, Roger Chartier (1995), a afirmar categoricamente: “a cultura popular é uma categoria erudita”.

A estrutura de sentimentos marcada pelo movimento do romantismo, na virada para o século XIX, dá ensejo a um perfil de intelectuais antipáticos em relação às mudanças sociais trazidas pelos efeitos tanto da Revolução Industrial quanto da Revolução Francesa. Havia, portanto, uma crítica sendo gestada contra o “progresso” prometido pela racionalidade iluminista. Apesar de estabelecer um vínculo tenso e crítico com os processos de modernização, o romantismo também ofereceu uma contribuição fundamental: a possibilidade de resolver, ao menos no plano ideológico-filosófico, o desajuste forjado entre a elite e o povo através do princípio da totalidade-nação (ORTIZ, 1992). Na Alemanha, por exemplo, duas peças-chave se destacam: J. G. Herder, por um lado, através dos seus compilados de canções populares (Volkslieder, 1774-1778), e os Irmãos Grimm, Jacob e Wilhelm, por outro

lado, com os famosos registros da literatura popular fantástica. Como diz Burke (2013, p. 32), uma novidade se amostra:

O que há de novo em Herder, nos Grimm e seus seguidores é, em primeiro lugar, a ênfase no povo, e, em segundo, sua crença de que os “usos, costumes, cerimônias, superstições, baladas, provérbios, etc.” faziam, cada um deles, parte de um todo, expressando o espírito de uma nação. Nesse sentido, o tema do presente livro foi descoberto – ou terá sido inventado? – por um grupo de intelectuais alemães no final do século XVIII.

O ideal romântico do autêntico, no decorrer da segunda metade do século XIX, encontra-se com o espírito científico do positivismo para fundamentar a disciplina do folclore. A questão do método de coleta dos elementos culturais e a sua elaboração no formato de catálogos descritivos sinaliza o popular como um recurso para as narrativas totalizantes uma vez que, através da sistemática classificatória, seria possível compor um corpo orgânico, coeso e unitário. Renato Ortiz (1992, p. 29-30) salienta que “a criação do folclore se realiza sob a égide do pensamento gestado pelas ciências sociais do século XIX”, bem como o fato de que “os folcloristas credi-



tam ser apenas um desses grupos, que aplicadamente levam o esclarecimento científico ao domínio popular". Entretanto, a inserção do espírito científico aplicado às investigações sobre o domínio do "popular" apresentava outra finalidade além daquela proposta como genuína curiosidade erudita. Não é novidade as relações íntimas entre o espírito científico e o projeto de dominação instrumental do esclarecimento². Em jogo: o modo pelo qual o conhecimento especializado sobre o "popular" intervém na necessidade de construção de uma consciência coletiva agregadora da heterogeneidade social ao dialogar com os projetos totalizantes e unificadores dos emergentes Estados-nacionais. Assim, Ortiz (1992, p. 40) diz:

O tom nostálgico é revelador; trata-se de lutar contra o tempo. O esforço colecionador identifica-se à ideia de salvação; a missão agora é congelar o passado, recuperando-o como patrimônio histórico. [...] O Estado tem por função resolver esta contradição (entre civilização e barbárie), integrando as partes desconexas da sociedade no todo nacional. [...] Para chegar até

²Adorno: O Conceito de Esclarecimento. In *Dialética do Esclarecimento*. Zahar, 2006.

os confins do país, o Estado teve de expandir a nova consciência de cidadania para todos os seus setores e recantos da sociedade.

Está claro que a invenção do "popular", bem como a concepção de "povo" enquanto entidade metafísica totalizadora, alinhada ao conceito de "cultura", que no imaginário romântico-folclórico denota o cultivo de um espírito compartilhado pela comunidade referente, corrobora o processo de controle das sociedades de massa, de tal modo que, dada a complexificação da diferenciação funcional da estrutura social moderna, instaurou-se a exigência pela administração simbólica das diferenças sócio-culturais no interior da unidade de sobrevivência do Estado-nacional. Raymond Williams (1992), em *Cultura e Sociedade*, ao situar a teoria da cultura pela tradição inglesa do século XIX, observou uma estrutura moderna de significados em transformação composta por cinco conceitos basilares, quais sejam: indústria, democracia, classe, arte e cultura. O autor nota que, inicialmente, "cultura" portava o sentido de "tendência a crescimento natural" e, por análogo



gia, “processo de treinamento humano”. É somente no século XIX que aparecerá a “cultura” enquanto tal, “uma coisa em si mesma”, de tal modo que o significado se ampliou para dizer algo como “um estado geral ou hábito da mente”, “uma situação geral de desenvolvimento intelectual em uma sociedade como um todo”, “o corpo geral das artes” e, principalmente, “todo um modo de vida, material, intelectual e espiritual” (WILLIAMS, 1992 p. 16-18). É nesse sentido que a “cultura” aparece enquanto uma abstração e um absoluto, quer dizer, abstração no sentido do “reconhecimento da separação prática de certas atividades morais e intelectuais do ímpeto propulsor de um novo tipo de sociedade”, e absoluto como um “tribunal de recursos estabelecido por sobre os processos de juízo social práticos” (WILLIAMS, 1992 p. 19-20).

A “cultura” como tribunal de recursos significa o parâmetro a partir do qual os valores das expressões humanas são medidos e avaliados, isto é, a universalização da cultura, ou

a cultura estabelecida como a priori histórico, o vetor pelo qual se galvaniza identidades coletivas pela alocação diferencial e reconhecimento normativo dos recursos simbólicos. Dado ao Estado-nacional a prerrogativa do monopólio da imputação do sentido socialmente legítimo, o veredicto exercido pelo discurso oficial acerca da “cultura nacional” dará o tom da invenção do “popular” em contextos históricos determinados. Nessa perspectiva, “cultura” é o controle sobre o cultivo do espírito do povo.

III – “Cultura Popular” entre a tradição e a inovação

Em “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico, Roger Chartier (1995) lida com aspectos metodológico da aplicação conceitual no estudo da história. Dessa forma, o autor percebe um movimento pendular entre dois modelos de interpretação da cultura popular: 1) o modelo que visa enfatizar a autonomia da cultura popular enquanto um sistema simbólico irreduzível; 2) o modelo que visa explicar a cultura popular a partir da dependência em relação a cultura erudita.



Roger Chartier (1995, p. 183), então, diz:

Durante muito tempo, a concepção clássica e dominante de cultura popular teve por base, na Europa e, talvez, nos Estados- Unidos, três ideias: que a cultura popular podia ser definida por contraste com o que ela não era, a saber, a cultura letrada e dominante; que era possível caracterizar como “popular” o público de certas produções culturais; que as expressões culturais podem ser tidas como socialmente puras e, algumas delas, como intrinsecamente populares.

Um movimento de crítica às concepções clássicas da cultura popular se dá no momento em que o folclore é questionado, ou seja, no momento em que a cultura popular não é mais vista como algo que se recolhe, registra, classifica e expõe. É feita a crítica ao ponto de vista que prevê um reflexo imediato entre a hierarquia social e a hierarquia cultural. Se a cultura popular não é aquilo que os livros de folclore caracterizam, o que então poderia ser este enigma? A cultura popular não é senão um tipo de relação social que sugere modalidades de experiência coletiva, modos de apropriação e transgressão de bens simbólicos envolvidos em lutas sociais historicamente

concretas e efetivas. Em suma: a cultura popular é uma prática e uma estratégia social. Conforme ressalta Roger Chartier (1995), a cultura popular joga no balanço entre mecanismos de dominação simbólica e modos de afirmação de lógicas específicas, de tal modo que se apresenta um tráfego de mão dupla, ou uma circularidade no sentido bakhtiniano, entre cultura popular e erudita. É possível compreender os modos de existência da cultura popular por via daquele movimento pendular característico do desenvolvimento teórico das ciências sociais no contexto pós-Segunda Guerra Mundial, tal como descrito por Jeffrey Alexander (1987), isto é, a oscilação entre agência e estrutura numa configuração sociológica tensa e conflituosa.

É justamente por via dessa perspectiva mais analítica que o processo de invenção e reinvenção da “cultura popular” será abordado pelo enfoque de uma sociologia das expressões criativas, justamente aquela que se pergunta sobre o problema da produção, transmissão e acumulação dos conteúdos sim-



bólicos constituintes do estoque social de conhecimento de uma determinada sociedade. A relação entre indivíduo e sociedade, bem como entre agência e estrutura, na teoria sociológica contemporânea, pode servir como um reflexo para a discussão acerca do papel que joga o gênio criativo e o julgamento público na construção da cultura popular. Tornou-se lugar-comum afirmar que na cultura popular a tradição goza de maior peso no processo de afirmação e canonização dos bens simbólicos enquanto que na cultura erudita, marcada pela razão científica, a inovação é o privilégio de mentes individuais criativas. Esta é uma imagem que, por um lado, subestima a inovação criativa dos indivíduos no interior da cultura popular assim como, por outro, ofusca os mecanismos tradicionais de autoridade e coletividade da cultura erudita.

O indivíduo, na representação da cultura popular, não é meramente um porta-voz da tradição, mas, ao mesmo tempo, este está submetido a uma estrutura tradicion-

al dentro da qual a sua criatividade se faz possível e articula variações. Peter Burke (2013, p. 161), nesse sentido, diz:

O indivíduo pode inventar, mas numa cultura oral, como ressaltou Cecil Sharp, “a comunidade seleciona”. Se um indivíduo produz inovações ou variações apreciadas pela comunidade, elas serão imitadas e assim passarão a fazer parte do repertório coletivo da tradição. Se suas inovações não são aprovadas, elas morrerão com ele, ou até antes. Assim, sucessivos públicos exercem uma “censura preventiva” e decidem se uma determinada canção ou estória vai sobreviver, e de que forma sobreviverá. É nesse sentido (à parte o estímulo que dão durante a apresentação) que o povo participa da criação e transformação da cultura popular, da mesma forma como participa da criação e transformação de sua língua natal.

A estrutura das formas tradicionais da cultura popular é organizada por diversos gêneros, dentre eles as danças populares (dança de roda, dança de armas, dança solo), bem como as canções populares (canção narrativa, épico, balada, prosa), e, não menos importante, a paródia, um gênero que expõe as possibilidades subversivas da imitação das formas jurídicas e eclesiásticas. Os gêneros comportam temas e variações dinâmicas, de tal modo que não figura o ideal de



uma forma “pura”. Na cultura popular é possível dizer que “*a mesma melodia é diferente*” assim como “*diferentes melodias são a mesma*”, ou “*o mesmo texto é diferente*” assim como “*diferentes textos são iguais*”. Há um duplo paradoxo inerente à tradição oral: por um lado, a melodia ou o texto não são reproduzidos fielmente, mas estão submetidos a estética do improvisado. No entanto, o improvisado não é totalmente solto, pois ele está vinculado a uma forma estética, ou seja, o artista realiza as variações de um mesmo tema; por outro lado, as melodias ou textos são combinações entre motivos e frases pré-estruturados que encontram as variações constantes da execução prática do gênero expressivo. Assim, queremos sugerir, se formam os esquemas constitutivos do processo de composição no âmbito da cultura popular (BURKE, 2013, p. 174).

O que tais esquemas criativos poderiam revelar do ponto de vista estético? Algo interessante para ser notado é a importância da repetição para o ato criativo, o modo pelo

qual a tradição impulsiona a inovação ao mesmo tempo que a inovação revigora a tradição, como diz Peter Burke (2013, p. 199): “*A repetição numa balada improvisada daria ao cantor um momento de fôlego, um alívio da pressão da criação contínua, uma oportunidade de pensar no que viria a seguir*”. Duas competências são reclamadas no processo da composição: a memorização e a improvisação. A memorização transparece os elementos coletivos, propriamente tradicionais, no instante em que é feita a seleção de temas e esquemas estéticos. A improvisação evoca a criatividade individual, a capacidade de inovação, no momento em que são postas em combinação fórmulas e motivos variados. O resultado é um estilo elíptico e lacônico, ou seja, ao mesmo tempo que se vale de ocultações também é breve e conciso, características apropriadas para articular a memorização e a improvisação no exercício do *bricolage* artístico-criativo (BURKE, 2013, p. 201-202).

Na história do pensamento social da segunda meta-



de do século XX, Pierre Bourdieu e Norbert Elias ocupam posições de destaque. Em comum, ambos são marcados por uma proposta epistemológica que concilia, como se diz, as formulações do objetivismo com aquelas do subjetivismo. Entre o primado do objeto e o primado do sujeito, no esteio que liga a agência com a estrutura, haveria, portanto, um amplo leque de tonalidades, gradientes e matizes. Talvez, assim nos aparece, a mudança mais radical tenha sido o deslocamento da consciência para o corpo, quer dizer, uma mudança que encontra no conceito de habitus a sua mais notável expressão. Por um lado, a relação entre agência e estrutura seria mediada por um conjunto de disposições incorporadas vertidas em práticas, estruturas estruturadas que tendem a funcionar como estruturas estruturantes. Assim, outras palavras como “jogo”, “senso”, “estratégia” e “campo de possibilidades” são acionadas para descrever a relação entre agência e estrutura, como nos diz Pierre Bourdieu (2004, p. 82):

Percebe-se que não se deve colocar o problema em termos de espontaneidade e coação, liberdade e necessidade, indivíduo e social. O habitus como sentido do jogo é jogo social incorporado, transformado em natureza. Nada é simultaneamente mais livre e mais coagido do que a ação do bom jogador. Ele fica naturalmente no lugar em que a bola vai cair, como se a bola o comandasse, mas, desse modo, ele comanda a bola.

Uma outra maneira de enunciar o problema entende que o habitus se mostraria pela triangulação entre padrão civilizador, estrutura social e estrutura de personalidade, como nos diz Norbert Elias (1994, p. 150):

Esse habitus, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do habitus social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social.

Nesse sentido, como queremos propor, a relação entre agência e estrutura será espelhada na relação entre tradição e inovação. Esta última, do ponto de vista da “cultura popular”, foi abordada acima sobretudo pela ótica da produção e



composição, especificamente aquelas executadas por via da tradição oral. No entanto, notamos como a cultura popular foi historicamente influenciada pelas escrituras, principalmente após a Reforma, a alfabetização massiva e a invenção da imprensa com a difusão mais ampla dos livros, especialmente no contexto europeu. Nesse sentido, a prática da “leitura” torna-se um importante tema de reflexão na medida em que evoca o consumo dos bens simbólicos. A cultura popular, como se sabe, diz respeito a modos de usar, a práticas orientadas por lógicas específicas, e se as escrituras entram no terreno do povo, então, a recepção torna-se problemática. Roger Chartier (1995, p. 185) afirma: “*Aparentemente passiva e submissa, a leitura é, na realidade, e à sua maneira, inventiva e criadora*”. Há sempre um intervalo entre o texto propriamente dito e o que a interpretação faz dele. A história da cultura popular que encontra as escrituras pela frente ganha ao focar mais na comunidade dos leitores e os seus modos de ler e interpretar os textos do que propria-

mente no significado intrínseco das escrituras enquanto tais.

É justamente a respeito das interações entre cultura popular e erudita, bem como entre tradição oral e escritura, que a história de um moleiro de Friuli do século XVI, Domenico Scandella, mais conhecido por Menocchio, torna-se relevante aqui para o nosso argumento. Sabemos de Menocchio por duas vias indiretas: primeiramente, os registros dos julgamentos inquisitoriais, e, depois, a reconstrução historiográfica do personagem feito pelo historiador italiano, Carlo Ginzburg (2015), no livro *O Queijo e os Vermes*. Menocchio, portador de crenças irreverentes e aparentemente heréticas, no contexto de sua época, fez oposição à autoridade das comunidades eclesásticas. O moleiro apostava na negação da divindade de Cristo, recusava parcialmente as escrituras em nome de uma ética mais palpável e objetiva, ignorava a importância do batismo, pregava uma palavra de tolerância contra as investidas inquisitoriais e, principalmente, apesar de não negar a existência da divin-



dade, recusava Deus como o princípio criador do universo.

A cosmogonia de Menocchio parte do caos, uma espécie de turbulência original, fomentado pelos quatro elementos. O caminho natural do caos é encontrar a ordem, assim como da imperfeição segue a perfeição. A atividade de moleiro pôs Menocchio em contato com a fabricação do queijo, alimento que depende da putrefação do leite, donde surgem os “vermes”. O queijo é a massa que surge da interação caótica dos elementos, tal como os vermes, os anjos são o produto desse movimento: *“Eu disse que segundo meu pensamento e crença tudo era um caos, isto é, terra, ar, água e fogo juntos, e de todo aquele volume em movimento se formou uma massa do mesmo modo como o queijo é feito do leite, e do qual surgem os vermes, e esses foram os anjos”* (GINZBURG, 2015, p. 37). Ginzburg se coloca constantemente a pergunta acerca das fontes de Menocchio, afinal, como este moleiro poderia mesclar ideias tão insólitas numa linguagem defensável diante

dos interrogatórios inquisitoriais? Uma hipótese levantada pelo historiador sugere que o segredo está na “chave de leitura” de Menocchio, não propriamente o que ele lia, mas o modo como ele se apropriava da literatura, isto é, uma leitura seletiva segundo a qual determinadas palavras, frases, máximas, recebiam ênfase de acordo com os conteúdos provenientes da cultura oral nele [no moleiro] incorporada: *“Foi o choque entre a página impressa e a cultura oral, da qual era depositário, que induziu Menocchio a formular – para si mesmo, em primeiro lugar, depois aos seus concidadãos e, por fim, aos juízes – as ‘opiniões [...] [que] saíram da sua própria cabeça’”* (GINZBURG, 2015. p.72-73). O efeito dessa transliteração operada pela “chave de leitura” de Menocchio demonstra um potencial criativo e transgressor. Por um lado, metáforas colhidas na instância da experiência cotidiana – “criança no ventre da mãe”; “rebanho”; “carpinteiro”; “banco”; “queijo”; “vermes” –, por outro lado, conceitos eruditos – “perfeição”; “imper-



feição”; “substância”; “matéria”; “vontade”, “intelecto” e “memória” – compunham o quadro heteróclito do imaginário daquele sujeito: cristianismo; neoplatonismo; filosofia escolástica; materialismo elementar; radicalismo camponês; cultura oral, assim por diante (GINZBURG, 2015, p. 105-107).

O conhecimento que anima as palavras deste insólito moleiro parte fundamentalmente de três fontes: 1) os seus poucos livros e a sua genial “chave de leitura”; 2) o radicalismo camponês oriundo da tradição oral; 3) a observação empírica e a competência comunicativa e expressiva da individualidade do personagem. A ousadia do falatório de um moleiro que desafiou a doutrina dos clérigos gerou espanto tanto por parte dos seus concidadãos quanto pelos seus juizes-algozes. A fogueira foi o destino de Menocchio, que morreu silenciado por seguir o batimento da sua pulsão, isto é, falar sobre o mundo, inventar uma cosmologia, criar uma teoria valendo-se da própria vivência. É interessante ver como

as fogueiras tomam novas formas, novas justificativas e contextos. Podemos nos perguntar diariamente o quanto de nossa criatividade foi lançada à fogueira enquanto as estruturas de poder do saber socialmente legitimado e autorizado impõem os limites das sombras e o imperativo do silenciamento.

III – O “popular” na composição das Imagens do Brasil

Nessa sessão, propomos qualificar o problema da mediação do “popular” no interior das disputas simbólicas que deram origem ao mito do “povo-nação” no Brasil. Para tanto, apresentamos aquilo que seria a função social desse mito e como o mesmo se relaciona com as ideias de tradição inventada e imagem de país. Seguindo, propomos uma interlocução entre duas imagens do Brasil: a versão romântica de O Guarani e a versão modernista do Manifesto Antropófago. Comprendemos que o mito do povo-nação, ao referir-se a uma comunidade de ascendência originária, ergue fronteiras por delimitação negativa entre o próprio e o estrangeiro, proceden-



do por movimentos de inclusão abstrata e exclusão concreta³. A força integrativa do nacionalismo moderno provém da sua capacidade de auto-estilização, auto-compreensão e auto-certificação da comunidade política: o particularismo enquanto forma simbólica fundada na origem comum do “povo”⁴.

O mito do povo-nação pensado à luz da estrutura política moderna qualifica o padrão de integração social pela abstração simbólica. Na sua representação clássica, a imagem do povo-nação – cujo suporte são os conceitos de unidade e totalidade – espelha a consciência de si da identidade política coletiva. Visto por nós como efeito de formações conceituais, o povo-nação, na esteira da invenção das tradições, revela o processo

³Ver: Jesús Martín-Barbero (2015).

⁴Jurgen Habermas (2002, p. 132) diz: “Permitiu-se que a tensão entre o universalismo de uma comunidade jurídica igualitária e o particularismo de uma comunidade histórica que partilha de um mesmo destino integrasse a conceitualidade do Estado nacional”.

de construção do “*transcendental histórico comum*”⁵, seja por via da teatralização e ritualização dos elementos simbólicos da tradição, seja por via da sedimentação da comunidade nacional imaginada⁶. Walter Benjamin (2005), ao escrever as teses “*Sobre o conceito de história*”, nos lembra que o historicismo, enquanto a narrativa dos vencedores, planta uma “*imagem eterna do passado*” através de uma indecorosa colagem de fatos a serem preenchidos por um “tempo vazio e homogêneo”. Esse tempo vazio e homogêneo é o lampejo da “tempestade do progresso” anunciada pelo Estado-nacional e o regime de exceção

⁵Pierre Bourdieu (2013, p. 116) diz: “A construção do Estado é acompanhada pela construção de uma espécie de transcendental histórico comum, imanente a todos os seus sujeitos. Através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais da percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação”.

⁶ Ver: Benedict Anderson (1983).



que se confirma pela regra. Notamos que na base do exercício de dominação das estruturas de poder habita uma política de memória que mobiliza os recursos de legitimação da ordem social. Essa política de memória, curiosamente na época da modernidade, recebeu o nome de “tradição” (LOWY, 2005).

O que significa a tradição? Qual é a justificativa sociológica para a existência de tradições? Eric Hobsbawn (1997), reconhecido historiador marxista, possui um texto em que se debruça sobre o problema da “Invenção das Tradições”. Por “tradição inventada” o autor compreende algo distinto de “costume”, pois enquanto este último seria invariável, a tradição tenderia ao dinamismo. O conceito de tradição inventada é da seguinte maneira elaborado: “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tática ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma comunidade em relação

ao passado” (HOBSBAWN, 1997, p. 9) Alinhado ao processo histórico de formação do Estado moderno, as tradições nacionais foram inventadas a partir da encenação, teatralização, formalização e ritualização das expressões populares. Destaca-se três modalidades inventivas da tradição: 1) simbolização da coesão social pela admissão da comunidade nacional; 2) legitimação de instituições, status e relações de autoridade; 3) socialização pela inculcação de ideias e sistemas de valores, bem como por padrões normativos de conduta (HOBSBAWN, 1997, p. 21). O processo de invenção das tradições articula-se como a operação crucial da política de memória dos Estados-nacionais por via da “criação, demolição e reestruturação de imagens do passado que pertencem não só ao mundo da investigação especializada, mas também à esfera pública onde o homem atua como ser político” (HOBSBAWN, 1997, p. 22).

Na história do pensamento social brasileiro é possível caracterizar um caleidoscópio múltiplo e variado de



imagens dos trópicos. Retratos, interpretações, imagens e teorias sobre o Brasil já serviram de diagnóstico para a tomada de ações coletivas concretas. É muito importante compreender o vínculo efetivo entre a imagem de país que se têm e a disposição dos seus habitantes em construí-lo tal qual imaginam os atributos de sua própria terra. As imagens, por vezes, não somente representam, mas apresentam uma realidade constitutiva. Arriscamos a dizer que as imagens de país, que para os seus nativos são verdadeiras “imagens de mundo”, jogam um papel na modalização histórica das estímulos e prestígios dos conterrâneos, o que importa do ponto de vista dos modos de vida socialmente planejados e desejados. No entanto, a imagem pressupõe um enquadramento e uma composição em que determinados elementos são selecionados e outros deslocados. Imaginar um “povo-nação” é uma prática decisória que envolve relações de força impactantes.

Em 1857, *O Guarani*, obra emblemática do romantis-

mo brasileiro, é publicado no formato periódico de folhetins assinados pelo escritor e político brasileiro José de Alencar. Elaborado aos moldes míticos, a narrativa da fundação da brasilidade ganha contornos épicos e líricos constitutivos de uma imagem de país. O enredo se passa no contexto de uma família do interior do Rio de Janeiro em que se vivem determinados personagens. D. Antônio de Mariz, patriarca e fidalgo português, marido de D. Lauriana e pai de dois filhos legítimos, D. Diogo e Cecília, e também de uma filha bastarda, Isabel. A história se desenvolve a partir de um assassinato cometido por D. Diogo ao matar uma indígena aimoré. A situação causa um desconforto entre a família de D. Antônio de Mariz e a comunidade dos aimorés, de tal modo que a vida de Cecília passa a ser constantemente ameaçada. Entra em cena o índio goitacá, Peri o salvador, descrito por D. Antônio de Mariz como “cavaleiro português no corpo de um selvagem”.

Para os propósitos desse ensaio, convém ressaltar a



análise feita por Renato Ortiz (1992) acerca do mito fundador da brasilidade tal como representado em *O Guarani*. Seguindo a sensibilidade analítica do estruturalismo levi-straussiano, o autor propõe uma série de oposições que permitem clarear a imagem subjacente ao mito escrito por José de Alencar. Na primeira oposição, por um lado, temos Peri, um indígena goitacá com feições polidas e guerreiras, a idealização do bom selvagem afeito aos costumes da mais “alta” corte; por outro lado, os aimorés são representados como indígenas bárbaros e degenerados, sujos e grotescos, bem como canibais antropofágicos. Temos, assim, de um lado a pureza e de outro a impureza, de um lado a humanidade e de outro a animalidade, bem como a oposição entre cultura e natureza, espírito e corpo, céu e terra. A segunda oposição significativa é estabelecida entre Ceci, a filha legítima, branca, bela, recatada e do lar, de um lado, e a filha bastarda, Isabel, uma mestiça representada pela sedução de sua carne: o pudor contra sensualidade. Peri,

um índio despossuído da sua indigenidade, Ceci, uma mulher despossuída da sua feminilidade e animalidade. Os aimorés, indígenas despossuídos da sua espiritualidade, Isabel, mulher despossuída da sua humanidade. No processo de lavagem das impurezas, José de Alencar ergue uma imagem romântica da origem da brasilidade pela fusão mítica entre dois tipos ideais: Ceci e Peri, único tipo de mestiçagem aceitável para uma época marcada pelo ideal do embranquecimento enquanto a solução para uma terra considerada sem passado histórico digno e legítimo. No período que abrange o século XIX, vigorava a concepção da degenerescência mestiça sustentada pela teoria da hibridação vulgarizada, no Brasil, por Conde de Gobineau. Assim, conforme nos fala Ortiz (1992, p.94): “O futuro de Peri e Ceci mostra que, após o batismo do selvagem e a naturalização da cultura, o Brasil pode nascer como a fusão de duas raças míticas, mas não como mistura de etnias realmente diversas”. E é justamente nesse sentido



que o mito fundador da brasilidade, onde não há espaço para o negro, constitui uma imagem romântica de país, alinhada aos pressupostos contemporâneos de 1857: “Sobram Peri e Ceci, como numa arca de Noé, eles agora têm tempo e espaço suficientes para engendrar a nação brasileira. Um Brasil casto e puro, distinto do país do futebol e do carnaval, no qual as mulheres se distanciam da lubricidade que exportamos como símbolo da brasilidade” (ORTIZ, 1992, p. 96). Sintomático da centralidade que ocupa o romance de José de Alencar no mito fundado do país, *O Guarani* recebeu nada menos que onze adaptações para o cinema no período entre 1908 a 1996, inundando o espaço simbólico nacional de imagens e sentidos compartilhados (SCHVARZMAN & IANEZ, 2012).



Figura 1. Cena de *O Guarani*, filme de 1920.



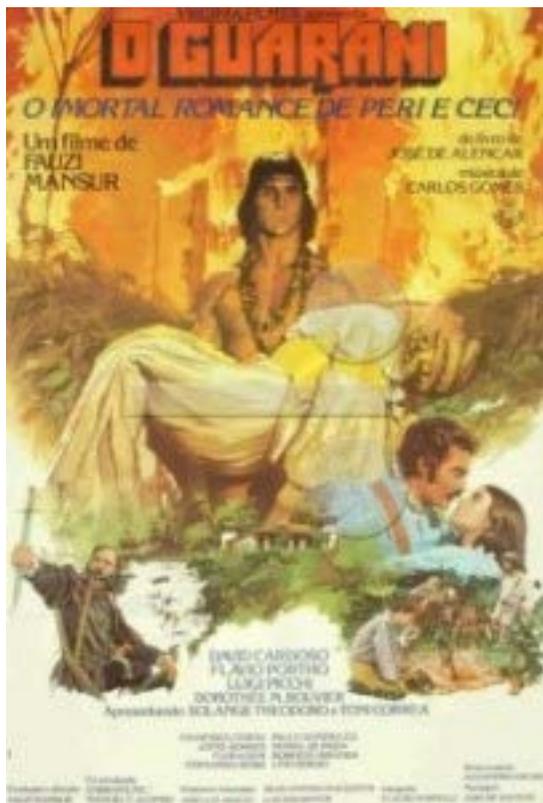


Figura 2. O Guarani, filme de 1979

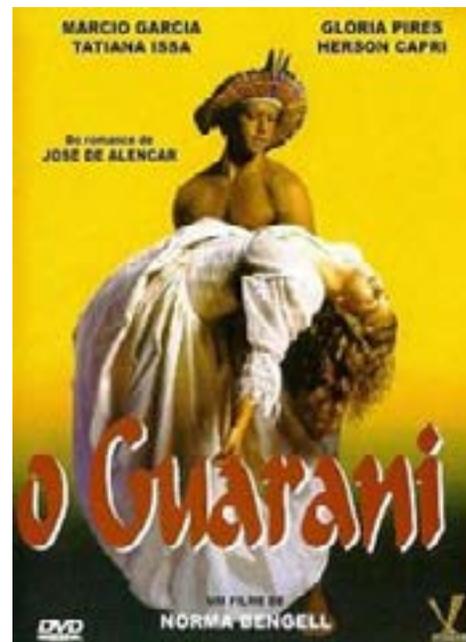


Figura 3. O Guarani, filme de 1996



No anverso da imagem acima apresentada, Oswald de Andrade, representante do modernismo brasileiro da década de 1920, adota a perspectiva dos aimorés, isto é, da antropofagia como imagem do Brasil. O caso insólito de um modernismo sem modernização, a Semana de Arte Moderna de 1922, financiada pela elite paulista, apesar reivindicar um ar mudancista e esquerdista, era composta majoritariamente por intelectuais e artistas com livre trânsito pelos “espaços de cultura” da Europa, onde beberam da fonte das vanguardas modernistas. O espírito de crítica aos cânones estéticos trouxe ao país, na pena de Oswald de Andrade (1928), a perspectiva segundo a qual “*Só a Antropofagia nos une*”. O Manifesto Antropofágico, publicado em maio de 1928, apresenta verdadeira reviravolta em relação às imagens de país. Era comum, em meio aos intelectuais brasileiros do início da década de XX, uma perspectiva ambígua acerca da influência estrangeira na formação das “ideias brasileiras”. Afinal, éramos cópia e nada mais? O sentimento

de “*ideias fora do lugar*” desabrochava o vazio travestido em condenação da auto-imagem pessimista cultivada pelos mais refinados e livrescos setores das classes dominantes brasileiras.

Pareceu necessário anunciar o seguinte: “*Só me interessa o que não é meu*”, pois nunca fomos de fato catequizados por outrem, mas o que fizemos só se explica pelo carnaval, dizia Oswald. A consumação da carne alheia daria o tom da formação da identidade nacional brasileira, esta impura transfiguração subversiva, ou “*a transformação permanente do Tabu em totem*”. Antropófagos contra a repressão civilizatória dos instintos carnis! Fosse necessário dizer que do “rotamento dinâmico dos fatores destrutivos” nasceu a “Poesia Pau-Brasil”, uma nova perspectiva: “o contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão acadêmica”. Versão triunfalista do “atraso”, Oswald declara ser a antropofagia brasileira a obra de genuínos “*Bárbaros, crédulos, pitorescos e meigos*”.

Haroldo de Campos (1992), poeta e crítico literário



brasileiro da segunda metade do século XX, em *“Da Razão Antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira”*, apresenta a tensão entre o nacional e o universal na constituição das imagens de Brasil, sobretudo a partir do modernismo oswaldiano. Crítico da concepção segundo a qual “vanguarda” e “subdesenvolvimento” são incompatíveis, Haroldo de Campos (1992, p. 233) sugere a possibilidade sempre latente do “novo” emergir na ocasião das sociedades periféricas, pois, como diz o autor, nossa situação assemelha-se mais a um *“paralelograma de forças em atrito dialético e não equação a uma incógnita mimético-pavloviana”*. A leitura feita por Haroldo de Campos sobre a antropofagia oswaldiana parte de uma lente já informada pelo pós-estruturalismo francês, onde as noções de cópia e originalidade recebem outras colorações, veementemente contrário a metafísica ocidental logocêntrica da unção platônica da Origem e do Único, bem como plenamente afeito às rupturas dialógicas da diferença e da des-

continuidade. Assim, Haroldo de Campos (1992, p. 234) diz:

Creio que, no Brasil, com a “Antropofagia” de Oswald de Andrade, nos anos 20, tivemos um sentido agudo dessa necessidade de pensar o nacional em relacionamento dialógico e dialético com o universal. A “Antropofagia” oswaldiana é o pensamento da devoração crítica do legado cultural universal, elaborado não a partir da perspectiva submissa e reconciliada do “bom selvagem” (idealizado sob o modelo das virtudes europeias no Romantismo brasileiro de tipo nativista, em Gonçalves Dias e José de Alencar, por exemplo), mas segundo o ponto de vista desabusado do “mau selvagem”, devorador de brancos, antropófago

Para os fins deste ensaio, torna-se heurística a distinção feita por Haroldo de Campos entre *“nacionalismo ontológico”* e *“nacionalismo modal”*. O nacionalismo ontológico inspira-se na possibilidade de um Logos nacional pontual garantido pela metafísica ocidental da presença. Através da filosofia do Único e do Mesmo, o “caráter nacional” enquanto substância entificada se exerce no momento da encarnação do “espírito do povo” no corpo social orgânico, assim *“obscurecendo-se a diferença (as disrupções, as infrações, as margens, o monstruoso) para melhor definição de uma estrada*



real: o traçado retilíneo dessa logofania da história” (DE CAMPOS, 1992, p.236). O nacionalismo modal, por sua vez, consiste na expressão do movimento dialógico da diferença pela assunção do des-caráter, da ruptura e da fragmentação como constitutivas da imagem de país. A façanha carnavalesca do modernismo oswaldiano incumbiu-se de expressar o nacionalismo modal na medida em que substituiu o “*Guarani cavalheiresco*” pelo “*trickster-antropófago*”, o Peri pelo aimoré, o herói pelo anti-herói (DE CAMPOS, 1992, 237).





Figura 4. Theodore de Bry – Gravura, 1592





Figura 5. Tarsila do Amaral – Abaporu, 1928





Figura 6. Tarsila do Amaral – Operários, 1933.



A gravura que ilustra cenas de canibalismo é oferecida por Theodore de Bry, compondo, assim, um acervo de imagens e narrativas sobre o chamado Novo Mundo. Em tela: cenas de canibalismo dos índios tumbinambá na colônia portuguesa. A imagem sugere o processo de deglutição dos povos entre si como ato inaugural da formação social que ali se estenderia no tempo e no espaço. Por outro lado, a famosa obra de Tarsila do Amaral, *Abaporu*, símbolo do movimento antropofágico, significa “homem que come gente”. A outra ilustração, em referência ao quadro *Operários*, também de Tarsila do Amaral, nos evoca a composição mestiça e multiforme do povo, da classe trabalhadora.

Se por um lado n’*O Guarani* a imagem de país está vinculada a uma acepção de “popular” asséptico, idealizado e purificado pelas virtudes morais ditas civilizadas, por outro lado a *Antropofagia* pinta uma imagem de país pela figura do popular mestiço, heteróclito e hibridizado pela mescla subversiva das

diferenças. É possível dizer que a imagem romântica do Brasil oferecida por José de Alencar está em sintonia com a política nacional de embranquecimento do final do século XIX. Na outra direção, o modernismo antropofágico, além de ter sido convalidado pelo “tropicalismo” das décadas de 60 e 70, estabelece afinidade com a positivação da mestiçagem. Importante, nesse sentido, é enfatizar o modo pelo qual as imagens de país dialogam entre si transhistoricamente na composição da cultura popular e da identidade nacional em solo brasileiro, dando o tom das políticas de memória de construção do “povo-nação” na disputa e implementação circunstanciadas dos projetos de país.

IV – Por uma crítica dialética da razão antropofágica

Vimos que há uma tênue diferença entre a invenção do “popular” em determinados países europeus se comparado ao processo brasileiro, pois enquanto os românticos europeus reivindicavam um passado orgânico e vívido, os românticos brasileiros se deparavam com a situação então constrange-



dora da mestiçagem no contexto do imaginário de época, o que desembocou numa guinada naturalista. Havia, portanto, o sentimento de inadequação dos intelectuais brasileiros quando obstinados a traçar uma imagem do caráter nacional que fosse minimamente orgulhosa. É justamente esse mal-estar quanto a experiência da vida cultural brasileira o tema privilegiado do célebre ensaio do cientista social e crítico literário, Roberto Schwarz (2005), intitulado *Nacional por subtração*.

O diagnóstico fatídico de uma mal-estar entre a *intelligensia* é marcado pela sensação de que a cultura nacional brasileira constitui mera imitação de caráter postiço, inautêntico e copioso. Desde então uma busca inveterada pela autenticidade e singularidade nacionais passou a constituir parte fundamental da agenda de pesquisa dos intelectuais brasileiros: a preocupação com “nação” e os seus atributos significativos para a construção do povo. A esperança de fazer desabrochar a “cultura nacional verdadeira” era entendida a partir da op-

eração de subtração daquilo que não é nativo, ou seja, os elementos anteriores de um “corpo estranho” e “impróprio”. Afinal, o resultado da subtração seria a substância autêntica do país, pois assim era entendido o nacional por subtração (SCHWARZ, 2005, p. 114). Desse modo, a herança colonial era alvo de disputas simbólicas acirradas: “*A alguns a herança colonial parecia um resíduo que logo seria superado pela marcha do progresso. Outros viam nela o país autêntico, a ser preservado contra imitações absurdas*” (SCHWARZ, 2005, p. 129). Nota-se, no processo histórico brasileiro, a peculiaridade da situação colonial do letrado como solidário da metrópole, bem como tributário do cânone cognitivo ocidental. Uma vez que a independência não marcou ruptura com a estrutura social precedente, tampouco gerou-se uma disposição que oferecesse à vida cultural brasileira uma existência autônoma em relação a sua própria herança. A reflexão segue a linha da crítica pós-colonial acerca da colonialidade do saber.



No entanto, com o desenrolar do tempo e das disputas simbólicas, a imagem de país se transfigurou em várias nuances, dentre as quais a posituação da mestiçagem e o reconhecimento do (des)caráter híbrido da cultura brasileira. Contudo, engana-se aquele que imediatamente aplaude a posituação da mestiçagem haja vista os efeitos perversos engendrados pelo mito da democracia racial, isto é, o mito da convivência cordial entre as três raças fundadoras. O modernismo antropofágico oswaldiano cumpre papel fundamental numa espécie de reviravolta valorativa, ao atritar o particular e o universal de forma até então pouco vicejada, alçando a cultura brasileira – *avant la lettre* – ao patamar de patrimônio excepcional e universal da humanidade. Mais recentemente, num diálogo transhistórico entre imagens de país, a leitura do modernismo antropofágico pelo crivo da filosofia francesa e do tropicalismo brasileiro, juntamente aos processos multidimensionais da globalização da segunda metade do século XX, serviu como “*um alibi desajeit-*

ado e rombudo para lidar acriticamente com as ambiguidades da cultura de massa, que pedem lucidez” (SCHWARZ, 2005, p. 122). Para Roberto Schwarz (2005, p. 123), a desconstrução cultural ou filosófica da noção de cópia, tal como previsto diferencialmente pela razão antropofágica e pelo pós-estruturalismo francês, apresenta uma “*inocência programática*” com a qual se “*ignora o constrangimento*”. É nesse sentido que se torna pertinente uma crítica dialética da razão antropofágica.

A partir da transposição da lógica da dependência e da geopolítica internacional para a linguagem da historiografia da cultura no Brasil⁷, Roberto Schwarz (2005, p.135) anuncia o movimento da sua crítica: “*Já o crítico dialético busca no mesmo anacronismo uma figura da atualidade e de seu andamento*

⁷Roberto Schwarz (2005, p.135) diz: “A historiografia da cultura ficou devendo o passo globalizante dado pela economia e sociologia de esquerda, que estudam o nosso ‘atraso’ como parte da história contemporânea do capital e de seus avanços”.



promissor, grotesco ou catastrófico". As falsas oposições entre nacional e estrangeiro, entre original e imitado, conduzem a uma visão incapaz de discernir a parte do estrangeiro no nacional, bem como a parte do original no imitado. O que importa do ponto de vista da crítica dialética poderia ser condensado em três tópicos: 1) compreensão da “*dimensão organizada e cumulativa do processo*”; 2) compreensão da “*força potenciadora da tradição*”; 3) a compreensão das “*relações de poder em jogo, internacionais inclusive*”. (SCHWARZ, 2005, p. 136).

Finalmente: constata-se a preocupação em afinar pontos de vista estéticos a posicionamentos políticos, pois em se tratando da construção de “*imagens de país*” através da “*invenção do popular*” a dimensão da dominação simbólica e, conseqüentemente, das relações de força e poder, é parte constitutiva dos processos sociais aqui propostos e debatidos.

Referências Bibliográficas:

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London, Biddles Ltd, 1983.

ADORNO, Theodor. “*Conteúdo da Experiência*” In. *Três estudos sobre Hegel*. São Paulo, Ed. Unesp, 2013.

ADORNO, Theodor. “*O Conceito de Esclarecimento*” In. *Dialética do Esclarecimento*. Zahar, 2006.

ALEXANDER, Jeffrey. “*O Novo Movimento Teórico*” In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.02, n.04, p.05-28, jun. 1987.

BOURDIEU, Pierre. “*Espírito de Estado: Gênese e Estrutura do Campo Burocrático*” In. *Razões Práticas – Sobre a teoria da ação*. Papirus Editora, Campinas SP, 11ª edição, 2013.

BOURDIEU, P. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

BURKE, Peter. *A Cultura Popular na Idade Moderna*. Com



panhia das Letras, São Paulo, 2013

CHARTIER, Roger. “Cultura Popular: revistando um conceito historiográfico”. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n° 16, 1995, p. 179-192.

DE ANDRADE, Oswald. *Manifesto da Poesia Pau-Brasil*. Correio da Manhã, 1924.

DE ANDRADE, Oswald. *Manifesto Antropófago*. *Revista de Antropofagia*, 1928.

DE CAMPOS, Haroldo. “Da Razão Antropofágica: Diálogo e Diferença na Cultura Brasileira” In. *Metalinguagem e suas metas*. Editora Perspectiva, 1992.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. Companhia das

Letras, São Paulo, 2015.

HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio*. São Paulo: Loyola, 2005.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: Estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002

HOBBSAWN, Eric. *A Invenção das Tradições*. Paz e Terra, São Paulo, 1997

LOWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Boitempo editorial, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús (1987). *Dos meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015.

MARTINS, Luciano. *A Gênese de uma Intelligensia: os intelectuais e a política no Brasil 1920 a 1940*, Portal da Anpocs, 1986.

ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas*. Editora Olho d'Água. São Paulo, 1992



ORTIZ, Renato. “Imagens do Brasil” In. *Universalismo e Diversidade – Contradições da Modernidade-Mundo*. São Paulo, Boitempo, 2015.

SCHWARZ, Roberto. *Nacional por subtração* In. *Cultura e Política*. Paz e Terra, 2005.

SCHVARZMAN, Sheila; IANEZ, Mirrah. “O Guarani no cinema brasileiro: o olhar imigrante” In. São Paulo, *Revista Galáxia* n. 24, p. 153-165, dez. 2012

WILLIAMS, Raymond. *Cultura e Sociedade*. Editora Vozes, 2011.



A tecnologia como ferramenta de justiça social: lógica e experiências sociais de apropriação de aplicativos de benefício social no Distrito Federal

Ludmila Condé

*Graduanda em Ciências Sociais pela Univesidade de Brasília

Resumo: Esse trabalho tem o objetivo de apontar afinidades entre atores sociais relevantes na construção sociotécnica do aplicativo Brasil 4D, discutindo os valores incorporados ao código técnico da tecnologia e a intervenção epistêmica e ética da “racionalização democrática” na configuração normativa desse dispositivo de inclusão digital. Partiu-se da premissa da teoria crítica, na vertente marcuseana, de que os valores incorporados à tecnologia são “socialmente determinados” e, por conseguinte a tecnologia não seria neutra, ou seja, ela é influenciada por interesses e processos públicos e submetida a controle humano também do tipo não instrumental. O trinômio construção sociotécnica, atores sociais relevantes e racionalização democrática é considerado aqui no intuito de traçar o contexto no qual a tecnologia está ambientada, levando em conta que o seu design tecnológico não é simplesmente definido, mas resultam de negociações entre intencionalidades da concepção, os usos efetivos do aplicativo e as expectativas de seus usuários.

Palavras-chave: Aplicativos; Aplicativos Sociais; Benefício

Social; Brasil4D; Cidadania; Direito Social; Inclusão Digital; Interatividade; Justiça Social; construção de tecnologia; TV Digital

Metodologia:

Este Plano de trabalho foi executado a partir de procedimentos de pesquisa inscritos na pesquisa qualitativa, cujo propósito está no interesse de decifrar elementos semânticos significativos em relação à participação de aplicativos de benefício social como objetivações de preceitos de justiça social, segundo seus usuários. A pesquisa foi operacionalizada a partir de revisão da literatura acerca da relação entre sociedade e tecnologia, em geral, e especificamente sobre sociologia de usos de artefatos técnicos, em específico; análise de 17 entrevistas semiestruturadas realizadas junto a usuários (as) do Brasil 4D, no bairro de Samambaia, no Distrito Federal (DF), acerca de suas experiências e percepções dos aplicativos de benefício social no sentido de discutir o protagonismo



da episteme do usuário como participante da construção de inovações, juntamente com as 2 entrevistas semiestruturadas com os desenvolvedores do aplicativo e o grupo focal com as agentes de cidadania de Samambaia.

Introdução:

O Brasil 4D é um projeto tecnológico desenvolvido pela Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) que visa à inclusão digital de uma fração da população Brasileira que não utiliza a internet e, assim, através do sinal digital de televisão, se proporciona mais um tipo de acesso a informação. O resultado visado é disponibilizar informações de interesse público para populações de baixa renda, principalmente sobre seus direitos e de serviços, como a busca de emprego, cursos, informações sobre saúde e benefícios sociais. O produto final desse projeto é o desenvolvimento de um aplicativo interativo para ser acessado utilizando a televisão.

Aplicativos, neste trabalho, são vistos como dispositivos técnicos, resultado de ações voltadas para o domínio e controle da natureza, além de facilitar a execução de tarefas/ações (SIMONDON, 1958). O Brasil 4D se enquadra como um aplicativo de benefício social onde sua especificidade é de possibilitar mudanças sociais e de informar os direitos dos indivíduos, além de, em alguns casos, possibilitarem uma participação ativa do público estimulando seus sentidos críticos, como os aplicativos cidadãos. O aplicativo possui conteúdos agrupados em três áreas de acesso que são categorizados como: “Benefício Social”, onde os usuários possuem informações sobre o cadastro único de assistência social e suas documentações, “Emprego e Cursos”, onde os usuários podem procurar vagas de emprego e cursos próximos às suas moradias e “Saúde”, com informações sobre aleitamento materno, vacinação, farmácia popular e o programa Saúde da família. Cada uma dessas áreas possui informações relevantes sobre cada tema, como



localidade das instituições governamentais relacionadas, buscadores para encontrar os acessos mais próximos aos usuários, além de novelas educacionais, filmadas com os próprios moradores da Samambaia, e jogos. Esses conteúdos alocados no aplicativo do Brasil 4D foram desenvolvidos com o objetivo de levar informações úteis para o cotidiano de famílias de baixa renda que não possuem acesso efetivo à internet.

Visto que a dimensão social do aplicativo é o que efetivamente vai fazê-lo se concretizar no mundo como uma técnica funcional para determinado grupo social, é de extrema importância que se crie um layout e uma interface que garanta a usabilidade do aplicativo para seu público alvo. O acesso ao aplicativo Brasil 4D se dá através de linguagens digitais acionadas pelo controle remoto da televisão e sua estruturação teve a preocupação de ser acessível à usuários com baixo nível de escolaridade, por vezes analfabetos, além de terem a funcionalidade para pessoas cegas e sur-

das. O usuário é livre para escolher a linguagem que melhor lhe agrade e assim fazer o uso do aplicativo à sua maneira.

A justificativa para a escolha da televisão como instrumento de inclusão digital se deu pelos motivos de infraestrutura, onde hoje existe uma incapacidade de distribuir internet para todos os lugares do Brasil, e os aparelhos de televisão são amplamente popularizados nas casas das famílias brasileiras.

O Brasil 4D, enquanto um aplicativo social de benefício social, está associado à realizações de direitos sociais com a objetificação da justiça social. Entende-se como justiça social a garantia da aplicação dos direitos para todos os indivíduos, diminuindo as desigualdades sociais. O aplicativo estudado trabalha em apenas um nível da realização de direitos, o nível do acesso, que através da ampliação do acesso às informações os usuários podem ter conhecimento dos seus direitos facilitando suas atividades cotidianas.



Design e construção, a visão dos desenvolvedores do Brasil 4D

Um aplicativo é a aplicação de uma linguagem de programação digital com o objetivo de ajudar o usuário a desempenhar uma tarefa específica, em geral, ligada a processamento de dados. Ele é um dispositivo técnico resultado de ações que participa de uma rede heterogênea de atuantes (ARKICH, 1994). Diversas são as etapas para o desenvolvimento de um aplicativo que vão desde decisões sobre sua plataforma e formas de programação até a escolha da interface e dos conteúdos. Essas etapas requerem uma elaboração sobre a finalidade do aplicativo e a idealização de seu público com o intuito de que, quando finalizado, o aplicativo seja assimilado e efetivamente utilizado pelos usuários para que não se torne obsoleto. A relação entre desenvolvedores e usuários é crucial para a manutenção e atualização dos aplicativos, visto que a natureza dos mesmos é construída essen-

cialmente pelas relações sociais nas quais estão inseridos, não sendo usados apenas em contextos sociais, mas também engendram esses contextos à medida que criam as condições necessárias para seu estabelecimento (GUIMARÃES, 2010).

É de extrema importância entender as visões dos desenvolvedores ao elaborarem e construírem suas tecnologias, visto que eles são os tradutores das visões de mundo em uma linguagem tecnológica, que no caso estudado por nós, se traduziu na construção final do aplicativo Brasil 4D. Contudo, a “obra” final, no que se refere a um aplicativo, não é fixa, e se faz necessária uma série de atualizações para que ele não fique obsoleto. Essas atualizações devem estar em frequente diálogo com os usuários porque são estes que determinam sua perpetuação ou esquecimento.

Segundo dois dos desenvolvedores do aplicativo Brasil 4D o aplicativo teria a utilidade de facilitar a vida cotidiana dos usuários proporcionando informações



práticas sobre diversos aspectos de suas vidas, familiar ou em sociedade. Como se observa nas falas abaixo do desenvolvedor Watson e do desenvolvedor Juliano:

Watson: Assim, eu acho que pra eles é bem interessante. Ainda mais pra onde está indo isso e o tipo de informação que está chegando lá pra eles. Essa parte, por exemplo, de emprego mesmo. Só da pessoa não ter que ir ao SINE ou em qualquer lugar que ele fosse procurar emprego e ele já conseguir ver dali - “ah, hoje tem o que eu estou procurando. Então, eu posso ir lá”, (ou) “não tem, não posso”. Evita uma viagem, né. Por exemplo: Carreta da Mulher. Essas pessoas, aonde que eles vão buscar essa informação sobre a Carreta da Mulher, que a Carreta da Mulher tá disponível no bairro deles? Ou saber quando vai estar disponível, lá pra eles, né. Então... Só entrando mesmo na internet. Mas, dificilmente essas pessoas acessam a internet, não é? (Entrevista com um dos desenvolvedores do aplicativo Brasil 4D, Watson).

Juliano: É... Basicamente, o que a gente tá desenvolvendo. Assim, a gente ensaiou até que ia dar de marcar uma consulta, que ia dar de marcar um atendimento de alguma secretaria e tal. Mas isso tá sendo um pouco mais complicado. Eu não sei como é que está essa parte do aplicativo. Mas precisa de uma integração melhor com os outros órgãos do GDF, do Distrito Federal. E é uma coisa que fico meio travada. Assim, depende deles. (Entrevista com um dos desenvolvedores do aplicativo Brasil 4D, Juliano).

Atualmente, o aplicativo não possui nenhum canal

de retorno (via que transmita informações do usuário para a emissora do sinal digital de televisão), dificultando a operacionalidade de algumas funções pensadas pelos seus desenvolvedores como a marcação de consultas. As informações disponíveis tem um caráter de informar evitando viagens desnecessárias para a busca dessas informações, como a lista de empregos e cursos disponíveis. Porém, além da falta do canal de retorno, o aplicativo ainda necessita de uma integração maior com os órgãos do governo para que efetivamente possa desenvolver conteúdos e aplicações úteis aos usuários.

A experiência do Brasil 4D com a instalação de aplicativos voltados para inclusão digital e benefícios sociais é um projeto que nos possibilita entender o processo de implementação de uma tecnologia para além do registro de uma racionalidade técnica instrumental. Para Habermas (2006), a racionalidade técnica é aquela onde se busca o máximo de eficiência, e a sociedade estaria seguindo esse rumo, perden-



do o caráter democrático das esferas públicas, onde desenvolvemos nossas capacidades comunicativas de criar diálogos e sentidos críticos, que estão sendo substituídos por indústrias culturais que alienariam as maneiras de pensar dos indivíduos. A interatividade proposta pela televisão digital e os conteúdos disponíveis no Brasil 4D ainda geram dúvidas sobre seu potencial, visto que a interatividade proporcionada pelo controle remoto da televisão é uma interação de uma pessoa só. Os desenvolvedores questionam, portanto, se a interatividade proposta pelo aplicativo isolaria o indivíduo e a característica da televisão de unir as pessoas em torno dela se perderia. Eles colocam que hoje se desenvolvem pesquisas com a segunda tela, onde se propõe uma interatividade com os conteúdos da televisão através de outros aparelhos, como telefones celulares, tablets, computadores entre outros. Porém, tal tecnologia não é utilizada no projeto, visto que o público alvo do aplicativo não possuiria tais dispositivos, limitan-

do assim, as possibilidades de interação da televisão digital.

O potencial de inclusão digital do Brasil 4D, que utiliza do middleware Ginga (tecnologia utilizada e desenvolvida no Brasil para possibilitar a interatividade nos aparelhos televisores) é contestado pelos seus desenvolvedores, visto que a internet seria a ferramenta que melhor proporcionaria tal objetivo. O Ginga, segundo os desenvolvedores, não pode ser dissociado do conteúdo que está sendo transmitido pelo aplicativo. Essa difusão fugiria do fluxo pela qual a internet assume o principal papel de democratização, porém, ainda é considerada como uma via para indivíduos sem acesso a internet.

Watson: Desenvolver um aplicativo comercial, você tem que, primeiro, achar o nicho. O nicho de alguma coisa, assim, que vá te levar pra esse local, pra poder, inclusive, já que é comercial, você ter um retorno financeiro. E, no social, você vai mais atingir uma camada excluída. Você vai trabalhar com uma camada da sociedade que, vamos dizer assim, tá excluída de alguma forma, de alguma coisa, e você vai levar um tipo de informação, pra eles, que não chegaria que eles não veriam normalmente, em qualquer outro espaço. Que inclusive, foi o que eu estava conversando com um amigo meu aqui. Num dia, eu falei “ah, aqui, esse aqui é o aplicativo de saúde, lá, né, que



eu estou desenvolvendo pra TV digital. Olha aqui...” – o cara desenvolvedor tem faculdade, pós-graduação, estuda tá incluído socialmente, tá incluído, né. Ele faz parte de uma camada, o salário dele acima, faz parte aí, de uma camada, sei lá, 10% da população que recebe isso. – A primeira coisa que ele falou pra mim, foi “isso aí não vai pra frente, porque tudo isso aí que você me mostrou tem na internet”. Aí, eu falei “sim, mas isso daqui é pra quem não tem internet. É exatamente isso. É o contrário disso tudo que você tá pensando. As pessoas que vão receber isso aqui, elas não têm internet. E, provavelmente, nem sinal de internet. Elas não têm internet, e nem sinal”. Né? Porque, no Brasil 4D, lá, você vê a dificuldade que é de chegar o sinal. Aonde isso tá chegando. O sinal de TV, que é o sinal que chega mais longe, não chega direito. (Entrevista com um dos desenvolvedores do aplicativo Brasil 4D, Watson.).

O projeto do Brasil 4D é uma experiência onde dispositivos sócio técnicos são utilizados com objetivo de inclusão digital, possibilitando certo acesso gratuito às informações que facilitariam a vida cotidiana dos indivíduos de baixa renda.

Com o advento das tecnologias de informação e comunicação, ao mesmo tempo em que demarca um processo de desenvolvimento cognitivo das sociedades contemporâneas, também se traduz em vetor importante de estratificação social, convertendo o fenômeno de fratura social em fratura digital. (LEAL, 2015).

No Brasil, os pobres são os mais afetados pela estrati-

ficação digital, e refletir sobre tecnologias voltadas para populações de baixa renda nos traz debates éticos acerca da justiça social e quais são os preceitos de uma verdadeira inclusão digital. Quando pensarmos inclusão digital, o que mais aparece são questões sobre o acesso onde geralmente as políticas públicas estão preocupadas em diminuir o déficit dos acessos implementando telecentros e áreas públicas para utilização de computadores e internet. Porém, segundo Eubanks (2012) a tecnologia teria um papel de ambivalência na vida das pessoas e não de ausência, que ao mesmo tempo que são símbolos de conhecimento, poder e oportunidade, também representam instrumentos de vigilância, disciplina, exploração e opressão. Portanto, a brecha digital não se dá apenas através do acesso às tecnologias, mas também tem relação com os usos que as pessoas fazem da tecnologia, seus lugares na produção, desenho e governança desta e possuir suas cosmologias representadas. “Inclusão em sentido pleno implica ser agente ativo



do desenvolvimento de capacidades cognitivas autônomas que permitam o impulso da inteligência e organização coletiva, a capacidade de trabalhar em rede, a capacidade para criação e desenvolvimento de sistema de comunicação com conteúdos de interesse próprio. “(NATANSOHN, 2013, pg. 31)”.

Nesse sentido, podemos postular que o projeto do Brasil 4D não possibilita uma inclusão digital plena, porque não resulta da participação ativa dos agentes contemplados no desenvolvimento do aplicativo, já que suas demandas, visões de mundo e subjetividades são representadas pelos seus desenvolvedores. No entanto, entendemos que o trabalho de incorporar as demandas dos usuários e levar conteúdos de utilidade pública aos lares dessas famílias já é um passo nesse sentido, porém há muito que se pensar sobre a participação desses agentes em todo o processo de desenvolvimento tecnológico, no sentido de uma reversibilidade da tecnologia, em função das operações críticas resultantes

dos usos e sentidos atribuídos pelos usuários ao artefato.

Usos e apropriações, a visão dos usuários

A cada dia a utilização de aplicativos vem aumentando. Isso ocorre, principalmente pelo o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, a popularização de smartphones e o aumento do acesso à internet. Devemos buscar situar esses aplicativos como uma dimensão constitutiva das sociedades complexas, “concebendo-o como um universo que engendra processos e formas sociais que contribuem para a compreensão da dinâmica social característica da contemporaneidade” (MÁXIMO, 2010).

A dimensão social dos aplicativos é o que efetivamente vai fazê-los se concretizar no mundo como uma técnica funcional para determinado grupo social. Dotar-se dos instrumentos institucionais, técnicos e conceituais para tornar a informação “navegável”, para que cada um pos-



sa orientar-se e reconhecer os outros em função dos interesses e competências (LÈVI, 1994) é o que se vem buscando para garantir a troca e a acessibilidade da informação.

Segundo os usuários do aplicativo Brasil 4D entrevistados em nossa pesquisa (14 famílias ao todo), navegar pelo aplicativo para a maioria deles foi fácil. Os instrumentos mais citados que contribuíram para a utilização foi o controle remoto e as histórias que eram narradas. Já os textos e os números, apareceram com os instrumentos de maior dificuldade. Criar um layout e uma interface que garanta a usabilidade do aplicativo para o público alvo é de extrema importância, sendo uma das principais coisas que garantem a perpetuação e o uso do mesmo.

Ao entrevistarmos os usuários do aplicativo Brasil 4D, perguntamos se o acesso à internet era um direito de todos os cidadãos que não podem pagar, e em sua grande maioria as respostas eram positivas. Por mais que esses entrevistados não fossem usuários intensivos da internet, no sentido de que mui-

tos deles não tinham interesse em buscar aprender e acessar frequentemente a internet eles entendem que para gerações posteriores se anunciava uma utilidade muito positiva. Outra pergunta tratava sobre se a internet poderia mudar a vida das pessoas, e de novo a maioria das respostas falaram que sim, dando exemplo de seus filhos que utilizam a internet para realizar as lições de escola, buscar informações além de ajudarem os pais a acessarem a internet sempre que precisavam. Como podemos observar nas respostas a seguir:

"Muito, porque o meu menino de doze anos aprende a fazer os dever dele, a maioria ele tira pela internet. Que nem, você vai falando as coisas e eu vou juntando uma com a outra. O meu menino, uma blusa dele criou mofo ai ele, mãe a minha blusa nova que a senhora comprou esta com mofo, o que eu faço? Eu falei você não vê tudo nessa internet? Procura ai. Ai ele procurou. Ele disse que tem que colocar água sanitária, açúcar, tudo misturado. Falei, mas essa roupa é colorida, se você colocar água sanitária vai manchar a roupa. Ele, não, mas esta dizendo aqui mãe. E não foi que tirou mesmo o mofo da roupa." (Entrevista com uma moradora de Samambaia, usuária do aplicativo Brasil 4D). "Olha, é uma coisa assim, que ajuda muito, né. Da pessoa ficar mais informada das coisas, porque internet você acessa



e fica informado de todas as notícias." (Entrevista com uma moradora de Samambaia, usuária do aplicativo Brasil 4D).

Colocar o acesso à internet como um direito de todos os cidadãos expressa dinâmicas sociais onde a internet se torna central na vida dos indivíduos. Hoje cada vez mais processos sociais se dão através de redes virtuais se tornando indispensável na vida das cidades contemporâneas.

Também se colocou a pergunta sobre os principais meios de informação dos entrevistados e a televisão foi o principal dispositivo citado. Segundo as respostas, este meio os ajudaria a conhecer os seus direitos, e aqui podemos ver a centralidade da televisão na vida dessas famílias. Porém, os telefones celulares e a internet a cada dia aparecem como sendo importantes para interação social principalmente pelas gerações mais novas.

No sentido em que não é a tecnologia mais avançada que solucionará os problemas de todos os indivíduos e sim aquela que melhor se adapta às condições materiais e existenciais dos cidadãos/cidadãs, podem-

os refletir sobre o processo de desenvolvimento e implementação de uma tecnologia como o Brasil 4D.

O projeto Brasil 4D não foi elaborado para pessoas que possuem acesso intensivo à internet, tendo na televisão digital uma alternativa para levar mais informações sobre seus direitos e de serviços às pessoas de baixa renda aproveitando dispositivos já disponíveis em suas casas. Sem conhecer a realidade e dinâmicas sociais dos potenciais usuários, a tecnologia em questão corre grandes riscos de não ser utilizada ou apropriada para outros fins que não aqueles previstos pelos desenvolvedores. Quando a tecnologia consegue fazer parte do cotidiano dos indivíduos é porque ela conseguiu assimilar-se e adaptar-se àquela população.

Conclusão

Neste trabalho vimos que as tecnologias estão referenciadas em contextos sócio-técnicos, ou seja, elas não estão



isoladas no mundo social ao qual estão ancoradas, além de não se submeterem às regras próprias de uma “casta” tecnológica. O processo de desenvolvimento tecnológico não é dissociado da cultura e envolve complexas atividades onde uma rede de atuantes é acionada e fazem o social emergir. Uma tecnologia para efetivamente se concretizar é necessário que ela participe das relações sociais e seja apropriada pelos indivíduos na realização de suas tarefas, além de estar em constante atualização para não se tornarem obsoletas.

Ao realizarmos as entrevista com os usuários do Brasil 4D na cidade de Samambaia, no Distrito Federal, nos deparamos com aparelhos desligados e fora do ar visto à falta de sinal radioelétrico na região ou por motivações dos próprios usuários que desconectaram os aparelhos por falta de conteúdos novos no aplicativo. A falta de manutenção e de atualização dos conteúdos do aplicativo acarretou em uma paralisação dos usos pelos usuários e a pesquisa se desdobrou a partir das memórias

de usos e reconstituição das situações pragmáticas de manuseio do aplicativo. O aplicativo Brasil 4D teve uma vida curta, visto que só teve duas experiências testes com pessoas selecionadas na Paraíba e no Distrito Federal, e mesmo o projeto não sendo cancelado, a falta de manutenção e as mudanças governamentais ocorridas no Brasil no período de 2015 a 2017, fez com que o projeto ficasse paralisado e os usuários deixassem de utilizá-lo.

No mundo atual não podemos ignorar as tecnologias de comunicação que vem surgindo, pois elas fazem parte da vida cotidiana das pessoas, sendo mais uma esfera da vida social contemporânea. Discutir sobre inclusão digital, levando em consideração populações marginalizadas e em situações de injustiça social, é crucial para os rumos que queremos seguir para um mundo mais inclusivo e menos injusto. Colocamos, então, que as tecnologias podem participar desse projeto humanitário no sentido em que a rede de envolvidos no modo de existência das tecnologias coloca suas visões de mundo e estão em con-



stante disputa para que suas ideologias sejam representadas.

O aplicativo Brasil 4D é um exemplo de tecnologia criada para inclusão digital e acesso a informação por parte de uma população que não utiliza a internet, contudo ele trabalha com apenas um nível da inclusão digital, o nível do acesso. As informações selecionadas para integrar o aplicativo e seu desenvolvimento foram realizadas por desenvolvedores, engenheiros, a partir de suas hierarquias de julgamentos, visões de mundo e suas percepções sobre o que os usuários iriam utilizar, não havendo participação dos mesmos na escolha dos conteúdos ou da construção do aplicativo. Portanto, não houve uma inclusão ampla das cosmologias dos usuários, e eles não foram um grupo atuante na rede de agentes para a formulação dessa tecnologia.

Referências Bibliográficas

AKRICH, Madeleine. The De-Description of Technical Objects. In: *Shaping technology/building society: studies in social-*

technical change / edited by Wiebe E. Bijer and John Law. 1994

ELBANKS, Virginia. *Digital Dead End: Fighting for Social Justice in the Information Age*. Massachusetts Institute of Technology. First MIT Press paperback edition, 2012.

FEENBERG, A.. O que é a Filosofia da Tecnologia? . In:

NEDER, P. (org.). *A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia*. Brasília: Observatório do movimento pela tecnologia social na América Latina, 2010.

GUIMARÃES, Mário José. Sociabilidade e tecnologia no ciberespaço. In: Theophilos Rifiotis et al..(Orgs.). *Antropologia no ciberespaço*. Florianópolis. Editora da UFSC. 2010. p.47-70.



LÉVY, Pierre. A inteligência coletiva - por uma antropologia do ciberespaço. São Paulo. Edições Loyola. 8ª ed.. 2011. [1ª ed. 1994]

MÁXIMO, Maria. Da metrópole às redes sociotécnicas: a caminho de uma antropologia no ciberespaço. In: Theophilos Rifiotis et al..(Orgs.). Antropologia no ciberespaço. Florianópolis. Editora da UFSC. 2010. p.29-45.

SIMONDON. Gilbert. El modo de existência de los objetos técnicos. Buenos Aires. Prometeo Livros. 2007 [1ª ed. 1958].

LEAL, Sayonara. A TV digital interativa brasileira como ferramenta de política pública para inclusão digital: o middle-ware Ginga à provação da justiça social. CyE Año VII N° 13 Primer Semestre 2015

NATANSOHN, Graciela. O que tem a ver as tecnologias digitais com o gênero? In: Graciela Natansohn (Org.) Internet em código feminino: teorias e práticas. 1 ed..

Ciudad Autónoma de Buenos Aires: La Crujía, 2013

HABERMAS, J. Técnica e ciência como Ideologia. In:

HABERMAS, J. Técnica e Ciência e como ideologia; Lisboa (Portugal): Edições 70, 2006



ALTERNATIVAS À (IN)JUSTIÇA CRIMINAL BRASILEIRA JUSTIÇA “NA, PARA E PELA CO- MUNIDADE”

Yazmin Bheringcer dos Reis e Safatle*

*Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de
Brasília (UnB)

Resumo: A partir da discussão acerca de cidadania no Brasil buscamos explicar como a desigualdade está intrínseca à estrutura do sistema judicial brasileiro. Argumentamos que o sistema de justiça criminal brasileiro não cumpre suas funções oficiais, mas sim uma eficácia invertida de genocídio da população negra. Em seguida, apontamos para alternativas pautadas na lógica de Justiça Restaurativa. O projeto que analisamos nesse sentido é o Conselho Comunitário da Ceilândia, cuja principal proposta é a democratização da justiça possibilitando uma maior autonomia aos cidadãos na resolução de seus conflitos. Realizamos entrevistas com moradores da Ceilândia a fim de compreender o seu alcance, desdobramentos e desafios.

Palavras-chave: Desigualdade; Direitos; Violência; Genocídio

Abstract: We discuss citizenship in Brazil to explain how inequality is intrinsic to the structure of the Brazilian judicial system. We argue that the Brazilian criminal justice system does not fulfill its official functions, but rather an inverted efficacy of

genocide of the black population. Next, we point to alternatives based on the logic of Restorative Justice. The project that we analyze is the Community Council of Ceilândia, whose main proposal is the democratization of justice, allowing a greater autonomy to the citizens in the resolution of their conflicts. We conducted interviews with residents of Ceilândia in order to understand the reach, developments and challenges of the project.

Key words: Inequality; Rights; Violence; Genocide

Introdução

“Bandido bom é bandido morto.” “Você defende bandido?” Esse artigo foi escrito a partir da percepção de como a classificação de pessoas enquanto “bandido” é usada em discursos políticos para justificar tanto mortes em operações policiais, quanto medidas como a diminuição da idade penal e também para questionar aqueles que se opõem a essas políticas. Essa categoria opera então como justificativa para o que movimentos negros e o autor Abdias Nascimento (1978) denominam de “Genocídio do povo negro”, entendi-



do como práticas que levam à morte tanto física e simbólica, quanto ao apagamento epistemológico de pessoas negras. Constatamos ainda a alta reincidência criminal e o fato da maior parte dos encarcerados serem homens, jovens e negros.

Segundo o último relatório do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) relativo a junho de 2016 e publicado em dezembro de 2017, a população carcerária é composta majoritariamente por homens, jovens e negros. A porcentagem é de 74% de homens, 55 % de jovens (até 29 anos), 64% de pessoas negras e de baixa escolaridade. Falta ainda um cruzamento dos dados para ter um perfil interseccional (por exemplo para saber a porcentagem de homens, que são também jovens e negros encarcerados).

O objetivo principal desse artigo é demonstrar como desigualdades já estão previstas na própria estrutura do sistema judiciário, investigar a categoria bandido e descrever como ela reforça o caráter punitivista desse sistema e em concomitância

com a violência policial e por fim, mostrar alternativas à esta (in)justiça criminal brasileira a partir de um projeto concreto no Distrito Federal, o Conselho Comunitário da Ceilândia. Para medir o alcance, os desdobramentos e os desafios principais do projeto, realizamos entrevistas com quinze moradores/as da Ceilândia acerca deste. Todos os entrevistados/as tinham entre 18 e 30 anos e 12 eram frequentadores/as ou colaboradores/as do projeto Jovem de Expressão¹. Os outros três foram um pedagogo que trabalhava na época com jovens cumprindo medida socioeducativa, uma tatuadora, trabalhando no momento da pesquisa em um estúdio colaborativo na Ceilândia e uma jovem empreendedora autônoma na área de venda e membro coletivo Maria Perifa. A escolha das pessoas a participarem

¹ Trata-se de um programa financiado pelo Instituto Caixa Seguradora e administrado pela Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) Rede Urbana de Ações Socioculturais (RUAS). O Jovem de Expressão oferece diversas oficinas e cursos profissionalizantes, desde teatro e dança à curso de Roadie (técnico de apoio ao palco em eventos culturais). Abrange também um curso preparatório para vestibular e enem gratuito e um Laboratório de Empreendimentos Criativos. (LECRIA) Mais sobre o programa pode ser encontrado em sua página oficial: <http://jovemdeexpressao.com.br/>



da pesquisa se deu através de dois critérios: o primeiro, imprescindível, ser morador/a da Ceilândia e o segundo, menos relevante, possuir conhecimento acerca das atividades culturais e políticas da cidade. Coletamos também dados a partir de documentos oficiais acerca do Projeto Conselho Comunitário.

A Justiça Criminal Brasileira

Para obter êxito na tentativa de compreender a lógica de funcionamento da Justiça Criminal brasileira é importante entender como os vínculos entre os modelos repressivos de controle social e as formas inquisitórias de produção de verdade jurídicas proporcionam uma desigualdade jurídica entre os cidadãos. Em parte, por conta desta desigualdade, a Justiça Criminal Brasileira no seu formato atual vai contra os objetivos explícitos das normas republicanas constituintes do Estado brasileiro contemporâneo, como a soberania do povo, a dignidade da pessoa humana e vários aspectos da cidadania.

Primeiramente cabe analisar a relação da cidadania com a justiça criminal. O conceito de cidadania amplamente difundido envolve três categorias de direitos: os direitos civis (liberdade de expressão, liberdade de ir e vir, direito à propriedade e à igualdade perante a lei...), direitos políticos (participação do cidadão no governo na democracia representativa, principalmente por meio da sua elegibilidade e do voto) e direitos sociais (educação, trabalho, saúde, aposentadoria). Os direitos sociais compreendem desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança social até o direito à herança social e vida digna de acordo com os padrões da sociedade em questão.

Segundo José Murilo de Carvalho (2001), a conquista de um direito não implica necessariamente no outro e não há uma sequência predeterminada na aquisição histórica desses direitos. Não se trata de uma “questão de tempo” e não há uma ordem cronológica, mas a conquista de direitos depende de contextos sociais e políticos históricos. De acordo com Car-



valho, no Brasil a falta de liberdade política tem sido compensada por um paternalismo social. A sua tese consiste em que o exercício pleno de um direito seria pré-requisito para a aquisição completa de outros direitos. O fato dos direitos sociais no Brasil terem sido outorgados antes mesmo da expansão dos direitos civis teve como consequência a sua percepção comumente enquanto “favor do Estado”. Este teria mantido sua supremacia sobre a sociedade civil, na medida em que concedia direitos sociais enquanto inibia organizações livres e independentes das massas para a conquista de seus direitos, de forma a constantemente comprometer uma democracia que asseguraria os direitos e admitisse maior participação política direta da sociedade civil. Os direitos civis – igualdade, direito de ir e vir, de dispor do próprio corpo, o direito à vida, à liberdade de expressão, à propriedade, à igualdade perante a lei, a não ser julgado fora de um processo regular, a não ter o lar violado – seguem inacessíveis à maior parte da população.

Tanto o sociólogo Norberto Bobbio (apud DE LIMA, 2004), como José Murilo de Carvalho (2001) percebem como um dos grandes defeitos no sistema judiciário no Brasil a falta de separação entre o judiciário e o executivo na prática, facilitando a violação de direitos. Entre outros, porque se trata de um sistema jurídico inquisitório no qual o tribunal ou uma parte deste é diretamente e ativamente responsável também pela investigação do caso em questão.

O sociólogo Thomas Humphrey Marshall (1969) demonstrou a relação estreita entre cidadania, particularmente entre os direitos civis, que incluem o direito a afirmar e defender os outros direitos, e os tribunais jurídicos. Estas seriam as instituições responsáveis pela proteção dos direitos dos indivíduos e, portanto, também pela garantia de igualdade perante a lei, um dos direitos civis fundamentais. No Estado moderno os indivíduos passam de súditos a cidadãos através do conceito de cidadania universal e do abandono da



pirâmide social do antigo regime. Isso significa que a justificação das desigualdades deixa de ser de ordem divina por posição em uma pirâmide geralmente definida ao nascimento, portanto com pouquíssima mobilidade social, e passa a ser com base na performance dos cidadãos no mercado de trabalho de acordo com situação financeira. Autoras como Angela Davis, Lélia Gonzales e Sueli Carneiro e outras demonstraram como gênero, raça e sexualidade/identidade sexual também justificam desigualdades no Estado moderno.

Segundo Marshall (1967) na fase inicial do Estado republicano os direitos da cidadania não eram contraditórios à desigualdade econômica, mas até indispensável para a economia do mercado competitivo, porque são exatamente os direitos civis que dão poder ao cidadão para participar na concorrência econômica. Na sua fase inicial, a concepção republicana também não prevê proteção social, pois prevalece a ideia de que o indivíduo protege a si mesmo. Portanto, a ci-

dadania republicana admite desigualdades de classe inerentes ao mercado (a diferenciação social de riqueza e pobreza). A socióloga boliviana Silvia Cusicanqui Rivera (2010) aponta para como o discurso oficial, a partir do Estado nacional, de “cidadania” e “igualdade” na verdade admitem tacitamente desigualdades e acobertam privilégios políticos e sociais. Podemos citar como exemplo da realidade brasileira o mito da democracia racial, o discurso “Somos todos humanos/iguais” que invisibiliza o racismo existente na sociedade brasileira. Um outro fato muito significativo, segundo Kant de Lima (2004) é a omissão da literatura jurídica brasileira em relação à temática da cidadania, muitas vezes apenas a descrevendo como direitos de votar e ser votado/a, portanto reduzindo o conceito de cidadania aos direitos políticos.

Kant (2004) se baseando em Carvalho (2001) conclui que ainda no século XXI uma das lutas fundamentais a ser travada pelas/os cidadãs/os brasileiros é por igualdade



perante as leis e tribunais, pois a desigualdade opera enquanto princípio organizador (podemos citar além da desigualdade econômica, o racismo institucionalizado e a misoginia) e é até fundamento da sociedade brasileira em sua trajetória histórica. A consequência disso é a naturalização e a invisibilização de discriminação e de desigualdades e sua presença no Código Penal e nas práticas de agentes do Estado nas funções de investigação, julgamento e punição.

Ainda neste mesmo artigo, Roberto Kant de Lima (2004) afirma que o sistema judiciário brasileiro é constitucional acusatorial e mesmo assim mantém uma investigação policial inquisitorial o que significa que parte da jurisprudência, de um tribunal ou ele todo está envolvido na investigação do caso criminal. No Brasil se trata de uma autoridade policial, ou seja, um funcionário do Executivo, que, no entanto, recebe delegação do Judiciário e está subordinado a ele. O inquérito policial brasileiro muitas vezes é conduzido em segredo e sem acusação

formal. Esse procedimento admite a categoria de “armação de processo”, que consiste em diferentes formas de corrupções e negociações em troca de vantagens. Segundo Kant de Lima (2004) , essas práticas são comumente vistas como desvios de conduta de indivíduos sem escrúpulos, porém, na verdade não se trata de um desvio de caráter de um ou de outro funcionário, mas de ações institucionalizadas nas práticas sociais.

Na medida em que o sistema judicial criminal brasileiro assegura privilégios e admite tratamento desigual de cidadãos na legislação penal, ele prevê o tratamento desigual dos cidadãos em sua própria estrutura, de forma a sempre atualizar e reproduzir desigualdades e privilégios; uma típica característica de sociedades patrimoniais estamentais segundo Max Weber (apud DE LIMA, 2004, p.54). A fiança que deve ser paga para o cidadão acusado aguardar o seu processo em liberdade no Brasil não é cara, porém há desigualdade nos autos dos inquéritos policiais. Nestes são registradas as investigações



contra os indivíduos mais vulneráveis economicamente e com menos acesso às informações sobre seus direitos sem a presença de advogados. No caso dos mais ricos se constata investigações “armadas” com consentimento dos órgãos envolvidos.

Roberto Kant de Lima (2004) conclui o artigo “Direitos civis e direitos humanos – uma tradição pré-republicana?” afirmando que no Brasil uma perspectiva oficial republicana, democrática, igualitária e individualista convive com uma outra, não expressa, somente implícita, porém muito facilmente observável composta por segmentos desiguais e complementares. As diferenças exprimem uma desigualdade formal própria da lógica da complementaridade: cada um tem seu lugar na estrutura social e tratamento de acordo com isso. Ao aplicar uma estratégia de controle social repressivo seguindo uma lógica punitivista o status quo é mantido e o controle social exercido de forma desigual e hierarquizada.

A justificação de desigualdades se manifesta no siste-

ma de justiça criminal nos diferentes tipos de imunidade, na existência de “presos especiais” diferenciados de acordo com status (escolaridade, cargo etc.) e separados dos “presos comuns”. A lógica desse sistema judicial é que não pode haver igualdade jurídica perante os tribunais e na aplicação de pena entre cidadãos economicamente e socialmente desiguais. Somente semelhantes são tratados da mesma forma e as especificidades não resultam em universalidade, mas sim em desigualdade. Dessa forma coexistem duas lógicas paradoxais: a primeira que entende os direitos humanos como universais e a segunda lógica que permite a implantação desses direitos de maneira particularizada nas instituições brasileiras. Segundo Kant de Lima (2004), é como se os direitos de alguns (por exemplo dos agressores ou de indivíduos inseridos na categoria de representação social “bandido”) inviabilizassem o direito dos outros (da vítima por exemplo, ou de cidadãos inseridos na categoria social “cidadão do bem”).



Segundo Carvalho (2001), os direitos civis são aqueles cuja garantia só é possível a partir da existência de uma justiça independente e eficiente, acessível a todas/os as/os cidadãos. De acordo com Kant de Lima (2004), o Código de Processo Penal brasileiro, por meio do qual os direitos civis não são assegurados plenamente, nunca foi discutido ampla e democraticamente pelos cidadãos e pelas cidadãs que a ele submetem sua liberdade, o que é apenas mais uma manifestação de como o Estado age como uma autoridade e não um servidor dos cidadãos, que se mantem indiferente diante de práticas autoritárias e de abuso de poder.

3. Ineficiência aparente - Eficácia invertida

A ineficiência do sistema judiciário e penal brasileiro se constata em diversos aspectos. Primeiramente, como vimos, os direitos civis não são garantidos, pois a igualdade perante a lei não é efetuada. A justiça segue perpetuando as

desigualdades existentes no seio da sociedade ao operar segundo uma lógica de tratamento diferenciado. Outra questão é a dificuldade de acesso à Justiça. A defensoria pública bastante recente no país ainda está em estado bastante deficitário, como demonstra o Mapa da Defensoria Pública no Brasil, estudo elaborado pela Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2013. Entre outras questões havia uma falta de defensoras/es públicos em 72% das comarcas e em quatro estados. Paraná e Santa Catarina, últimos estados a implantarem a defensoria em 2011 e 2012 respectivamente, o órgão ainda não estava funcionando efetivamente. (ANADEP, IPEA, 2013) Os cidadãos e as cidadãs encontram barreiras financeiras para contratação de advogados. Outro fator é a falta de conhecimento sobre a justiça e seu funcionamento e sobre quais problemas são passíveis de serem resolvidos por vias judiciais. O conhecimento sobre seus direitos e até



mesmo educação e profissionalização são previstas na lei, porém se trata de medidas que não se concretizam na prática ou apenas de maneira precária. (CUNHA, OLIVEIRA, 2016).

Um outro problema envolvendo o sistema de Justiça Criminal brasileiro são a estigmatização do criminoso/ da criminosa reforçada pelas prisões, medidas socioeducativas para adolescentes e pela polícia. Michel Misse (2010) retoma a concepção durkheimiana de crime segundo a qual o “crime não existe nem no evento, nem em seu ator, mas na reação ao evento e ao ator.” (MISSE, 2010, p.22). A ideia de uma “essência” criminosa é bem difundida e tem como consequência o profundo repúdio ao sujeito que cometeu o ato considerado criminoso que, por sua vez, resulta em pouco esforço na ressocialização do indivíduo por parte da sociedade e em uma dificuldade do próprio “bandido” no abandono dessa identidade. O motivo principal para isso é que a atribuição da categoria “bandido” tem impacto sob todos os demais papéis sociais do

sujeito. O processo social da construção do “bandido” é igualmente responsável pela criação de dispositivos que possibilitam a sua reprodução social (ou seja, a inserção de novos indivíduos na categoria “bandido”), como na socialização de crianças e adolescentes conjuntamente com pessoas inseridas no chamado “mundo do crime”, as penitenciárias, interna-para jovens infratores e a própria polícia. (MISSE, 2010)

As instituições responsáveis pela aplicação da pena – as prisões e as casas de internação de infratores adolescentes – cumprem somente o objetivo de incapacitar os sujeitos por algum tempo de cometer outros crimes. Outras funções, como a de correção e de ressocialização são completamente negligenciadas. A comprovação empírica desse fato é a reincidência altíssima de infratores. Os dados acerca da reincidência variam muito e não são completamente confiáveis, o que, segundo o Instituto Avante, ocorre por problemas de ordem empírica no que diz respeito à estrutura e dinâmica das



pesquisas efetuadas assim como problemas de conceituação. No Brasil, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) só considera reincidente o infrator que pratica uma nova violação de lei após ter sido condenado por outro e ter cumprido pena. Seguindo esse conceito a taxa publicada pelo Ipea (2015) é de 24 % de reincidência. Esse percentual foi obtido em análise de 817 processos em Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Paraná e Rio de Janeiro em 2015 (Ipea, 2015)

Vimos que no Brasil só se considera reincidente o infrator que pratica uma nova violação de lei após ter sido condenado por outra. Porém, em geral, o critério adotado é de quem comete um segundo ou terceiro crime, independentemente de ter sido efetivamente condenado. Outros levantamentos, como o do o Informe Regional de Desenvolvimento Humano (2013-2014) do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), que consideram a quantidade de indivíduos que voltaram a ser presos ou de alguma forma voltaram ao sistema

de Justiça Criminal sem necessidade de terem sido condenados, critério que inclui presos provisórios, admitem uma taxa de 47,4 % de reincidência em geral. Levando em conta o critério de “reiteração” (repetição de um mesmo delito) em 2013 “foram examinados 14.699 autores de roubos, dos quais 10.200, ou 69%, cometeram roubos mais de uma vez, o que os técnicos chamam de “reiteração” (GOMES, Instituto Avante, 2013).

Ao ser detido, o sujeito amplia sua rede social de pessoas imersas em atividades criminosas e assim ele é inserido em quadrilhas, gangues ou facções. Os detentos são até privados da escolha de não participar de tais organizações sob ameaças à sua integridade física e psicológica. No Brasil há cadeias para categorias de presos hostilizados pelo PCC – Primeiro Comando da Capital, como homossexuais, estupra- dores, presos que se recusam a participar da organização e ex-membros. (DIAS, 2011). Portanto, a instituição carcerária não tem sido capaz de garantir condições dignas e tampou-



co proteção da integridade física e psicológica dos presos.

Um estudo efetuado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP (AZEVEDO, 2001) concluiu que além das unidades de internação de infratores adolescentes serem bastante similares às prisões comuns na prática e, portanto, reforçam o caráter punitivista e não ressocializador destas, em muitas delas prevalecem relações informais de poder. Muitas das casas seriam até mesmo “dominados” pelos internos segundo os códigos de conduta do PCC. As práticas cotidianas nas unidades de internação de jovens “criminosos” apontam para uma lógica já operante da Redução de Maioridade Penal ferindo o artigo 227, uma cláusula pétrea da constituição que afirma entre outros que

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

(BRASIL, Art. 227 da constituição federal de 1988)²

A socióloga Camila Caldeira Nunes Dias (2011) em seu artigo “Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões”, afirma que o cotidiano nas prisões seria mais definido por conflitos e relações de poder informais não previstas em lei. Além disso, ela demonstra como a autonomia administrativa das penitenciárias frente ao judiciário tem favorecido o surgimento de organizações criminosas, que funcionam como mediadores de conflito nas prisões.

O Estado tem respondido a essas organizações com medidas punitivas administrativas extralegais, arbitrárias e até mesmo inconstitucionais. Portanto, as suas medidas reforçam a opressão estatal e alimentam o sentimento de injustiça, base para a constituição de organizações como o PCC. Segundo Dias (2011) o motivo fundamental pelo qual as prisões não cumprem os seus objetivos explícitos e tam-

²Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988>



pouco conseguirem conter a violência dentro das unidades sem a influência de organizações criminosas internas é a desjurisdicionalização das penas, ou seja, a autonomia do funcionamento interno das prisões em relação ao judiciário. Essa autonomia se dá através da execução de ações punitivas efetivas para além da punição por perda de liberdade, por meio de atos administrativos internos nas prisões.

O estilo de administração burocrática do Estado brasileiro tem muitas características patrimonialistas. No sistema prisional estas consistem em redes informais de relacionamento interpessoal ou grupal que por sua vez encorajem práticas arbitrárias, de maus-tratos à corrupção. Ainda segundo Dias (2011) , o desenvolvimento do PCC se deu principalmente por reivindicações por condições mais humanas, em um contexto de rebeliões contra assassinatos nas prisões e contra abusos e violações de direitos.

O controle da violência nas prisões depende cada vez

mais da hegemonia política do PCC e do sucesso de suas atividades econômicas ilícitas. Segundo Syke e Goffman (apud DIAS, 2011), a manutenção de ordem nas prisões se dá em base de ameaças e concessões, pois não se pode esperar uma colaboração voluntária espontânea e a submissão dos presos aos regulamentos da casa apenas por meio de força física é inviável. Dessa forma ocorre a repartição de poder e disputa por poder entre os administradores e detentos, através do reconhecimento formal de estruturas de poder arbitrárias de dentro da população carcerária.

Segundo Dias, há uma mudança de paradigma ao introduzir o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), pois ao fazê-lo o Estado admite oficialmente os objetivos únicos do seu sistema penitenciário que seriam os de segregação e incapacitação dos sujeitos. O Estado ilude a população alegando uma intervenção efetiva para o combate à criminalização da pobreza, porém ele está cobrindo o seu fracasso no seu objetivo inicial (ou, em



nossa opinião, ideal) – de recuperação do sujeito condenado - e passa a admitir a função de mero isolamento, retirando diversos direitos e enclausurando o sujeito em cela individual. O RDD recebe muita crítica por violar direitos humanos fundamentais.

Porém, por trás da ineficiência, o sistema jurídico tem operado com eficácia enquanto parte do genocídio da população negra. Angela Davis (2003) mostra como o discurso a favor desse sistema se utiliza de praticamente os mesmos argumentos usados por defensores da escravidão nos Estados Unidos. Davis demonstra como o fim da escravidão e a conquista de direitos civis por parte da população negra foram acompanhados pelo aumento exponencial do encarceramento dessa mesma população. Samuel Silva da Fonseca Borges (2016) se utiliza do conceito de “eficácia invertida” para se referir à “contradição inerente do sistema penal entre as funções que declara e não cumpre e as funções que cumpre sem declarar” (p.38) O autor retoma Andrade, segundo a qual “a função real não é

combater (reduzir e eliminar) a criminalidade, (...) mas construí-la seletiva- e estigmatizante e, neste processo, reproduzir material e ideologicamente as desigualdades e assimetrias sociais (de classe, raça e gênero.)” (ANDRADE, 2012, p.136)

Todos os autores aqui mencionados, Davis, Borges e Andrade, baseiam suas análises sob o conceito de interseccionalidade (CRENSHAW,1991), termo cunhado pelas feministas negras estadunidenses, de acordo com o qual é preciso se ater para as múltiplas opressões que atravessam o indivíduo de forma sobreposta.

Projeto Conselho Comunitário da Ceilândia – “Justiça na, para e pela comunidade”

O Projeto Conselho Comunitário da Ceilândia teve início em abril de 2001 e surgiu de uma articulação da juíza coordenadora do Juizado Itinerante as instituições parceiras Ministério Público do Distrito Federal, Defensoria Pública,



Faculdade de Direito da Universidade de Brasília e a Comissão de Direitos Humanos da OAB/Distrito Federal. A proposta é evitar que conflitos dentro da comunidade se agravem e venham a ter consequências fatais. Portanto, o projeto tem também um caráter preventivo. Ele se apoia nos princípios da justiça restaurativa e visa quebrar o paradigma punitivo-restritivo e evitar uma primeira internação nas penitenciárias e medidas socioeducativas para focar na recuperação. As propostas principais são, segundo dados do Instituto Innovare, que premiou o projeto na competição dentro da categoria “Tribunal” em 2005, a democratização da realização da justiça possibilitando uma maior autonomia aos cidadãos na resolução de seus conflitos.

O programa é desenvolvido por agentes comunitários voluntários que são instruídos por uma Escola de Justiça e Cidadania. Se supõe que os agentes comunitários, por estarem inseridos nesse ambiente social, conheçam os códigos de valor, hierarquias das relações sociais e os principais confli-

tos eminentes da comunidade e também gozem de maior confiança. As suas ações incluem a conscientização de direitos, a mediação de conflitos e a formação de redes associativas.

Os serviços jurídicos são ofertados gratuitamente, pretendem ser de fácil acesso, eficientes e de qualidade. A ênfase está no caráter emotivo dos conflitos, pouco salientado na justiça tradicional hegemônica. A mediação oferece a oportunidade de pedidos de desculpa e visa a diminuição da tensão social possibilitando a livre expressão de sentimentos e diálogo das partes conflitantes. Trata-se de encontrar acordos viáveis para as duas partes e de uma solução de conflitos não por medo de consequências jurídicas, mas por meio da compreensão e das raízes estruturantes do conflito e a devida atuação para desconstruí-las e possibilitar a convivência pacífica. A mediação não exclui a possibilidade de acordos escritos ou de um processo tradicional jurídico.

Outra distinção do Projeto em relação às formas tradi-



cionais de resolução de conflito no âmbito judiciário, além de focar no caráter emotivo, é se basear nos princípios da justiça restaurativa e não punitivista, isto é, visando a promoção da “paz e solidariedade” e do sentimento de “realização da justiça” através do diálogo e não através de atos punitivos meramente. (FOLEY, 2005). Outra diferença fundamental é a já mencionada autonomia dos cidadãos e das cidadãs na resolução de seus conflitos através do seu envolvimento direto na gestão e na resolução dos conflitos, diferentemente das formas tradicionais em que esta resolução é no mínimo parcialmente administrada pela advocacia e autoridades do judiciário. Como já mencionado, uma dificuldade no acesso à justiça é a não percepção de diversos conflitos como passíveis de serem solucionados no âmbito público, jurídico. (CUNHA; OLIVEIRA, 2016), já o Conselho visa promover esse conhecimento.

A conscientização acerca de direitos do Conselho se dá em forma de telenovela, vídeos, cartilhas, literatura de

cordel de linguagem simplificada e peças teatrais. Se busca traduzir a linguagem jurídica incompreensível para a grande maioria dos membros da comunidade em outras formas de expressão mais acessíveis. A formação de redes associativas significa o mapeamento de atividades e projetos na área e de estabelecimento de redes de solidariedade para troca de habilidades e talentos e ajuda mútua a fim de encorajar a criação de laços sociais e promover emancipação individual e coletiva.

Segundo o relato da página do prêmio Innovare a inovação na prática no projeto está na sua proposta democratizante e na valorização do âmbito comunitário: na medida em que a/o cidadã/o adquire conhecimento acerca de seus direitos e de outras/os cidadãs/cidadãos principalmente de minorias representativas, esta/este se abre mais para diálogo com seu opositor, desenvolve maior respeito pelas diferenças e dessa forma a comunidade é capaz de se organizar melhor enquanto coletivo de forma incluyente e conseqüentemente



é capaz de participar efetivamente nas decisões políticas. Não se trata da “democratização do acesso à justiça formal ainda que fundamental, mas sim da promoção da democratização da própria realização da justiça.” (FOLEY, 2005)

Atualmente a equipe da Ceilândia é composta por uma juíza, coordenadora do projeto, três orientadoras jurídicas do centro comunitário, um assistente social, uma secretária administrativa e cerca de vinte agentes comunitários. A maior dificuldade na implementação eficiente do projeto tem sido a falta de recursos. Apesar dos recursos humanos serem disponibilizados pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e os agentes comunitários trabalharem segundo a Lei do Voluntariado, há gastos com telefone, transporte, aulas da Escola de Justiça e Cidadania e outras. O projeto se encontra em dependência financeira da Secretaria Especial de Direitos Humanos o que frequentemente gera atrasos e inviabiliza uma melhor qualidade dos serviços. Os dados disponibi-

lizados no portfólio de 2015 demonstram que entre 2008 e 2014 ocorreram 443 atividades na comunidade, 421 reuniões e 22 apresentações de teatro. O número de pessoas atingidas diretamente é 911 e o número total de casos tratados incluindo as mediações é 1917. Em atividades de formação se estima ter atingido 5.879 pessoas. O número de casos coletivos que envolveram mais de duas partes conflitantes chegou a 180.

O Projeto Conselho Comunitário deu origem a três novos projetos: Fênix, Vozes da Paz e Ubuntu. O projeto Fênix visa a facilitação do acesso à justiça para coletores de materiais recicláveis dos lixões do DF e é desenvolvido em parceria com o GDF, universidades da região e organizações da sociedade civil. Vozes da Paz atua em escolas e propõe a criação de círculos de paz para mediações de conflito e prevenção de violência. O terceiro projeto, Ubuntu, conscientiza e intervém em conflitos envolvendo racismo por meio de seminários, mediações e materiais didáticos.



Entrevistei 12 jovens envolvidos no projeto Jovem de Expressão – que oferece atividades culturais e educacionais gratuitamente para a comunidade - e constatei que somente uma ex-aluna do cursinho pré-vestibular do projeto conhecia o Conselho Comunitário. As perguntas que responderam foram: se as/os jovens conheciam o Conselho Comunitário da Ceilândia, tinham ouvido falar dele ou conheciam alguém que o acionou para resolver algum conflito. A ex-aluna do pré-vestibular conheceu o programa através de um outro curso pré-vestibular que ficava no mesmo prédio em que funciona o Conselho. Porém, ela não conhecia ninguém que o tinha acionado. Fizemos as mesmas perguntas a três moradoras/es da Ceilândia que exercem atividades diversas desde pedagogo a tatuadora e estão em maior ou menor grau envolvidas/os em atividades culturais na cidade. Somente uma participante, jovem mulher negra do coletivo Maria Perifa, um projeto de mulheres da comunidade, conhecia o Conselho diretamente e afirmou recon-

hecer o potencial do Conselho para mediar conflitos da comunidade e o considera imprescindível inclusive na resolução de problemas que movimentos sociais locais enfrentam. Ela ficou conhecendo o programa através do projeto Ubuntu e o seu coletivo participou ativamente da construção de um projeto de formação antirracista de juristas. Além disso, o Conselho Comunitário serviu como sede e seus agentes como mediadores para reuniões mensais de movimentos sociais da Ceilândia.

Concluo, portanto, que no momento da pesquisa havia pouca ou ineficiente divulgação das iniciativas e ainda relativamente pouco alcance. O projeto Jovem de Expressão, por exemplo, cujos integrantes não conheciam o projeto Conselho Comunitário, seria um ótimo parceiro e membro para a rede associativa.

Considerações finais

Constata-se a ineficiência do sistema de Justiça Crim-



inal Brasileira e do sistema prisional nos seus objetivos oficiais por não cumprirem a reivindicação cada vez maior por prevenção e diminuição da criminalidade e violência. Ao contrário, pela taxa de reincidência e existência de organizações criminais, que detêm muito poder dentro das penitenciárias, pode-se inferir que as prisões têm contribuído para o desenvolvimento de redes criminosas e aumento da criminalidade. Esses fatos contrariam discursos de diversos políticos que defendem a construção de mais prisões e a redução da maioria penal como solução para a criminalidade. Esses discursos são pautados em uma lógica punitiva-retributiva e vingativa, segundo a qual o próprio sistema penitenciário tem operado. Vários desses discursos incentivam o ódio a jovens infratores e pessoas classificadas dentro da categoria “bandido”. Constatamos a eficácia oculta do sistema penal enquanto instrumento do genocídio da população negra.

A igualdade perante a lei não tem sido assegurada aos

cidadãos e cidadãs brasileiros/as, que encontram imensas dificuldades para acessar a Justiça tanto por motivos financeiros quanto por falta de informação. A desigualdade é um elemento institucionalizado nas práticas de investigação de crimes e na forma de aplicação de pena, como as categorias diferentes de presos – “presos comuns”, “presos especiais” – e os diferentes tipos de impunidade e tratamentos diferenciados provam. Há também várias evidências de “armação de processo” institucionalizada nas práticas dos agentes responsáveis que privilegia pessoas mais abastadas economicamente e brancas e criminaliza pessoas pobres e negras. Vários elementos interessantes no Código Penal quanto à profissionalização e o tratamento em geral e os direitos dos presos não são postos em prática. Os recursos têm sido alocados prioritariamente para a construção de prisões devido à superlotação dos presídios brasileiros. Dessa forma, há uma falta de verba e de interesse em projetos de Justiça Alternativa que seriam de relativamente simples execução. O



Projeto de Conselho Comunitário da Ceilândia tem mostrado resultados positivos, porém tem tido pouco alcance e má divulgação. A falta de recursos dificulta sua eficiência e expansão.

Pensar alternativas para a Justiça brasileira é pensar o combate ao genocídio da população negra, é pensar os direitos civis, a igualdade e combater marginalização. Os receios diante práticas da Justiça Restaurativa estão intimamente vinculados à lógica hegemônica punitiva e restritiva, que teme a impunidade e, de uma perspectiva foucaultiana, visa o controle por meio da disciplinação e da punição, que por sua vez, é ligada às sujeições criminais e a criação de categorias como “bandido” e “criminoso” que supõem uma “natureza criminosa”, uma falha de caráter irrecuperável. Mudanças só são possíveis na medida em que se abandona o viés essencialista e punitivista do sujeito infrator e se elabore

políticas na Justiça Brasileira a partir de uma perspectiva de responsabilização, reparação de danos e recuperação do sujeito.

Referências Bibliográficas

ANADEP, IPEA. Mapa da Defensoria Pública no Brasil. Brasília, Distrito Federal: 2013.

ANDRADE, Vera Regina. Pelas Mãos da Criminologia: O controle penal além da (des)ilusão. Editora Revan. Instituto Carioca de Criminologia. Coleção Pensamento Criminológico. Florianópolis, 2012

ARAÚJO, Edna del Pomo de. Vitimização carcerária: uma visão sociológica, In: Vitimologia em Debate II. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris Ltda, 1997. p.202 . disponível em [http://empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Vitimi-](http://empreende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Vitimologia%20em%20Debate%20II.pdf)



[za%C3%A7%C3%A3o%20carcer%C3%A1ria%20-%20uma%20vis%C3%A3o%20sociol%C3%B3gica.pdf](#) último acesso 23/04/2017

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Juizados Especiais Criminais: Uma abordagem sociológica sobre a informalização da Justiça Penal no Brasil. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, vol. 16 (47), 2001.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; PALLAMOLLA, Raffaella da Porciuncula Alternativas de resolução de conflitos e justiça restaurativa no Brasil In: Revista USP, São Paulo, n. 101, P. 173-184 , março/abril/maio 2014 disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view-File/87825/90746> > último acesso 23/04/2017

BORGES, Samuel Silva da Fonseca, Capítulo 3: Baixas

(Seletivas) de Guerra, In: A Eficácia Invertida da Guerra às Drogas - Gestão Diferencial das Ilegalidades e Denominações Sociais, Universidade de Brasília, 2016 (Tese de Conclusão de Curso), p.36-69

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Justiça Restaurativa: o que é e como funciona disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/62272-justica-restaurativa-o-que-e-e-como-funciona> > último acesso em 05/07/2016

BRASIL. Constituição de 1988, Artigo 227 disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644726/artigo-227-da-constituicao-federal-de-1988> > último acesso 30/06/2016

BRASIL. GUIA DE DIREITOS, Direito dos presidiários http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=947&Itemid=200



BRASIL. Ministério de Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de de informações penitenciárias Infopen – , Dezembro 2014, disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/infopen_dez14.pdf/@@download/file> último acesso em 23/04/2017

BRASIL. Ministério da Justiça - Secretaria de Reforma do Judiciário Relato de uma experiência: Programa Justiça Comunitária no Distrito Federal disponível em http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupecon/justica-comunitaria/arquivos/justica_comunitaria2ed.pdf último acesso 05/07/2016

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei N° 8.069, de 13 de Julho de 1990 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm> último acesso 02/07/2016

CARNEIRO, Sueli. A construção do Outro como Não -Ser como fundamento do Ser, 09/Agosto/2005. 339p., Tese de Doutorado. Feusp, São Paulo, 2005

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil – o longo caminho. 7ª ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira., 2001

CUNHA, Luciana Gross; OLIVEIRA, Fabiana Luci. Medindo o acesso à Justiça Cível no Brasil. In: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 22, nº 2, agosto, 2016

CRENSHAW, Kimberle. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence against women of colour, In: Stanford Law Review, Vol. 43, No. 6 , Jul., 1991, pp. 1241-1299

DAVIS, Angela Y. Are prisons obsolete? , Seven Stories



Book, New York, 2003

_____ Women, Race and Class, The Women’s Press, Minnesota, 1982

DE LIMA, Roberto Kant. Direitos Cíveis e Direitos Humanos: uma tradição judiciária pré- republicana?, In São Paulo em Perspectiva, vol. 18, 2004, pp. 49-59.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões, In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 23, n. 2, 2011, disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ts/v23n2/v23n2a09.pdf> >

FOLAY, Gláucia Falsarelli, Projeto Justiça Comunitária (inscrito na categoria Tribunal), disponível em <http://www.premioinnovare.com.br/praticas/projeto-justica-comunitaria-inscrito-na-categoria-tribunal-107>, último acesso 29/10/2018

GOMES, Luiz Flávio. Brasil: Reincidência de até 70% disponível em <<http://institutoavantebrasil.com.br/brasil-reincidencia-de-ate-70/>> último acesso 05/07/2016

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Reincidência Criminal no Brasil – Relatório de Pesquisa. disponível em <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf>, Rio de Janeiro, 2015 último acesso em 24/06/2018

LUCK, Alan Saldanha. O sistema de justiça conflitiva e as formas alternativas de resolução dos conflitos penais disponível em <<http://www.ambitojuridico.com.br/site/index>.



php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=7181> último acesso 30/06/2016

MARSHALL, Thomas H. Classe, cidadania e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MISSE, Michel. Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: Aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria bandido. In: Lua Nova, vol. 79, 2010

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro – Processo de um racismo mascarado, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1978

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório Regional de Desenvolvimento Humano, 2013-14, Segurança Cidadã com Rosto Humano: Diagnósticos e Propostas para a América Latina, New York,

EUA, 2014, disponível em < www.latinamerica.undp.org >, último acesso 27/06/2018

RIVERA, Silvia Cusicanqui. Reflexión sobre prácticas y discursos descoloniales, Buenos Aires: Tinta Limón y Retazos, 2010

RUAS. Programa Jovem de Expressão. página oficial: <http://jovemdeexpressao.com.br>, último acesso 29/10/2018

SOUZA, Venceslau Alves de. Direitos no Brasil: necessidade de um choque de cidadania, In: Revista de Sociologia e Política, p. 211-214 Curitiba, 2006, disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782006000200016> último acesso em 05/07/2016

